



**O SISTEMA FINANCEIRO E SUAS RELAÇÕES COM O
CRESCIMENTO ECONÔMICO DE 1942 A 1960.**

ROBERTA CRISTINA NOGUEIRA

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera



CAMPINAS
1997

Agradecimentos

**Ao professor e mestre Rui Granziera, que me transmitiu o amor pela história;
À minha família, pela dedicação e presença em cada momento importante de minha vida;
A Rubens, pelo amor e paciência.**

INTRODUÇÃO

O período em estudo neste trabalho monográfico caracteriza-se por uma congênita fragilidade na estrutura financeira do Brasil. O capital bancário não teve no país um comportamento semelhante ao apresentado em outros países de industrialização atrasada. Isto porque os bancos realizavam apenas empréstimos de curto prazo, e não existia um mercado de capitais brasileiro, o que tornava as condições de financiamento pouco propícias a uma modificação na estrutura industrial interna (que exigia investimento em capacidade produtiva e infra-estrutura)¹. A indústria interna havia se libertado da dependência em relação à economia cafeeira pelo lado da realização dos lucros, mas sua dinâmica de acumulação não era autodeterminada, ou seja, não havia sido constituído um setor interno produtor de meios de produção, ele próprio carente de apoio financeiro profundo que não existia tradicionalmente.

Existia um hibridismo nas instituições brasileiras, de modo que empréstimos formalmente de curto prazo eram transformados em médio e longo prazos pela prorrogação dos vencimentos dos títulos (sucessivos endividamentos).

A presença dos empréstimos de curto prazo se justifica pela herança histórica financeira e econômica do Brasil, que não permitiria o desenvolvimento de uma estrutura de crédito de longo prazo, confinando os bancos ao apoio do comércio.

“De maneira geral, os créditos podem destinar-se ao financiamento: a) da formação real de capital (só nesse caso a criação de instrumentos financeiros se relaciona diretamente com o aumento de capacidade produtiva de um país e, por conseguinte, com seu processo de crescimento a longo prazo); b) do consumo, com fins de manutenção ou ampliação de um determinado nível de demanda efetiva; c) da produção corrente, garantindo uma taxa adequada de liquidez; e d) da aquisição de ativos reais e financeiros já existentes, com fins especulativos ou de acumulação.”²

O sistema financeiro brasileiro, no período estudado, só permitia a movimentação do capital de giro das empresas, dado que os empréstimos eram somente de curto prazo. Portanto, só atendia ao financiamento da produção corrente e da especulação, dentre as

¹ COSTA, F.N. Bancos em Minas Gerais (1889-1964). Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Mimeo, Campinas, 1978.

² CEPAL La Intermediación Financiera en la América Latina. s/ed., Santiago de Chile, 1971.

classificações da CEPAL. As necessidades de ampliação de capacidade produtiva e de investimentos fixos eram atendidas pelo financiamento interno das próprias empresas, através da retenção e reinvestimento de lucros.

As empresas familiares atendiam suas necessidades de financiamento através do penhor de jóias, hipotecas, etc.

O objetivo deste trabalho é desenvolver a idéia de que o sistema financeiro tradicional era frágil numa perspectiva de desenvolvimento industrial, e a Segunda Guerra Mundial o torna praticamente ocioso. Por isso, os agentes privados e o Estado recorreram a outras fontes de financiamento, o que enfraqueceu ainda mais os núcleos tradicionais de geração de crédito.

A despeito desta fragilidade congênita do sistema financeiro interno, o desenvolvimento industrial ocorreu, e o que esta pesquisa questiona é se o fato do sistema financeiro tradicional ter ficado à margem das novas atividades de financiamento foi ou não relevante para o modelo de crescimento econômico real verificado no período em estudo.

Esse estudo histórico, abrangendo da Segunda Guerra Mundial ao governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, será dividido em três capítulos, cada qual abordando um período relevante no entendimento da evolução do financiamento alternativo e atrofiamiento do sistema tradicional.

O primeiro capítulo descreverá o período de 1942 a 1946, enfatizando as mudanças provocadas pela guerra no financiamento privado interno do Brasil. O segundo capítulo abrange o período de 1946 a 1955 e o terceiro envolve o período de 1955 a 1960, sendo que ambos revelam como a situação econômica e financeira do país progressivamente modela as condições com as quais Juscelino Kubitschek se defronta ao idealizar a complementação da industrialização brasileira.

Em todos estes capítulos serão dedicados estudos da legislação financeira vigente, das instituições existentes e criadas e das modificações nas formas de financiamento dos agentes privados e do setor público.

CAPÍTULO I

RAÍZES DA MARGINALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL: 1942 - 1946

A quebra da Bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929 desencadearia uma crise de extraordinária universalidade e profundidade. Nas palavras de Hobsbawn³, foi algo muito próximo do colapso da economia mundial. Os países centrais menos afetados pela Primeira Guerra Mundial esforçavam-se para ordenar suas economias dentro dos antigos princípios da ordem monetária do padrão-ouro, com moeda estável plenamente conversível, mas esse tipo de ordenamento já não era possível.

Entre 1929 e 1932, o comércio mundial sofre uma drástica redução em consequência do fechamento da maioria das economias, numa tentativa de reduzir internamente os efeitos da crise global. Os conflitos da Segunda Guerra Mundial acentuam essa queda no fluxo comercial, e trazem ao Brasil consequências fundamentais no que se refere ao isolamento do sistema financeiro tradicional frente aos clientes potenciais que emergem após a guerra.

O fim do padrão-ouro e da conversibilidade do papel-moeda após a Primeira Guerra Mundial alteram a estrutura de financiamento interna brasileira também em outro sentido, desencadeando um processo de emissões e concessões de empréstimos intenso, o qual desembocará numa aceleração inflacionária a partir de 1939.

I.1- Mudanças no papel do financiamento interno tradicional frente à Segunda Guerra Mundial

Entre 1920 e 1930, o sistema bancário interno abandona a atividade exclusiva de intermediação comercial e, tangido pelo forte aumento do plantio cafeeiro em resposta aos esquemas de valorização, inicia uma tênue ligação com investimentos no setor produtivo. Os recursos financeiros oferecidos eram ainda de curto prazo, e a garantia das operações eram hipotecas.

³ HOBBSAWN, E. J. Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Nos momentos iniciais, os bancos não se desvinculam do movimento econômico relacionado ao comércio exterior, que lhes garantia altos lucros ao viabilizar a importação ou exportação num período de comércio internacional intenso. O Brasil vinha mantendo por quatro séculos um comércio exterior bastante ativo, e uma das provas disto era o número de empresas comerciais acima das industriais no país.⁴

Com a crise dos anos 30, os bancos que financiavam os fazendeiros de café, garantidos por hipotecas, foram obrigados a receber propriedades agrícolas para o pagamento dos empréstimos efetuados, dada a restrição de áreas consumidoras de produtos exportáveis. Já se iniciava a desarticulação das formas tradicionais de geração de crédito, porque a suspensão do padrão-ouro, a nível internacional, desarticula a principal atividade bancária, que era a intermediação comercial externa, e remete os bancos à operação com moeda inconvertível, no mercado interno.

Essas novas atividades são iniciadas timidamente, já que as emissões oficiais vão aumentar a desconfiança dos agentes econômicos e privilegiar o Banco do Brasil, que faz as vezes de Banco Central.

Nesse contexto de fragilização de suas operações tradicionais, a estrutura bancária passaria a acompanhar o mercado interno brasileiro, caracterizado até então por indústrias de bens-salários, como a têxtil, por exemplo. Esses passam a ser os clientes potenciais dos bancos comerciais e de depósitos, e é do financiamento da produção corrente destas indústrias que os bancos sobreviverão após a guerra, garantindo recursos de curto prazo para atender à demanda por capital de giro de seus novos clientes. O financiamento agrícola permanece, garantindo a produção na ausência de consumidores externos.

Há uma interiorização do sistema bancário, que ao deixar de concentrar-se nos pontos de intermediação do comércio externo, passa a acompanhar o crescimento e articulação inter-regional do mercado interno. Portanto, a evolução da estrutura bancária brasileira passará a refletir toda a fragilidade das atividades da indústria interna antes da guerra, uma indústria cujas bases eram arcaicas, a produção era baixa e ineficiente e a tecnologia empregada era ultrapassada. Era uma atividade industrial que se mantinha graças ao protecionismo do governo, ao fechamento da economia e à alta geração de emprego.

⁴ EDWARDS, C. D. Fontes de Crédito Para Novos Empreendimentos. In: "A Missão Cooke no Brasil". Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1949.

A Segunda Guerra Mundial, ao acentuar a restrição do comércio internacional, provoca uma forte retração no financiamento bancário interno. Esta retração do sistema financeiro tradicional leva ao surgimento de formas de financiamento alternativas, criadas pelos agentes econômicos para que a economia não deixe de operar por falta de crédito.

A guerra traz também novas necessidades, como a defesa nacional e investimentos estratégicos em indústria pesada. Em nenhum momento da história mundial a indústria pesada nasce da expansão do mercado interno de bens de consumo final. Nasceu apoiada nas estradas de ferro, e nos países mais atrasados (EUA, Alemanha, Japão e Rússia) nasceu devido ao grande apoio do Estado e com o apoio também importante do grande capital bancário, que mobilizou e concentrou capitais e acabou mesclando-se ao capital industrial. O Brasil enfrentaria empecilhos mais fortes na constituição de seu setor de bens de capital, dada sua industrialização retardatária. Não seria mais suficiente ampliar a escala de produção da indústria já existente; seria necessário um "salto" tecnológico que desse à indústria até então atrasada condições de produção em grandes escalas, o que por sua vez exige alto volume de investimento inicial e o uso de tecnologias mais avançadas. Porém, esta tecnologia não se encontrava disponível no mercado internacional, dado o oligopólio das empresas dos países industrializados.

A vinda de várias missões norte-americanas ao país, dentre as quais destaca-se a Missão Cooke ⁵, foi de relevante importância no traçado de um perfil da economia brasileira durante a guerra, e na avaliação da viabilidade de se implementar a indústria pesada nessa economia. A Missão Cooke defendia que a tecnologia industrial de um país, para ser mais eficiente, devia desenvolver-se num contexto econômico-financeiro favorável. Dada esta condição, a missão procurou, inicialmente, realizar uma avaliação dos fatores mais

⁵ A missão Cooke, chefiada por Morris Cooke, chegou ao Brasil, em caráter oficial, em 1942. Era composta por uma equipe de especialistas norte-americanos em diversas áreas produtivas e econômicas, cujo objetivo era analisar a situação do Brasil quanto à produção, transportes, combustíveis, petróleo, energia, aproveitamento do Vale do São Francisco e outros aspectos relevantes da economia brasileira da época. O governo americano declarava que, dentre os objetivos dos estudos da missão, estavam o de aumentar a produção brasileira de artigos essenciais e ajudar a estabelecer as bases para a consolidação e progresso da economia industrial do Brasil.

Foi uma missão de grande importância para o estabelecimento do processo industrial brasileiro, e teve influência decisiva nos rumos que este processo tomou.

A missão contou com o apoio e colaboração de numerosos órgãos e técnicos brasileiros. O relatório analisado neste trabalho monográfico é uma tradução do texto original do relatório da Missão Cooke, enviado ao presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, feita pelo CEPB (Centro de Estudos de Problemas Brasileiros) da Fundação Getúlio Vargas.

importantes da economia brasileira, e qual a sua influência para o desenvolvimento tecnológico desejado pelo governo. Um exemplo disto foi a avaliação do sistema educacional brasileiro, que para a missão era mais que fundamental no desenvolvimento do mercado interno, até então bastante limitado.

A Missão Cooke destacava que, entre os obstáculos para a industrialização brasileira, estava a dificuldade em financiar novos estabelecimentos e a ausência de assistência técnica para a resolução de novos problemas. Na tentativa de enfrentar estas dificuldades, o governo brasileiro cogitava a criação de um banco, sob o seu controle, cujas atividades se voltassem para o desenvolvimento de indústrias no país, atendendo ao projeto desenvolvimentista brasileiro.

O banco realizaria empréstimos de longo prazo; desenvolveria um mercado de títulos; asseguraria assistência técnica a seus clientes e outros agentes interessados; agiria como intermediário na aquisição de equipamentos; e poderia, quando solicitado, cuidar da administração provisória ou permanente das empresas.

O capital inicial deste banco seria subscrito pelos governos federal e estaduais, além de outras instituições públicas, como os institutos de aposentadoria e pensões. As ações seriam oferecidas ao público em geral e, principalmente, às empresas que se utilizassem dos serviços do banco. Cogitava-se também a venda de ações no estrangeiro.

O principal obstáculo para o crescimento de empresas de larga escala era a dificuldade de obtenção de capital para fins industriais. Como não existiam informações suficientes para estimar quais as economias realizadas no Brasil, e entender quais as fontes destas economias e como estavam distribuídas entre os diversos investimentos, não era possível determinar até que ponto a escassez de capital podia ocasionar dificuldades na mobilização de fundos para novos empreendimentos industriais. Mas o empirismo na obtenção de recursos para levantamento de capital era, simultaneamente, resultado e causa de um desenvolvimento relativamente pequeno e regional.

O controle cambial tornava mais complexo o problema relativo às economias internas brasileiras. Os desequilíbrios comerciais decorrentes da Segunda Guerra Mundial e os vários empréstimos externos de guerra resultaram em um acúmulo de saldos monetários, no

exterior, em poder do Banco do Brasil, e no aumento do poder aquisitivo interno, que não podia deslocar-se em grande parte para a importação.

A riqueza brasileira derivava tradicionalmente da agricultura e do comércio exterior, como dito anteriormente, e os investidores internos possuíam o hábito de destinar recursos aos campos, bens imóveis e apólices do governo. As empresas que necessitavam de maior volume de investimentos eram financiadas no exterior, através do acúmulo de lucros. As empresas nacionais iniciavam suas atividades geralmente através de economias de família e de amigos pessoais, recursos que eram aumentados pelo reinvestimento dos lucros.

Não haviam mecanismos internos que permitissem reunir os recursos das várias famílias e aplicá-los numa única empresa. Na realidade, não existiam meios adequados à obtenção de capital nem mesmo de investidores relativamente mais importantes.

O problema de levantamento de capital era diferente de acordo com o vulto da companhia e sua capacidade para obter recursos externos. Era freqüente as companhias estrangeiras realizarem negócios no Brasil independentemente do mercado interno de capitais, importando seus recursos ou expandindo-se apenas com a acumulação de seus lucros. Um exemplo era a Companhia Brasileira de Carris, Luz e Força, estabelecida em 1912 para o controle de várias empresas responsáveis pelos serviços de bondes, ônibus e telefones, além da distribuição e produção de gás e eletricidade em São Paulo e Rio de Janeiro. As companhias originárias obtiveram todo seu recurso no exterior, e a organização desta empresa efetuou-se sem qualquer novo investimento, pela troca de títulos das companhias exploradoras por títulos da companhia controladora. Esta companhia reinvestia seus lucros de forma a aumentar seu patrimônio, e esta tendência aumentou pela dificuldade de obter permissão do governo para a compra de cambias destinadas a remessas para o exterior (impossibilitada de remeter lucros ao exterior, esta companhia os reinvestia no Brasil).

O Brasil apresentava também uma situação interna de riscos aos investidores internacionais, dada a incerteza em relação ao futuro do câmbio (os investidores tinham receio de não poder realizar remessas para o exterior), e em relação ao nível de preços, cuja tendência seguia ascendente. Além disso, a situação política do país tendia para a diminuição

do campo de atuação das empresas estrangeiras internamente, além da imposição de que suas atividades assegurassem um desenvolvimento industrial de caráter nacional.

Passaram a existir normas que regiam os investimentos provenientes do exterior, e era vedado aos estrangeiros ⁶:

1. constituir sociedades anônimas, sem autorização específica do governo;
2. explorar minas ou quedas d'água, individualmente ou através de sociedades anônimas;
3. ser proprietários, acionistas, diretores ou editores de empresas que publiquem jornais ou revistas;
4. instituir empresas exploradoras de serviços de utilidade pública, a não ser com maioria de dirigentes brasileiros e que em mãos destes esteja toda a autoridade executiva;
5. fundar bancos de depósitos ou companhias de seguros, sem que toda as ações estejam em posse de brasileiros;
6. construir ou possuir navios de registro brasileiro, servir como práticos em portos, rios ou lagos, ingressar no serviço de transporte de mercadorias por via marítima ou fluvial, entre portos do Brasil;
7. exercer, numa faixa de fronteiras de 150 km, o comércio e a indústria, individualmente ou através de empresas cuja maioria e autoridade executiva não esteja confiada a brasileiros natos;
8. operar qualquer empresa de transportes ou comunicações, na zona acima referida;
9. adquirir terras dentro de 30 km da faixa das fronteiras do território nacional ou viver dentro desta zona, sem autorização;
10. possuir propriedade rural sem ter estabelecido residência permanente como agricultor, ou trabalhado no Brasil pelo menos durante um ano;
11. dedicar-se a qualquer profissão liberal, exceto nos casos em que os direitos recíprocos tenham sido estabelecidos por tratado internacional, ou obter reconhecimento, no Brasil, de diplomas profissionais recebidos no exterior;
12. ser leiloeiro ou corretor;
13. dedicar-se à pesca em águas brasileiras;

⁶ EDWARDS, C. D., *op. cit.*, p.329. Resumo baseado em um memorando relativo às leis aplicáveis a estrangeiros no Brasil, preparado para a Missão Cooke por Alvaro Ozório de Almeida, do Ministério das Relações Externas.

14. constituir mais de um terço de qualquer categoria de empregados, ou receber mais de um terço do montante da folha de pagamento, de qualquer empresa industrial, comercial ou de utilidade pública (exceto nas indústrias extrativas, que não sejam de mineração, e em indústrias rurais destinadas ao beneficiamento de produtos agrícolas locais), exceto quando, a juízo do governo, for considerada em escassez a mão-de-obra nacional adequada.

A maioria das empresas brasileiras eram familiares, cujo capital era obtido num círculo restrito de amigos e parentes. Esta forma de financiamento satisfazia quando considerado que o porte destas empresas era relativamente pequeno, mas por outro lado impedia que seu crescimento atingisse grandes escalas de produção. As maiores empresas nacionais também tiveram esta origem familiar. Um exemplo era a Companhia Sorocabana de Material Ferroviário, que se iniciou como uma sociedade anônima de 14 pessoas, onde apenas uma não tinha parentesco com Mariano Ferraz, seu principal acionista e organizador. Esta companhia era uma das três principais empresas brasileiras de construção, reparação e manutenção de equipamento ferroviário.

O governo brasileiro se esforçava para estimular a criação de empresas através de métodos de obtenção de capital ainda não experimentados no país. Um exemplo é a Cia. Siderúrgica Nacional, destinada a ser a maior e mais completa usina de aço e ferros brasileiros. O plano financeiro iniciou-se em 1940, e previa a obtenção de metade do capital nos Estados Unidos e metade no Brasil. Em 1941, o Export-Import Bank emprestou à Cia. US\$20.000.000, e posteriormente, dado aumento nas estimativas de custo, aumentou o empréstimo para US\$25.000.000, a ser reembolsado até 1955.

A Cia. recebeu apoio do governo, que efetuou uma campanha entre as entidades públicas e semi-oficiais que mantinham reservas investidas para pagamento de aposentadorias e fins semelhantes, e estas entidades subscreveram um total de US\$12.500.000, recebendo ações preferenciais com juros oficialmente garantidos.⁷ O

⁷ O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários subscreveu US\$3.750.000, a Caixa Econômica Federal de São Paulo US\$3.500.000, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes US\$2.750.000, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários US\$1.000.000, a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro US\$750.000, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos US\$585.000, a Caixa de Pensões da Carris, Luz, Força e Gás do Rio de Janeiro, a Caixa de Pensões da Telefônica do Rio de Janeiro e a Caixa de Pensões dos Servidores Públicos de Santos US\$50.000 cada uma, e a Caixa de Pensões dos Ferroviários US\$15.000.

governo encampou US\$12.500 de ações comuns, propondo revendê-las ao público quando possível.

Ao todo, cerca de 26.000 subscritores, dos quais muitos eram empresas industriais e comerciais, adquiriram ações no valor de US\$4.319.000 até fins de 1942. Cerca de 44% das compras se efetuaram no Distrito Federal (então Rio de Janeiro), 22% em São Paulo, e quase 11% em Minas Gerais, num total de 77% das emissões. No Rio Grande do Sul as compras foram de US\$181.000; na Bahia e no Estado do Rio de Janeiro foram entre US\$100.000 e US\$150.000; em Santa Catarina, Paraná e Alagoas entre US\$50.000 e US\$100.000; em todos os outros estados as compras foram de menos de US\$50.000.

A maioria das vendas foi feita via bancos, e os agentes mais importantes nestas vendas foram as Caixas Econômicas Federais. Corretores de títulos, a própria companhia e o governo completaram o quadro dos vendedores das ações.

Um outro exemplo é a Cia. Vale do Rio Doce, que foi organizada em 1943 para explorar os maiores depósitos de ferro do Brasil, tendo parte de seu capital subscrito para 5.354 acionistas, parte do governo e tendo ainda obtido um empréstimo do EXIMBANK.

As companhias brasileiras cujo caráter não era semi-oficial tinham de levantar recursos sem a ajuda de campanhas governamentais. No caso de investimentos altos, cujo empreendimento não fosse relativamente complexo e o investimento inicial não pudesse ser financiado apenas por recursos próprios ou de amigos, freqüentemente um banco era intermediário no levantamento do capital. Os bancos comerciais atuavam, deste modo, como um serviço de orientação informal para investimentos, e eram assiduamente consultados por pessoas que dispunham de dinheiro para investir. Mas, devido à legislação, os bancos eram obrigados a contratar serviços oficiais de corretagem pelos quais pagavam uma taxa; eram esses corretores que efetuavam, formalmente, a operação de financiamento.

O total de novos recursos que podiam ser mobilizados pelos bancos a um só tempo era insuficiente para suprir as necessidades de financiamento das grandes companhias. O caminho garantido para estas companhias eram os corretores de fundos, os quais eram responsáveis pela preparação do lançamento das ações.

Em 1939 há uma forte modificação nas leis sobre sociedades anônimas e corretagem, na tentativa de aumentar a proteção ao capitalista, conquistar a confiança do público e fortalecer a posição do corretor.

O nascente mercado de capitais brasileiro diferia em muito do mercado dos países desenvolvidos, devido à relativa fluidez nos investimentos. As transações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro eram pagas em dinheiro, ao invés das transações com títulos, o que impedia a especulação. As transações com títulos limitavam-se a transferências entre pessoas habituadas a conservar ações por um período maior de tempo, e sobretudo por aqueles que estavam interessados em receber dividendos anuais. Praticamente não ocorriam especulações e transações com o fim de obter lucros através de flutuações nos valores. Para maior visualização das negociações realizadas pelas bolsas, ver quadros reproduzidos no Anexo II deste trabalho monográfico.

O desenvolvimento amplo de meios para a mobilização de capital nacional era, portanto, indispensável à industrialização brasileira. A Missão Cooke considerava como formas de mobilizar esse capital nacional as seguintes fontes de crédito ⁸:

1. uma maior articulação entre os corretores de todo o país, para que os títulos pudessem ser colocados num âmbito regional ou nacional, e para que a industrialização atingisse todas as partes do país. Mas era necessário modificar a legislação sobre corretagem, para impedir que os corretores onerassem a venda dos títulos ao incorporarem altas comissões;
2. poderiam ser utilizados os fundos arrecadados pelas instituições de previdência social, que abrangiam trabalhadores da indústria, comércio, transportes, bancos, utilidades públicas e serviços governamentais. Os investimentos destes fundos eram , em 1943, US\$83.000.000, e as receitas somavam, em 1942, mais de US\$30.000.000. Até então, o uso destes fundos para o financiamento industrial era restringido pela legislação do país, mas eram utilizados no financiamento de investimentos imobiliários, terrenos para construções com fins comerciais e edifícios de apartamentos e escritórios, e as garantias destes financiamentos eram hipotecárias. Era através destes financiamentos sob hipoteca que os fundos da previdência tinham investido diretamente na indústria brasileira até

⁸ Conclusões apresentadas ao final do relatório oficial da Missão Cooke.

então. A maior parte deste dinheiro chegava às indústrias através do Banco do Brasil, que detinha altos volumes destes fundos depositados. Estes recursos eram inclusive utilizados no financiamento agrícola. Existia um projeto em estudo no Ministério do Trabalho para criar um único órgão financiador que substituísse os departamentos de investimento das várias instituições de previdência, de forma que essas passassem a ter competência para investir o dinheiro que até então depositavam no Banco do Brasil. Este órgão disporia de algo em torno de US\$18.000.000 anualmente. Mas a Missão considerava que estes fundos tinham no ano de 1939 o seu mais alto volume de recursos, e que estes deixariam de existir até 1952;

3. as companhias comerciais de seguros também dispunham de recursos a serem empregados no incentivo ao desenvolvimento industrial. A receita total dessas companhias era, em 1941, de aproximadamente US\$39.000.000, havendo um acréscimo de quase US\$7.700.000 às suas reservas e a declaração de lucros de aproximadamente US\$3.000.000. Assim, possuía um limite máximo como fonte de capitais novos de US\$10.500.000;
4. o Instituto de Resseguros do Brasil possuía, no fim do ano de 1942, investimentos avaliados em cerca de US\$1.000.000, dos quais US\$40.000 estavam aplicados em ações da Companhia Siderúrgica Nacional e o restante em apólices do governo;
5. outra fonte de investimentos era a carteira de empréstimos agrícolas, industriais e comerciais do Banco do Brasil, que usava parte dos fundos da previdência para seus empréstimos. Em setembro de 1942 essa carteira tinha um total de Cr\$5.485.000.000,00 de empréstimos e descontos realizados, o equivalente a quase US\$275.000.000. O volume de empréstimos industriais desta carteira era alto e tendia a aumentar.

Em 21 de janeiro de 1943, o decreto-lei n.º 5.212 criava a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio e das Forças Armadas. Essa Comissão pretendia elaborar planos de financiamento para a produção de interesse para a defesa econômica e militar do Brasil, e também manter um serviço para receber, classificar, armazenar e assegurar o valor comercial dos estoques de produtos agrícolas e matérias-primas, os quais o governo viesse a receber por operações de crédito. O Ministro da Fazenda foi autorizado a

realizar empréstimos necessários ao financiamento da produção, dentro de limites determinados pelo Presidente da República.

A missão Cooke sugeria ainda algumas maneiras de estimular o investimento industrial no país. Uma alteração nas leis do imposto de renda seria favorável, já que este imposto incidia com maior peso nos empréstimos privados e nos lucros das sociedades anônimas do que nas rendas de aluguéis e juros de apólices dos títulos do governo. Com isso reforçava-se a tendência em investir em apólices do governo ou bens imóveis. Uma outra medida seria evitar a competição dos títulos do Governo no mercado de investimentos. Os investidores poderiam auferir renda maior se aplicassem em fontes não industriais, devido aos juros altos pagos por bancos, hipotecas e apólices federais.

Havia ainda outro empecilho interno ao desenvolvimento da indústria pesada, relacionado ao fato de que o capital industrial interno obtinha altos lucros apenas através de diferenciação limitada do setor de bens de produção e bens de consumo (formação de indústrias de bens duráveis leves). Essa alta lucratividade era explicada, como mencionado anteriormente, pela grande proteção oferecida à indústria interna, pela baixa concorrência que esta sofria, pelos baixos custos reais e monetários da força de trabalho. As margens de lucro e o poder de transferir custos eram altos, dado o baixo poder de organização dos trabalhadores e a grande disponibilidade de mão-de-obra.

Os clientes potenciais dos bancos internos brasileiros após a guerra passariam, portanto, a ser as indústrias de insumos básicos e de bens de capital. Mas, como avaliado pela Missão Cooke, as prováveis fontes de financiamento para esses clientes não se originariam dos bancos comerciais, tampouco do incipiente mercado de capitais interno. O setor de bens de capital era constituído por investimentos ou financiamentos estrangeiros, dado que o capital bancário interno não dispunha de recursos para alavancar um "salto tecnológico". Essas indústrias, monopolistas e multinacionais, operavam com margens de financiamento muito altas, tendo grande capacidade de gerar recursos e podendo financiar suas plantas produtivas independentemente do mecanismo de intermediação interna. São filiais de empresas estrangeiras, tendo por isso facilidade de tomar recursos no exterior. Portanto, essa indústria é praticamente independente do sistema financeiro doméstico.

Quanto ao setor de insumos básicos e infra-estrutura, os investimentos exigiam um aporte de capital que os bancos internos também não podiam suportar, de forma que o Estado brasileiro, através de endividamento internacional, responsabiliza-se por estes setores.

Alguns setores alternativos que poderiam ter sido atendidos pelo sistema financeiro interno, como a construção civil, também não o serão por falta de capital a ser investido no longo prazo. O financiamento ficará, portanto, a cargo do setor público e da massa salarial agregada, por exemplo, nos institutos de previdência que surgem neste período.

E a partir do momento em que outros setores da economia nacional abrem-se à participação de capitais estrangeiros, a atividade bancária não se incorpora a esse padrão de internacionalização. O setor bancário fica marginalizado como mecanismo dinâmico.

Prova de que o sistema financeiro tradicional fica "para trás" é justamente sua inadequação às novas estruturas industriais que surgem no país após a II Guerra Mundial.

I.2- Algumas fontes de crédito e instituições financeiras do período.

O papel do sistema financeiro torna-se cada vez mais importante à medida que a atividade produtiva evolui e exige maior flexibilidade do sistema de crédito; e a importância do sistema financeiro também depende da maneira como este é organizado e controlado.

Desta forma, um sistema financeiro composto essencialmente por bancos comerciais terá sua atividade voltada principalmente para a concessão de crédito de curto prazo. Isto porque a principal fonte de captação destes bancos são os depósitos à vista, e a liquidez imediata destes depósitos permite aos bancos apenas investimentos compatíveis, ou seja, de rápida recuperação⁹.

À medida que a industrialização se intensifica, supostamente será necessária uma captação de fundos de prazo maior, para que a demanda por empréstimos de longo prazo possa ser atendida por esses bancos comerciais. Se os bancos comerciais não conseguem ajustar seus passivos para realizar este tipo de captação de prazo mais longo, o financiamento da industrialização será feito por vias extra-bancárias. Neste tipo de financiamento, as alternativas são o autofinanciamento, a captação em bolsas de valores,

⁹ TEIXEIRA, N. G. Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, ABDE, BNDE, Coleção Técnica 3, 1979.

etc. No caso destes mecanismos apresentarem-se também insuficientes, algum tipo de instituição financeira terá que ser criada para viabilizar a continuidade do processo de industrialização.

Casas Bancárias

As primeiras instituições financeiras surgidas no Brasil foram os bancos comerciais ou casas bancárias, que atendiam fundamentalmente as atividades mercantis urbanas, pelas próprias características da economia brasileira no século XIX. Para as necessidades da época, baseadas nos setores primários voltados à exportação, os mecanismos de financiamento não precisavam ser sofisticados. Neste contexto, as casas bancárias atendiam satisfatoriamente as necessidades de crédito da economia, e permaneceram na estrutura financeira brasileira até meados do século XX.

Eram geralmente empresas que, entre outras atividades comerciais e outros negócios, também comercializavam dinheiro. Além da emissão, serviam como caixa de penhor, concediam crédito popular, descontos e empréstimos a operários e pequenos agricultores, efetuando também operações de importação e exportação.

Atuavam em âmbito local, sendo que muitas casas bancárias surgiram pela possibilidade de emissão de papéis e pelo crédito agrícola e hipotecário. Num sistema financeiro como o brasileiro, em que a possibilidade de concessão de crédito de longo prazo para pequenos produtores era mínima, as casas bancárias exerciam um importante papel de garantir os investimentos a nível local ou regional.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil surge como primeira instituição de crédito do país em 1808.

Algumas medidas tomadas pelas autoridades governamentais e pelo Banco do Brasil foram muito importantes:

- em 1921, criação da Carteira de Redescontos e da Inspetoria Geral do Bancos;
- pós 1930, o Banco do Brasil passa a ser efetivamente o agente financeiro do governo;
- 1931, obtenção do monopólio das compras de câmbio em todo país;
- 1932, criação da Caixa de Mobilização Bancária;
- 1938, criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial;
- 1944, estabelecimento da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária.

A política de crédito do Banco do Brasil determinava a política dos demais bancos. Ele atuava com uma dupla característica: era um banco comercial e como tal disputava os depósitos com outros bancos, além de ter compromissos junto ao público; e operava como agente financeiro do Governo no Brasil e no exterior.

Esta atuação simultânea do Banco do Brasil durou até a década de 60, e levou a contradições que dificultaram a aplicação de uma política monetária e creditícia de controle relativo da taxa de inflação. Estas contradições envolvem fatores dentre os quais o comportamento ativo ou passivo do Banco do Brasil no processo de expansão dos meios de pagamento é fundamental .

Enquanto banco comercial, o Banco do Brasil disputava com outros bancos os depósitos e as taxas de lucratividade elevadas, e nesse sentido tinha papel ativo na expansão do crédito na economia. Havia uma clara contradição entre o papel que o Governo gostaria que o Banco do Brasil tivesse nesta área e o papel que ele realmente desempenhava, devido à divergência entre os interesses da União e os interesses dos presidentes do banco. Era o maior banco comercial do país, e expandia os meios de pagamento através dos empréstimos.

“ Uma acusação freqüentemente feita ao Banco do Brasil nas décadas de 40 e 50, contudo, foi exatamente o não ter permitido que o acúmulo de reservas internacionais na primeira metade dos anos 40 e a elevação do crédito estendido ao Governo, aos bancos e à agricultura diminuíssem de qualquer forma a expansão dos empréstimos e facilidades de redesconto que o Banco estendeu ao comércio, à indústria, aos transportes e à atividade de construção civil.” ¹⁰

Pela análise do quadro I do anexo III, verifica-se que tomando apenas os anos iniciais das décadas, os empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional passaram de Cr\$ 1,3 bilhão em 1940 para Cr\$ 18,7 bilhões em 1950. Os empréstimos do Banco do Brasil às atividades econômicas teriam passado de Cr\$ 1,7 bilhão em 1940 para Cr\$ 14,9 bilhões em 1950. Os empréstimos a bancos teriam crescido de Cr\$ 139 milhões para Cr\$ 2.9 bilhões entre 1940 e 1950 e o total de empréstimos do Banco do Brasil teria subido a uma elevada média anual de 26% entre 1940 e 1950.

¹⁰ MALAN, P.S. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES.

O Banco do Brasil concedia crédito, dentro das atividades econômicas, para a agricultura, para o comércio, para a indústria de construção, para os transportes, para a indústria manufatureira e outros. Parte destes empréstimos foi concedida pela Carteira de Crédito Geral do Banco e em sua maioria eram operações de curtíssimo prazo. Uma parcela grande, entretanto, foi concedida pela CREAL (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco), que em 1944/46 chegou a representar mais de 50 % do total concedido.

A CREAL foi criada em 1937 para o financiamento das atividades rurais e industriais e contava com uma estrutural falta de recursos próprios. A solução prática para estes problemas veio com a utilização das "disponibilidades gerais " do Banco do Brasil e de recursos da Carteira de Redescontos para cobrir esta falta de recursos. Durante alguns anos, parece ter existido uma estreita relação entre a emissão de papel-moeda de responsabilidade da Carteira de Redescontos e a contribuição desta para o suprimento de recursos da própria CREAL. Isto ocorre principalmente nos anos de 1945, 1946, 1949 e 1952.

O quadro III do anexo III mostra o crédito que foi concedido à agricultura e à indústria em termos reais, ou seja, deflacionado pelos índices de preços setoriais respectivos, e compara as variações anuais do crédito real com as do produto real de cada um destes setores.

Os dados da tabela mostram uma excessiva expansão de crédito, especialmente para agricultura entre 1939/42 e em 1944/45. No que se refere à indústria, a expansão excessiva se verifica em 1948/49 e 1951/52.

A CREAL recorria, além dos fundos de previdência, aos empréstimos do público emitindo obrigações, e estes empréstimos eram fundos para a carteira agrícola, estando também disponíveis para empréstimos industriais, principalmente se a indústria em questão fosse suplementar à agricultura. Os empréstimos se destinavam à aquisição de sementes e fertilizantes, financiamento das colheitas, compra de máquinas e animais, despesas com a criação dos animais, etc. Era expressamente proibido o uso dos empréstimos para aquisição de imóveis ou instalação inicial de equipamentos industriais, a não ser que estes equipamentos se destinassem ao beneficiamento de produções agropecuárias ou à defesa nacional.

Os empréstimos feitos por essa carteira eram limitados a 60% da colheita seguinte para os agricultores, a 60% do valor dos animais criados durante o período do empréstimo para os criadores, ao valor total das melhorias viabilizadas pelo empréstimo para os industriais, e em todos os casos o empréstimo era limitado a 60% da quantia dada em garantia ao financiamento. O prazo dos empréstimos era de 1 ano para auxílio na colheita, criação de animais ou aquisição de matérias-primas; 2 anos para compra de máquinas agrícolas ou de animais; 5 anos para os destinados ao aumento da produtividade das fazendas e 10 anos para a compra de máquinas industriais.¹¹

Em setembro de 1942, do total de empréstimos e descontos realizados pela carteira, a divisão era aproximadamente a seguinte: US\$37.000.000 para a indústria, US\$52.000.000 para a agricultura, US\$3.000.000 para o comércio, US\$7.500.000 para outros bancos, US\$150.000.000 a outras organizações públicas e US\$4.000.000 a clientes diversos. Aproximadamente 61% dos empréstimos industriais foram feitos a prazos acima de 2 anos. Dentre os empréstimos realizados, o relatório anual do banco em 1941 aponta US\$3.450.000 à Companhia Brasileira de Alumínio, US\$4.000.000 às Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. e US\$1.325.000 à Eletro-Química Brasileira S.A. O volume de empréstimos industriais desta carteira era alto e tendia a aumentar.

O Banco do Brasil sofria certas limitações enquanto fonte de novos recursos para capital industrial, devido às restrições quanto aos fins para os quais as indústrias podiam contrair empréstimos, os tipos de indústrias que podiam obter estes empréstimos e quanto à duração destes empréstimos. Além disso, o Banco do Brasil só podia emprestar capital sem riscos. Mas, frente à limitação de outras fontes de financiamento, o banco representava uma fonte importante de recursos (ver quadros Anexo II).

Bolsas de Valores

Como dito anteriormente, o mercado de capitais brasileiro era incipiente e as transações com títulos não almejavam a obtenção de lucro via especulação.

Os corretores atuavam como intermediários na compra e venda de títulos governamentais e privados. Existiam algumas Bolsas de Valores organizadas, como as do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Santos e Vitória. Mas essas bolsas tinham

¹¹ EDWARDS, C. D., *op. cit.*, p.338.

suas operações limitadas: a bolsa de Porto Alegre só negociava apólices do governo; a bolsa de Vitória tinha registrada apenas uma empresa privada; as bolsas de Recife e Santos tinham poucas companhias registradas. Sendo assim, somente São Paulo e Rio de Janeiro comercializavam títulos privados.

Esse mercado de capitais geralmente era acionado por empresas menos importantes que não conseguiam obter capital de familiares ou amigos, recorrendo então aos corretores oficiais. As empresas que recorriam às bolsas tinham capital entre US\$100.000 e US\$150.000, podendo atingir US\$ 500.000.

Os corretores atuavam como intermediários na colocação das ações, mas na colocação de obrigações a lei os obrigava a assumir a responsabilidade pela emissão. No caso de emissões de grande porte, o corretor poderia dividir a responsabilidade com corretores de outras bolsas ou de outras cidades. A negociação e colocação de novos títulos em cidades diferentes era rara. Era comum, antes do registro das empresas na bolsa, que as ações fossem negociadas com clientes dos próprios corretores.

A importância desse sistema de corretagem pode ser verificada no quadro II do Anexo II, o qual registra o aumento de novo capital levantado pelos corretores.

Havia a necessidade de desenvolver um mercado de títulos mais amplo, para que os títulos já lançados pudessem ser transferidos entre os agentes, tornando-os assim mais líquidos. A missão Cooke não considerava a Bolsa de *New York* como um bom modelo para a Bolsa do Rio de Janeiro, pois o Brasil deveria evitar a existência dos especuladores profissionais.

Instituições de Previdência Social

Os trabalhadores contribuíam nos fundos de previdência social com cerca de 5% de seus salários, e também contribuíam os empregadores e o governo federal. Coube ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários o pioneirismo na maior liberdade de investimentos para os fundos de arrecadação dos trabalhadores. Esses recursos passaram a ser utilizados em investimentos imobiliários com garantia em hipotecas e empréstimos do governo. A princípio estes fundos seriam utilizados na construção de casas para os contribuintes, para aluguel ou venda; entretanto, esses fundos tiveram crescimento

acentuado e passaram a financiar outros empreendimentos. O limite hipotecário para esses empreendimentos era de 70% do valor do terreno e construções, mais 30% do valor das instalações fixas.

Instituto de Resseguros do Brasil (I.R.B.)

As companhias de seguros, as instituições de previdência social e as comerciais eram obrigadas por lei a adquirir títulos do Instituto de Resseguros do Brasil, sendo que as companhias comerciais eram obrigadas ainda a fazer resseguros de partes variáveis das suas responsabilidades totais no I.R.B. Com isso, o volume de recursos disponíveis no I.R.B. para o investimento era grande.

CAMOB (Caixa de Mobilização Bancária) e SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito).

A criação da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) foi um movimento em direção à unificação do controle da política monetária, e antecedeu um período de industrialização acelerada.

O setor externo e as políticas monetária e fiscal adotadas no transcorrer da guerra geraram um aumento da inflação a partir de 1941, criando posteriormente uma série de medidas distorcidas na tentativa de reprimi-la.

A Carteira de Redesconto do Banco do Brasil foi reaberta ao final de 1930. Foi fixada uma taxa máxima de desconto de 6% e vencimento máximo de quatro meses para títulos descontáveis. As solicitações de emissões pelo Tesouro via Carteira de Redesconto, principalmente no que diz respeito ao financiamento da política cafeeira do Governo, seria uma causa importante da expansão da base monetária nos anos de 1930 a 1945.

A CAMOB (Caixa de Mobilização Bancária), criada em 1932 para "absorver os ativos ilíquidos que estavam obstruindo as Carteiras dos Bancos"¹² desempenhou um papel fundamental fornecendo aos bancos reservas líquidas, após grande parte das dívidas dos agricultores com o sistema bancário ter sido perdoadada através de um decreto governamental.

A manutenção da estabilidade bancária ao longo dos anos 30 deve-se ao fato dos bancos serem muito conservadores na concessão de empréstimos e à garantia dada pelo

¹² NEUHAUS, P. História Monetária do Brasil 1900-45. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.

Governo, concedendo empréstimos emergenciais que mantinham a confiança do público no sistema bancário.

O Papel da CAMOB

A CAMOB foi criada como um novo instrumento de política monetária em 09.06.1932¹³. A capacidade de empréstimos do sistema financeiro estava comprometida pela grande proporção de reservas mantidas contra as exigibilidades em depósitos, e essas reservas deviam-se à incerteza provocada pela Grande Depressão e também ao grande volume de depósitos ociosos de empresas que aguardavam remessas para o exterior.

As autoridades governamentais decidiram então formar um conjunto de reservas, impondo aos bancos comerciais o depósito obrigatório junto ao Banco do Brasil de toda moeda manual que excedesse 20% dos seus depósitos. Pela primeira vez impunha-se aos bancos brasileiros depósitos compulsórios (10% dos depósitos a prazo e 15% dos depósitos a curto prazo). O objetivo ao manter essas reservas era restituir fundos para aqueles bancos que mantinham em sua carteira grande quantidade de ativos de longo prazo e baixa liquidez, e cujos encaixes pudessem ficar abaixo das reservas mínimas então estabelecidas. A CAMOB receberia parte desses ativos congelados como garantia para os empréstimos a longo prazo. Se o total de empréstimos concedidos pela CAMOB excedesse os recursos do Banco do Brasil, ela poderia requisitar ao Tesouro a emissão necessária.¹⁴

A CAMOB, assim como a Carteira de Redescontos, contribuía para o papel do Banco do Brasil enquanto prestador de última instância. Introduziu um novo formato à confiança do público no sistema bancário ao assegurá-lo contra retiradas de fundos inesperadamente elevadas.

A CAMOB foi também essencial ao permitir que, no curto prazo, o Banco do Brasil tivesse maior flexibilidade para atender às necessidades do Tesouro e do Departamento Nacional do Café. Tornou-se mais eficaz e popular financiar o governo através das reservas depositadas na CAMOB do que recorrer à emissão de moeda, e assim funcionou o sistema bancário até 1935, quando o Banco do Brasil passa a ter direito de redescantar notas promissórias do Governo na Carteira de Redesconto.

¹³ Ver mais sobre CAMOB em Legislação, Cap. I, Parte III deste trabalho monográfico.

¹⁴ NEUHAUS, P., op. cit.

A Carteira de Redesconto, a partir de junho de 1932, passa a ter acesso a títulos de origem industrial, agrícola e pecuária, sendo que até então só aceitava títulos de origem comercial. Auxiliava também na aquisição de estoques de café pelo Departamento Nacional do Café, abrindo uma linha especial para títulos cafeeiros. Os empréstimos ao governo foram responsáveis pela maior parcela dos empréstimos efetuados pelo Banco do Brasil até 1945 (ver quadro IV anexo III).

O papel da CAMOB foi acentuado a partir de 1934, quando criou-se a Lei do Reajustamento Econômico, reduzindo em 50% as dívidas dos fazendeiros e pecuaristas existentes, contraídas antes de 30 de junho de 1930. Como os credores mais prováveis dos fazendeiros eram os Bancos Comerciais, foi autorizado que a CAMOB incluísse as apólices do Reajustamento Econômico nas suas operações, tomando-as como garantia dos empréstimos de longo prazo dos bancos.

Durante a Segunda Guerra Mundial há uma acomodação do Governo e do setor privado, acarretando não só uma acentuada expansão monetária a partir de 1941 como também a ignição de um processo inflacionário e uma seqüência de medidas para tentar controlá-lo. Mas a guerra traz também uma percepção de que algum tipo de política monetária deveria ser implantada para que se tornasse ativa e consciente, e não só fosse efetuada por uma resposta passiva do Banco do Brasil aos acontecimentos. Dessa percepção surge a SUMOC¹⁵ em 1945.

A intenção do governo de desenvolver indústrias básicas e recursos naturais durante a guerra foi fortalecida com a ampliação das oportunidades de redesconto e criação, em 1938, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Há um forte aumento na taxa de crescimento da base monetária a partir de 1941, devido principalmente à acumulação de ouro e reservas estrangeiras dado os superávits do balanço de pagamentos, às emissões de moeda de iniciativa da Carteira de Redescontos para o estímulo da atividade industrial e o crescimento econômico em geral, e ao financiamento do déficit através da emissão de moeda.

As atitudes do governo frente à expansão monetária variaram da indiferença à tomada de algumas medidas, que entretanto não surtiram efeito. Com a declaração de guerra

¹⁵ Ver mais sobre SUMOC em Legislação, Cap. I, Parte III deste trabalho monográfico.

aos países do Eixo em 1942, um conjunto de medidas foi aprovado para enfrentar os problemas de financiamento da guerra e a inflação ascendente.

Assim que a declaração de guerra foi feita, houve uma retirada maciça de papel-moeda dos bancos, forçando o decreto de um feriado bancário de oito dias. Simultaneamente foi criada uma nova moeda, o Cruzeiro ¹⁶, para desencorajar o entesouramento.

No esforço de guerra a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil passa a se encarregar dos controles sobre o comércio exterior.

Para financiar as despesas com a guerra, o Governo recorreu a emissões maciças de Obrigações de Guerra e Letras do Tesouro. A subscrição de Obrigações de Guerra se tornou compulsória e em 1944 o volume de emissão chegou a 8 milhões de contos. A emissão de Letras do Tesouro foi posteriormente ampliada para 5 milhões de contos.

Em outubro de 1942 as emissões para financiar o Tesouro foram proibidas por decreto, e os únicos meios de expansão da base monetária seriam a CAMOB e a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. A base monetária só se expandiria com fins produtivos, ou seja, a expansão monetária se adequaria às necessidades de crescimento econômico. O decreto também autorizava empréstimos da Carteira de Redescontos aos bancos utilizando emissões de Letras do Tesouro como garantia. Foi uma maneira de contornar, a partir de junho de 1943, a proibição ao Tesouro de emitir moeda, pois este provocava emissões extraordinárias da Carteira de Redescontos.

A instituição dos certificados de equipamento do Banco do Brasil foi uma maneira de utilizar uma política fiscal restritiva que controlasse o déficit orçamentário. Com eles buscava-se "a) esterilizar parcialmente os efeitos monetários da acumulação de reservas estrangeiras; e b) substituir os bens de capital depreciados durante a guerra assim que o retorno à paz permitisse a normalização das importações" ¹⁷.

Com a participação na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em 1944, o Brasil se associou ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial. Após esta conferência decidiu-se criar, em 1945, a SUMOC, não só para coordenar a política monetária como também para lançar as bases para a criação do Banco Central. Foi uma

¹⁶ Decreto-lei 4791 de 05-10-1942.

¹⁷ NEUHAUS, P., op. cit.

medida motivada em parte pela apreensão diante da expansão monetária e da inflação crescente desde 1940, além da expansão da rede bancária no início da década de 40.

Um dos motivos para a criação da SUMOC, no curto prazo, foi "o receio de que, se o mecanismo semi-automático criado em 1942 operasse sem restrições, ele poderia ter um efeito deflacionário indesejável (no sentido de um decréscimo muito rápido da taxa de expansão monetária), à proporção que as Letras do Tesouro usadas como garantia dos empréstimos maciços da Carteira de Redescontos aos Bancos fossem sendo resgatados produzindo, assim, um efeito contracionário sobre a base monetária".¹⁸

A SUMOC foi criada pelo Decreto-lei n.º 7.293 de 02 de fevereiro de 1945 e dentre suas principais funções destacavam-se:

- decisões quanto às necessidades de emissão de moeda e requisições dessas emissões junto ao Tesouro Nacional;
- depositária das reservas legais dos bancos comerciais, fixadas inicialmente em 8% sobre os depósitos à vista e 4% sobre os depósitos a prazo (em 1946 esses números são alterados para 3% e 2% respectivamente, sendo a partir de então várias vezes modificadas);
- regular as taxas de juros bancários e de desconto;
- operações no mercado aberto com os títulos do Governo;
- supervisão dos empréstimos da Carteira de Redesconto e da CAMOB aos bancos comerciais;
- Regular o sistema bancário em geral;

Como uma de suas primeiras medidas, a SUMOC torna apenas a quantidade de moeda, e não o seu lastro-ouro, um elemento relevante na política monetária. Suspendeu a venda compulsória da produção doméstica de ouro ao Banco do Brasil, autorizando a venda de ouro ao público no mercado aberto. O ouro também não seria restrito apenas ao lastro da emissão, podendo ser usado pelo Governo como um ativo ordinário de reserva internacional.

A principal inovação da SUMOC foi passar a acompanhar os agregados monetários de perto, e sujeitar sua expansão a um certo tipo de programação, embora imprecisa.

¹⁸ Idem.

Mas a criação da SUMOC teve mais uma função de estabilização da economia do que fiscalização bancária, de modo que não trouxe mudanças significativas ao setor bancário no que diz respeito à sua composição e funcionamento. Em 1965 a SUMOC seria substituída pelo Banco Central do Brasil.

I.3- Legislação

Dentre os muitos decretos-lei instituídos no período, foram selecionados alguns de relevância para o assunto em estudo.¹⁹

O decreto-lei 2627 de 26-09-1940 dispunha sobre as sociedades por ações. As S.A.s não poderiam negociar com suas próprias ações, mas poderiam criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis sem valor nominal e estranhos ao capital social, sob o nome de partes beneficiárias. Esses títulos confeririam aos seus proprietários direito de crédito eventual contra a S.A., consistente em participação nos lucros líquidos anuais que, segundo a lei e os estatutos deviam ser distribuídos pelos acionistas. A S.A. também podia caucionar ou penhorar as ações.

O Governo poderia ordenar que a S.A., cumpridas as formalidades legais para o seu funcionamento, promovesse, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a cotação de seus títulos. Essa determinação era obrigatória para as S.A. que usufríssem, ou que viessem a usufruir, de favores do Governo Federal.

S.A. ou S.A.s estrangeiras não poderiam funcionar no país sem autorização do Governo Federal, mas poderiam ser acionistas de S.A.s brasileiras. O Governo Federal poderia estabelecer outras condições além das exigidas por leis especiais na autorização, se assim julgasse conveniente à defesa dos interesses nacionais.

Se o acionista não pagasse pela ação, a S.A. poderia mandar vender as ações, por conta e risco do acionista que não pagou, na Bolsa de Valores. Do resultado da venda seriam deduzidas as despesas com a operação (e dependendo do estatuto, juros e multa), ficando o saldo disponível ao ex-acionista na sede da S.A. Se não houvesse comprador para as ações, a S.A. faria suas as entradas realizadas.

¹⁹ Ver também Anexo I.

Pelo decreto-lei 3077 de 26-02-1941, toda importância em dinheiro cujo levantamento ou utilização dependesse de autorização judicial seria obrigatoriamente recolhida junto ao Banco do Brasil. Seriam recolhidos todos os departamentos em dinheiro para garantir a execução do pagamento de serviços de utilidade pública, recebidos dos consumidores ou assinantes pelas empresas concessionárias. As importâncias recolhidas não venceriam juros a favor das empresas concessionárias; os consumidores de assinantes, entretanto, depois de liquidados os respectivos depósitos poderiam reclamar, por intermédio dessas empresas, o pagamento dos juros relativos ao tempo em que tais depósitos tinham permanecido no Banco do Brasil, os quais seriam contados à taxa que vigorasse para os depósitos judiciais em conta de movimento.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões recolheriam obrigatoriamente ao Banco do Brasil 15% de seus depósitos ou fundos, que lhes seriam creditados em conta a prazo fixo de 1 ano aos juros de 5% a.a. , para a tomada de bônus que fossem emitidos nos termos do Art.4º da lei n.º 454 de 09/07/1937 do decreto-lei n.º 574 de 28/07/1938 e do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial aprovado pelo Ministro da Fazenda.

O decreto-lei 3182 de 09-04-1941 estabelecia o prazo para a transformação dos bancos de depósitos e dispunha sobre a propriedade, transferência, penhor ou caução das ações ou cotas de capital desses bancos. Só poderiam funcionar bancos de depósito cujo capital fosse inteiramente de pessoa física brasileira. Quem possuísse ações ou cotas de capital desses bancos poderiam transferi-las a quem não fosse pessoa física brasileira.

Pelo decreto-lei 3293 de 21-05-1941 criava-se no Banco do Brasil a Carteira de Exportação e Importação, destinada a estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros.

Seus recursos eram:

- a) emissão de bônus (que não deveria exceder o total das aplicações realizadas, obrigando a redução destas ao resgate de quantia correspondente em bônus);
- b) operações de crédito no país ou estrangeiro, mediante garantia de produtos que tivessem sido ou viessem a ser adquiridos;

- c) redesconto, junto à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, de títulos garantidos com penhor ou com depósitos de mercadorias;
- d) além dos recursos adiantados pelo próprio Banco do Brasil.

Operações de assistência ao fomento de exportação e importação, a serem realizados em harmonia com a carteira cambial:

- 1) adiantamento aos produtores de mercadorias exportáveis, cujo comércio apresentasse dificuldades transitórias a médio e longo prazo, conforme a natureza dos produtos e com garantia destes.
- 2) crédito a médio e longo prazo para financiamento de importações indispensáveis ao consumo interno ou de matéria-prima e aparelhagem necessária à organização econômica, mediante a garantia das próprias mercadorias importadas.

A Carteira de Exportação e Importação poderia realizar as operações abaixo para financiar a anormais do mercado ou dificultado pelas circunstâncias emergentes do comércio internacional, ou, quando em defesa dos superiores interesses da economia nacional fosse necessário disciplinar ou auxiliar, mediante facilidades e recursos, as importações imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades econômicas do Brasil, ou destinados a melhorar a aparelhagem das organizações agrícolas e industriais do país:

- a) comprar, por conta de terceiros, produtos exportáveis, de fácil e segura conservação armazenando-os para vendas oportunas. Comprar também pela Carteira quando fosse possível.
- b) adquirir no estrangeiro mercadorias necessárias ao consumo interno quando fosse preciso ou comprar por conta própria quando pudesse conjugar as operações de compra com a exportação de produtos nacionais adquiridos nas condições da letra anterior.

Competiriam também à Carteira de Exportação e Importação cooperar com os poderes públicos para que as compras do Governo se processassem do modo mais conveniente ao intercâmbio brasileiro; e também cooperar com os poderes públicos na elaboração de acordos internacionais, financeiros ou comerciais.

As mudanças provocadas pela guerra na economia brasileira ficam evidentes no decreto-lei 4750 de 28-09-1942, que mobilizava todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual fosse sua origem, para a guerra, inclusive trabalho

humano. A Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil controlaria a importação e exportação de matérias-primas, semi-manufaturados e manufaturados, etc. Outro exemplo é o decreto-lei 4129 de 25-02-1942, pelo qual ficava proibida a exportação ou reexportação para o estrangeiro de veículos a motor, máquinas e equipamentos e seus acessórios e pertences, montados ou desmontados conjunta ou separadamente. A exceção eram os veículos de passageiros em trânsito no país e propriedade de representantes diplomáticos. E pelo decreto-lei 4789 de 05-10-1942 ficava autorizada a emissão de títulos da Dívida Pública para fazer frente a despesas de guerra; eram as Obrigações de Guerra. O decreto-lei 5159 de 31-12-1942 isentava do pagamento das Obrigações de Guerra os funcionários públicos e todos aqueles que tivessem renda mensal menor que Cr\$ 250.

Um decreto-lei importante é o n.º 5415 de 16-04-1943, que mudava o regulamento das Caixas Econômicas Federais. A classificação destas instituições passava a seguir os seguintes parâmetros:

- a) especiais: depósitos superiores a Cr\$ 500.000.000.
- b) de 1ª classe: depósitos superiores a Cr\$ 200.000.000 até Cr\$ 500.000.000 (inclusive).
- c) de 2ª classe: depósitos superiores a Cr\$ 100.000.000 até Cr\$ 200.000.000 (inclusive).
- d) de 3ª classe: depósitos superiores a Cr\$ 50.000.000 até Cr\$ 100.000.000 (inclusive).
- e) de 4ª classe: depósitos até Cr\$ 50.000.000 (inclusive).

E dentre as Caixas Econômicas Federais existentes, ficaram assim classificadas:

- a) especiais: Rio de Janeiro e São Paulo;
- b) de 1ª classe: Rio Grande do Sul;
- c) de 2ª classe: Bahia e Rio de Janeiro (Estado);
- d) de 4ª classe: Pernambuco, Paraná e Minas Gerais.

Pelo decreto-lei 5475 de 11-05-1943, a Caixa de Amortização ficava autorizada a vender diretamente ao público as Obrigações de Guerra. Com a receita destas obrigações, a Caixa de Amortização poderia suprir as repartições federais. Os bancos poderiam vendê-las com autorização e mediante depósito na Caixa de Amortização do mesmo volume do valor dos títulos.

O decreto-lei 5814 de 14-09-1943 ampliou as atribuições do Banco de Crédito da Borracha S.A.. Este banco passou a ser responsável por:

- a) desenvolvimento dos meios de transporte entre as zonas de produção e os centros nacionais de distribuição de borracha;
- b) fomento da agricultura e estabelecimento de fazendas de gado nos seringais, para facilitar e baratear o fornecimento de gêneros de alimentação ao pessoal que neles trabalhassem;
- c) melhoria, beneficiamento e padronização da borracha, aplicando para isso um fundo especial.

Pelo decreto-lei 6020 de 23-11-1943, o governo do Estado de Minas Gerais ficava autorizado a assumir a administração do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, porque a maioria dos acionistas do banco eram franceses, e a França estava ocupada pela Alemanha, o que impedia a representação destes acionistas nas assembleias gerais realizadas. Além disso, os diretores do banco o estavam afastando das finalidades de sua fundação (operar sobre crédito hipotecário e agrícola). Essa administração cessaria quando a guerra acabasse.

O decreto-lei 6225 de 24-01-1944 criava os Depósitos de Garantia no Banco do Brasil para que as empresas pudessem obter dinheiro se os clientes não lhes pagassem. Eram certificados de equipamento para máquinas e utensílios agrícolas a ser adquiridos no exterior, retirados no ato da compra. Rendiam 3% a.a., e o pagamento era feito via Banco do Brasil pelo Governo Federal.

O decreto-lei 6410 de 10-04-1944 autorizava a emissão de novos títulos para pagar dívida externa. Vendas de Obrigações de Guerra eram feitas para trocar por títulos e obter dinheiro para a guerra. Os títulos pagavam juros semestrais.

O presidente da República, através dos poderes a ele estabelecidos pela Constituição, e considerando que em uma situação de guerra vários elementos interferiam no sentido de perturbar a confiança necessária à normalidade dos negócios em geral (sendo dever do governo anular-lhes a ação) ,e também considerando fundamental assegurar aos bancos condições de mobilidade de seus ativos que lhe permitissem, em qualquer emergência, fazer face aos compromissos assumidos com seus depositantes e às necessidades posteriores com os deveres, reorganizava a Caixa de Mobilização Bancária através do decreto-lei 6419 de 13-04-1944.

A Caixa de Mobilização Bancária havia sido criada pelo decreto-lei 21.499, de 09-06-1932, e agora ficaria restabelecido seu pleno funcionamento, apenas com a nova denominação de Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária (CAMOB).

A CAMOB poderia aceitar em caução os títulos de operações já realizadas até a data de 31 de dezembro de 1943, ou que as substituíssem em virtude de composições posteriores com os deveres.

Todo pedido de inscrição de instituições financeiras seria feito à administração da CAMOB que, antes de despachá-lo, determinaria todas as diligências que julgasse necessárias para o seguro esclarecimento da situação em que se encontrava o estabelecimento solicitante. As diligências teriam que ser feitas em sigilo, sendo que a CAMOB responderia civilmente pelas perdas e danos que decorressem da quebra do sigilo exigido. As liminares sem a realização do capital mínimo previsto para a sua categoria e de casas bancárias seriam dirigidas ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda por intermédio da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, que promoveria as diligências necessárias à instrução do processo, inclusive sobre a idoneidade dos incorporadores, e emitiria o seu parecer.

Nenhum estabelecimento bancário era autorizado a funcionar sem a realização do capital mínimo previsto para a sua categoria e área de operações, na forma geral que fosse estabelecida pela CAMOB, em ato aprovado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. Somente os bancos de capital superior a Cr\$ 50.000.000 poderiam abrir filiais e agências em todo o território nacional. Os bancos de capital inferior a Cr\$ 50.000.000 e superior a Cr\$ 20.000.000 só poderiam abrir filiais ou agências nas regiões que tivessem indicado no pedido de autorização, quando diferido, ou naquelas que constassem do ato de autorização. Os bancos de capital inferior a Cr\$ 20.000.000 e superior a Cr\$ 5.000.000 somente poderiam operar dentro das áreas municipais contíguas, indicadas no ato de autorização. Os de capital inferior a Cr\$ 5.000.000 somente poderiam operar nos municípios em que estivessem instaladas suas sedes.

A instalação de sucursais, filiais ou agências de bancos nacionais no exterior dependeria, em cada caso, de autorização expressa da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária.

A CAMOB, mediante audiência do seu conselho administrativo, submeteria à aprovação do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda os limites mínimos de capital que deveriam ser observados por funcionamento de casas bancárias, atendendo à importância econômica das praças em que estavam localizadas, à existência ou não de outros bancos, agências ou casas bancárias e a outros fatores que a seu juízo pudessem influir na fixação dos critérios a adotar.

A Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária seria responsável por todas as atribuições de fiscalização para que esse decreto-lei fosse cumprido. Continuavam em vigor as disposições concernentes à fiscalização bancária, a cargo da Diretoria das Rendas Internas, no tocante aos interesses do fisco e a cargo da Carteira Cambial do Banco do Brasil, no que se referia às operações de câmbio.

Para os estabelecimentos bancários que não tivessem sua sede em praças servidas por agências do Banco do Brasil, a administração da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária poderia fixar uma percentagem maior de encaixe do que a indicada por lei, tendo em vista a distância e as vias de comunicação para a agência mais próxima.

Sempre que a administração da CAMOB julgasse inconveniente a liquidação judicial das garantias de seus créditos vencidos, poderia intervir na administração dos creditados, a fim de assegurar o cumprimento dos respectivos contratos. A intervenção seria processada por intermédio de um delegado de livre escolha da CAMOB, o qual ficaria, por força dessa lei, investido de todos os poderes estatutários conferidos à administração de crédito.

O decreto-lei 6541 de 29-05-1944 dizia respeito à autorização para funcionamento de casas bancárias. Modificava o art. 5º do decreto-lei 6419, de 13-04-1944, que passava a ter a seguinte redação:

“Art. 5º : nenhum estabelecimento bancário será autorizado a funcionar sem a realização do capital mínimo previsto para a sua categoria e área de operações, na forma geral que for estabelecida pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária em ato aprovado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda “.

Somente os bancos de capital igual ou superior a Cr\$50.000.000 poderiam abrir filiais de agências em todo território nacional. Os bancos de capital igual ou superior a Cr\$20.000.000 e inferior a Cr\$50.000.000 só poderiam abrir filiais ou agências em regiões

que tivessem indicado no pedido de autorização, quando diferido, ou naqueles que constassem do ato de autorização. Os bancos de capital igual ou superior a Cr\$5.000.000 e inferior a Cr\$20.000.000 somente poderiam operar no estado para o qual fossem autorizados e dentro das áreas municipais indicadas no ato de autorização. Os bancos de capital inferior a Cr\$5.000.000 somente poderiam operar nos municípios em que estivessem instalados.

A instalação de sucursais, filiais ou agências de bancos nacionais no exterior dependeria, em cada caso, de autorização expressa da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária .

O decreto-lei 6634 de 27-06-1944 estabelecia o redesconto limite. Os bancos, incluindo o Banco do Brasil, teriam direito a redescontar títulos até a importância máxima correspondente ao capital e fundos de reserva realizados no país. O limite de redesconto seria fixado trimestralmente. As operações de redesconto eram privativas da Carteira de Redescostos do Banco do Brasil.

Pelo decreto-lei 7293 de 02-02-1945 era criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Suas funções eram:

- a) emissão de papel-moeda ao Tesouro Nacional;
- b) receber com exclusividade depósitos de bancos;
- c) delimitar, quando julgasse necessário, as taxas de juros e abonar às novas contas, pelos bancos, casas bancárias e caixas econômicas;
- d) fixar, mensalmente, as taxas de redesconto e juros dos empréstimos a bancos, podendo vigorar taxas e juros diferentes, tendo em vista as regiões e peculiaridades das transações;
- e) autorizar a compra e venda de ouro ou cambiais;
- f) autorizar empréstimos a bancos por prazo não superior a 120 dias, garantidos por títulos do Governo Federal até o limite de 90% do valor em bolsa;
- g) orientar a fiscalização dos bancos;
- h) orientar a política de câmbio e operações bancárias em geral;
- i) promover a compra e venda de títulos do Governo em Bolsa;
- j) autorizar o redesconto de títulos de empréstimos a bancos nos termos da legislação que vigorar.

Independentemente do fato de manterem em caixa o numerário julgado indispensável ao seu movimento, os bancos eram obrigados a conservar em depósito no Banco do Brasil, à ordem da SUMOC, sem juros:

- a) 8% sobre o valor dos depósitos à vista;
- b) 4% sobre o valor das importâncias depositadas a prazo fixo ou mediante aviso prévio superior a 90 dias.

A SUMOC poderia alterar em até 75% estas obrigаторiedades.

No fim de cada ano financeiro, se as rendas auferidas pela SUMOC não fossem suficientes para cobrir os encargos decorrentes da execução do contrato que realizava no Banco do Brasil para a execução de seus serviços, a diferença seria atendida e classificada, dentro do respectivo exercício, à conta de crédito especialmente aberta ao Ministério da Fazenda para tal fim. Se houvesse excesso de renda, esse seria escriturado como renda eventual da União.

Ficou determinado pelo decreto-lei 7583 de 25-05-1945 que as sociedades de crédito e financiamento ou investimentos não gozariam dos prerrogativos e vantagens na legislação referente à CAMOB. Poderiam ser de capital nacional ou estrangeiro, e suas normas de financiamento dependem da CAMOB.

O decreto-lei 8493 de 28-12-1945 autorizava a CAMOB a conceder empréstimos a estabelecimentos bancários, por prazo não superior a 1 ano e a juros mínimos de 6%, mediante as garantias que achasse conveniente. Tais empréstimos de emergência só poderiam ser concedidos para atender a retiradas comprovadas de depósitos.

O Art. 8º do decreto-lei 8494 de 28-12-1945 revogou o Art. 2º do decreto-lei 6634 de 27-06-1944, que tornava privativas da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil as operações de redesconto, não podendo, porém, a soma das operações de redesconto de cada banco exceder ao limite máximo permitido. Os bancos tinham que comunicar os seus redescontos à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.

Não eram redescontáveis pela Carteira de Redescontos do Banco do Brasil os títulos redescotados por um banco a outro. Também não eram admitidos redescontos de títulos de valor inferior a Cr\$ 5.000.

O decreto-lei 8495 de 28-12-1945 passa à competência da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) as atribuições de fiscalização da CAMOB (decreto-lei 6419 de 13-04-1944 arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º), e a Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária volta a denominar-se Caixa de Mobilização Bancária.

A SUMOC tinha como funções fiscalizar bancos, autorizar suas aberturas e podia intervir no banco quando existissem irregularidades, podendo até liquidá-lo extrajudicialmente.

Os rendimentos da SUMOC eram depositados numa conta especial e divididos entre os bancos proporcionalmente aos recolhimentos feitos e seus prazos de duração. A SUMOC podia empregar até 30% dos depósitos à sua ordem em suprimentos à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil ou à CAMOB, para suas operações com estabelecimentos bancários.

Todos os bancos do país tinham que manter em caixa 10 e 15%, respectivamente, do total de seus depósitos à prazo e à vista.

O decreto-lei 9140 de 05-04-1946 autorizava a SUMOC a permitir que os estabelecimentos bancários realizassem os depósitos de que trata o Art. 4º do decreto-lei 7293 de 02-02-1945, em títulos da Dívida Pública Federal de propriedade dos mesmos estabelecimentos, até um equivalente de 50% da quantia a depositar. Os títulos seriam recebidos pelo valor nominal, e registrados pelo Banco do Brasil em nome dos estabelecimentos bancários depositantes com a cláusula de à ordem da SUMOC. Esta permissão podia ser cancelada pela SUMOC dependendo das condições do mercado monetário.

O decreto-lei 9229 de 03-05-1946 isentava de todos os impostos, selos e taxas, federais, estaduais ou municipais, os atos ou documentos, inclusive o de transmissão de bens móveis e imóveis, relativos à transformação, incorporação ou fusão de firmas individuais e sociedades já existentes, cujo objeto fosse a atividade bancária. Não gozariam de isenção os atos ou documentos relativos a capital subscrito para transformação, incorporação ou fusão, no que excedesse à importância da soma dos capitais das sociedades anteriores. O depósito de 50% do capital, exigido para a constituição das S.A.s cujo fim fosse a atividade bancária, só seria obrigatório em relação às novas entradas de capital.

O decreto-lei 9376 de 17-06-1946 dispunha sobre o resgate dos Certificados de equipamento, instituídos pelo decreto-lei 6225 de 24-01-1944, que poderia também ser feito em moeda nacional, até 50% do respectivo valor. Poderiam ser liberados total ou parcialmente desde que o titular destinasse a respectiva importância a melhorar ou ampliar a sua produção, aperfeiçoar o acondicionamento de gêneros alimentícios, atender ao problema de transportes em geral ou a qualquer outro fim de utilidade relevante, sempre precedendo autorização da Comissão de Investimentos.

O decreto-lei 9887 de 16-09-1946 alterava o Art. 2º do decreto-lei n.º 6419 de 13-04-44. Poderiam ser aceitos em caução pela CAMOB os títulos de operações realizadas até 31-12-1945, ou que as substituíssem em virtude de composições posteriores com os devedores.

O decreto-lei 9901 de 17-09-1946 determinava a isenção de quaisquer impostos federais, estaduais e municipais para as aquisições feitas pelos estabelecimentos bancários, oriundos de liquidações amigáveis ou judiciais, de bens imóveis que lhes fossem transferidos por seus devedores, em doação em pagamento e como solução parcial ou total, de dívidas contraídas até 31-12-1945 ou as que as substituíssem em virtude de reforma. A isenção se daria a partir de 1 ano da publicação desse decreto-lei e o prazo de isenção era de 24 meses.

Pelo decreto-lei 9.900 de 17-09-1946 criava-se, anexa à SUMOC, a Caixa Hipotecária de Liquidação, destinada a promover condições favoráveis à liquidação de créditos de estabelecimentos bancários, provenientes de empréstimos aplicados na aquisição de bens imóveis, urbanos, antes de 31-12-1945. Esta Caixa teria duração transitória, extinguindo-se com o regime de sua última operação. As liquidações seriam feitas pela Caixa mediante a emissão de "cédulas hipotecárias" de valor não inferior a Cr\$100.000.000, juros máximos de 7% a.a., resgatáveis ou amortizáveis à medida e na proporção que o fossem sendo os créditos que lhes deram origem. A garantia da cédula era a hipoteca a que correspondia, e o prazo máximo da hipoteca era de 5 anos.

A caixa ficava com o direito de, para solução da dívida, promover a qualquer tempo a venda do imóvel hipotecado, por preço não inferior ao fixado na escritura de hipoteca, entregando o remanescente, se houvesse, à pessoa na mesma escritura expressamente designada.

Seus serviços eram feitos com contrato no Banco do Brasil. Se ao fim de cada ano financeiro suas rendas auferidas não dessem para cobrir os encargos, a diferença seria atendida e classificada, dentro do mesmo exercício, à conta de crédito especial do Ministério da Fazenda. Se houvesse receita, revertia para o Tesouro Nacional.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PÓS-GUERRA FRENTE À MARGINALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO TRADICIONAL

A II Guerra Mundial trouxe para o Brasil uma crescente privação de importações, e com a entrada dos EUA esta privação se torna crítica. Ocorreu, então, um novo processo de substituição de importações, e de 1939 até 1945 a produção industrial brasileira cresce 50%. Enquanto a agricultura permanecia estagnada, a indústria se beneficiava da carência de importações, e o Brasil se tornou um grande exportador de tecidos, por exemplo.

A conjuntura criada foi de aceleração inflacionária, atingindo 27% em 1944. "A inflação procedia da própria substituição de importações, que implicava insumos mais caros e redução da produtividade por trabalhador. A pressão inflacionária decorria também do brusco aumento do saldo em divisas bloqueadas, sobre as quais (o governo) era obrigado a emitir papel-moeda a fim de pagar os exportadores. Forçavam ainda o processo inflacionário os gastos orçamentários requeridos pela situação de guerra." ²⁰

Um outro aspecto importante foi o acúmulo de divisas durante a guerra. Como as importações foram restringidas, o governo consegue acumular em 1945 cerca de 1 bilhão de dólares. Estas reservas eram em libras esterlinas e dólares. As libras esterlinas foram destinadas à compra de ferrovias de propriedade inglesa no país (excelente negócio para os ingleses, porque eram ferrovias obsoletas e já amortizadas, e cuja modernização passou a ser responsabilidade do governo brasileiro). A parte em dólares deste saldo da balança comercial sofre grande desvalorização após a guerra.

Segundo algumas correntes da época, as reservas acumuladas teriam sido suficientes para um novo período de industrialização no país ²¹. Parte das divisas em dólares foi destinada à compra de bens de capital necessários para o reequipamento da indústria nacional. Mas o governo Dutra não adotou medidas no sentido de proteger estas reservas,

²⁰ IGLÉSIAS, F. *Aspectos Políticos e Econômicos do Estado Novo*. In: SZMRECSÁNYI, T. & GRANZIERA, R.G. "Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea". Campinas, Editora da Unicamp (Série e Debates), 1986.

²¹ Idem.

que acabaram sendo liberadas para o comércio, resultando numa alta importação de produtos estrangeiros, em sua maioria supérfluos.

Somando a esse cenário a marginalização do sistema financeiro ao longo dos anos de conflito, pode-se traçar um perfil da situação econômica com a qual Getúlio Vargas se depara em seu segundo governo, e pode-se entender o porquê das características da industrialização obtida a partir de 1946.

II.1- Agricultura: o café no pós-guerra

Nos anos do pós-guerra, o Brasil continuou com participação majoritária na exportação mundial de café, sendo que houve uma recuperação dos preços internacionais do produto a partir de 1949. Só a partir de 1952 essa participação passaria a ser inferior a 50% do comércio mundial (ver Quadro I, Anexo IV).

As principais razões para a mudança da participação brasileira na exportação mundial de café foram motivadas por uma série de fatores. O principal foi a reação dos países capitalistas, sob a liderança dos Estados Unidos, que não se conformavam com a política de autodefesa do Brasil, e a alta do café nos países desenvolvidos. Após a guerra, a continuidade da política do *ceiling-price*²² tornava-se impossível, com contínua reação dos Estados Unidos. E essa reação muitas vezes foi reforçada por países subdesenvolvidos, que não conseguiam chegar a um consenso, dado o choque de interesses. A queda dos preços no Brasil se explica por : "primeiro, a rigidez de preços para o nosso produto, inaugurada pelo decreto 35.612, e não acompanhada pelos demais produtores, permitindo-lhes a venda de seus estoques por preços inferiores aos mínimos, abaixo dos quais não era liberado nos portos o nosso produto. Segundo, a retração do consumo nos Estados Unidos (quase 20%),

²² "o preço mínimo de 1940 - 11 cents e 1/8 por libra, para o Café Santos tipo 4 -, com pequeno adicional que o elevou a 13 3/8 cents foi considerado *preço teto*, que iria vigorar pelo período compreendido entre janeiro de 1942 e julho de 1946. A situação, originariamente injusta, agravou-se sobremodo com o correr do tempo, principalmente devido ao aumento do custo de produção decorrente da elevação do custo de vida e dos salários... Em vão esforçaram-se o Brasil e outros países latino-americanos produtores de café, no sentido de obterem um reajustamento dos preços que, de modo algum, eram compensadores... Várias demarches foram promovidas, no sentido de reajustar o preço do café... como na Conferência de Chapultepec... em fevereiro de 1945... As razões dos países produtores não conseguiram demover os Estados Unidos da política adotada em relação ao café. O argumento invocado para a manutenção do *ceiling-price* do café era a necessidade de combater a inflação...". Ver CARONE, E. A República Liberal I - Instituições e Classes Sociais (1945-1964). São Paulo, DIFEL, 1985.

quando o preço no varejo ultrapassou um dólar a libra-peso, por forças da política valorizada do Brasil. Finalmente, o fato de ocuparem os cafés brasileiros posição intermediária, no que diz respeito à qualidade, entre os colombianos ou da América Central e os africanos, leva à progressiva substituição nas misturas entregues ao consumo, dos cafés brasileiros, mais caros, pelos originários da África e Ásia²³. Existia ainda outro fator importante: a geada de 1953 e a conseqüente alta, provocando acúmulo de estoques de café em poder dos importadores americanos. Com a garantia ouro dada ao café brasileiro pelo governo, os americanos começaram a se desfazer dos estoques, jogando o café no mercado, e com isso diminuindo suas importações.

II.2- O desenvolvimento industrial pós-45

Características

Durante a Segunda Guerra Mundial, a indústria brasileira se diversificou, mas não renovou sua tecnologia. A partir de 1945, e principalmente após 1955, ocorre uma mudança qualitativa na produção industrial, cujo impulso inicial é dado pela construção de Volta Redonda (1939-1946).

As dificuldades de importação impostas pelo conflito dão início ao processo de substituição de importações. Porém, com o fim da guerra e as novas perspectivas para a economia mundial, tornou-se impossível manter o mesmo ritmo e condições de produção anteriores, quando a indústria se voltou basicamente para os bens de consumo. O salto da industrialização se dará entre 1945 e 1964, quando as transformações impõem à economia um ritmo mais dinâmico e inovador.

O processo de modernização se refletirá não só qualitativamente, mas também quantitativamente, com o aumento dos estabelecimentos produtivos.

O crescimento econômico foi puxado pela indústria de transformação, seguida pela construção civil, as indústrias extrativas e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (ver Quadro II, Anexo IV).

Cada tipo de indústria cresceu em proporções diferentes, com destaque para o aumento dos bens de produção em relação aos bens de consumo (ver Quadro III, Anexo IV).

²³ Conselho Nacional de Economia, Exposição Geral da situação Econômica do Brasil, p.64. Ver CARONE, E. op. cit. , p.38.

Há um crescimento maior das indústrias extrativas - de cimento, de vidro, cerâmica e siderurgia - em consequência do desenvolvimento de usinas siderúrgicas, da indústria automobilística nascente, do crescimento urbano (com destaque para a construção de Brasília). A maior demanda por esses tipos de atividades de produção comprova a mudança pela qual passa essa sociedade.

Uma constatação na análise dos dados do Quadro III do Anexo IV é a redução do peso dos bens de consumo no total da economia. Até 1947 representavam mais de 50% do total da economia, e a partir deste momento verifica-se um declínio nesse percentual, e esse tipo de indústria deixa de estar em primeiro lugar.

Outros temas fazem parte da discussão da industrialização brasileira nesse momento, como o problema da regionalização industrial e da capacidade do estabelecimento industrial. Desde a Segunda metade do século XIX as indústrias nascentes estabeleciam-se em todas as partes do Brasil, mas é em torno de São Paulo e Rio de Janeiro que essa industrialização é mais numerosa e complexa. A principal razão é a existência do mercado proporcionado pelo café, que motiva não só a formação de uma massa de assalariados maior como também o desenvolvimento urbano e material mais completo do país.

No que diz respeito ao tamanho das empresas, permanece uma maioria de pequenas empresas industriais, mas as grandes empresas são dominantes em número de empregados, capital, produção, uso de energia elétrica, etc. Há um grande número de pequenos estabelecimentos, principalmente pelo tamanho do território nacional, pelas dificuldades de comunicação, pelo aproveitamento de matérias-primas particulares em cada região, etc., fatores que devem ser somados à regionalização do mercado consumidor. Só no final da década de 50 e começo de 1960 há uma modernização e multiplicação das estradas de rodagem, num momento em que a indústria automobilística é implantada no país. As estradas de asfalto facilitariam a ocupação de mercados regionais pelas grandes empresas, o que aumentou sua concentração e monopólio econômico. Por sua vez, a possibilidade de ocupar territórios ainda inexplorados (Norte do Paraná, Planalto Central, etc.) resultou na fundação de novas e poderosas empresas.

Industrialização por Substituição de Importações

As duas guerras mundiais tornaram a produção industrial mais variada, pois teve que suprir a carência de produtos importados, já que o comércio internacional encontrava-se estagnado durante os conflitos. Surge um processo de substituição de importações por produtos similares produzidos internamente.

Embora o sistema de controle das importações tenha sido instituído em 1947, com o intuito de enfrentar o desequilíbrio externo da economia, ele acabou contribuindo para o crescimento da indústria no pós-guerra, desenvolvendo a substituição das importações.

“A adoção do regime de orçamento de câmbio com licença, em março de 1949, juntamente com o aumento da disponibilidade de divisas decorrentes dos preços do café, parece ter sido um marco importante nesse processo, não apenas por possibilitar maior coordenação entre a verificação das disponibilidades de câmbio com a emissão de licenças de importação. Parece também ter surgido nessa época nova mentalidade em relação à importação.”²⁴

Mantinha-se a taxa de câmbio sobrevalorizada e, aos poucos, impunham-se medidas discriminatórias às importações de bens de consumo não essenciais e àqueles produtos com similar nacional. Disto resultou “um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção cambial dupla, tanto do lado da reserva de mercado como do lado do custo de operação. Esta foi basicamente a fase de implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável”.²⁵

O período de 1946 a 1957 é, portanto, de preparação para a base da futura transformação da indústria brasileira. Essa transformação representa mudanças nas diretrizes da economia industrial, pois passa de uma fase dominada pela produção de bens de consumo para a produção de bens de produção. A indústria siderúrgica de Volta Redonda dá suporte a essas mudanças, juntamente com a consolidação de uma nova política energética, com a Petrobrás e o Plano de Carvão Nacional. Nesse período ocorre também a

²⁴ VIANNA, S.B. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, BNDES. Rio de Janeiro, 1987.

²⁵ TAVARES, M.C. Auge e declínio do processo de substituição de importação no Brasil”. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p.71.

renovação e ampliação do parque industrial, substituindo máquinas e equipamentos, cuja última renovação se dera na década de 1920. A renovação é em parte facilitada pelo acúmulo de reservas internacionais feito pelo Brasil durante a guerra e por causa do preço baixo das máquinas no mercado mundial, já que muitos países industrializados, devastados após os anos de conflito, pretendiam reconquistar seus antigos mercados.

A partir de 1957, com a indústria automobilística, automotriz e petroquímica, há a consolidação da hegemonia dos bens de produção e, conseqüentemente, maior exploração interna de matérias-primas.

Siderurgia

Até a II Guerra Mundial, os extremos da alta e baixa tecnologia podiam ser representados respectivamente pela indústria têxtil e pelas muitas pequenas indústrias de "fundo de quintal". Com o fim da guerra, os extremos se fixam na indústria petrolífera ou automobilística e as ainda existentes indústrias de "fundo de quintal".

É após a II Guerra Mundial que o Brasil entra na produção de economias de base, que são o aço e o petróleo. Ambos eram elementos necessários à indústria de transformação e o alicerce de um novo processo de industrialização, superando um primeiro momento de domínio das indústrias de bens de consumo.

A usina moderna, de alto forno, usando carvão mineral e ferro de diversas qualidades, aparece com Volta Redonda. A sua tecnologia só se torna possível devido a um acordo entre os governos brasileiro e americano, já que sua tecnologia não era na época transferida a países subdesenvolvidos. A partir da década de 50 surgem outras siderurgias, como a Cosipa, no litoral paulista, a Indústria Siderúrgica de Santa Catarina, todas de origem estatal. E também algumas usinas particulares, como a Manesmann, de origem alemã. Com essa maior potencialidade e capacidade de diversificação, a qualidade do ferro e seus derivados produzidos no país aumenta significativamente. A demanda interna passa a ser suprida praticamente só pela produção nacional.

A obtenção de novas tecnologias, como no caso do aço e de minérios não metálicos, do alumínio e de produtos vegetais, permitiu uma diversificação industrial e a construção de uma indústria mecânica complexa, permitindo pela primeira vez a construção de máquinas

motrizes não elétricas, aparelhos e equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas e de ventilação, máquinas-ferramentas e máquinas-operatrizes, máquinas para lavoura, etc.

Uma outra característica importante do período é a progressiva nacionalização de peças e equipamentos usados por empresas que importavam máquinas do exterior. Exemplo disto são os elevadores, cuja tecnologia e os aparelhos vinham diretamente da Europa ou dos Estados Unidos. A partir de 1925 começam a surgir filiais de fábricas estrangeiras e outras nacionais – Otis, Atlas, Villares –, mas algumas delas são inicialmente apenas montadoras. A partir de 1945, com o aumento da demanda interna, progressivamente começam a ser utilizadas peças fabricadas no Brasil, até que, em certo momento, há total nacionalização dessa indústria.

Petróleo

Em 1951, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, inicia-se uma nova fase da campanha do petróleo, cujo término é a fundação da Petrobrás pela lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953. Pelo decreto, no artigo 1.º, a Petrobrás é um “monopólio da União”; cabe a ela “a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonantes fluidos e gases raros, existentes em território nacional”. O mesmo vale para “a refinação de petróleo nacional ou estrangeiro” e “o transporte marítimo de petróleo bruto...”. Pelo artigo 2.º, “a União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior: I - por meio do Conselho Nacional de Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização; II – por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e das suas subsidiárias... como órgãos de execução”.²⁶

Automobilística

A indústria automobilística é o último elo da modernização da economia ocorrida no período. Surgindo após a criação de uma infra-estrutura dada pelo ferro e pelo petróleo, essa indústria pôde se expandir em condições vantajosas, superando o seu primeiro momento na década de 20, com a simples montagem de automóveis e caminhões. A primeira tentativa de construção de automotores no Brasil surge com a Fábrica Nacional de Motores, empresa estatal que utilizava a tecnologia da Fiat - italiana - e que produzia caminhões. As fábricas seguintes foram de companhias estrangeiras, como a Ford e a General Motors, cujo objetivo

²⁶ Ver CARONE, E., op. cit., p.70. O autor utiliza a Legislação Federal (LEX).

era montar os carros que vinham em peças, e cuja atividade representa o início da indústria voltada para a produção automobilística.

Após a II Guerra Mundial, com a grande expansão geográfica para o interior do Brasil, fica clara a decadência do sistema de transportes, onde predominavam as estradas de ferro, e que deixou de ser ampliado após a crise de 1929, sofrendo também profundo desgaste físico durante a guerra. Boa parte dos trilhos, locomotivas e vagões estavam deteriorados, requerendo grande volume de capital para a sua recuperação. Por outro lado, era difícil construir novos troncos em regiões que estavam sendo colonizadas há pouco tempo, devido à sua extensão, por exemplo. O impasse foi solucionado pela indústria automobilística.

Esta indústria se constrói com auxílio governamental, e, ao contrário das atividades estatais como produção de ferro e petróleo, é uma atividade do capital privado. A primeira experiência se dá logo após a guerra, com a instalação da Alfa-Romeo, empresa privada que posteriormente seria transformada na estatal Fábrica Nacional de Motores, citada anteriormente. A experiência foi abandonada, e é Juscelino Kubitschek em seu governo quem prestará toda espécie de auxílio às empresas privadas estrangeiras.

II.3- O sistema financeiro, suas relações com o processo de industrialização, seu desenvolvimento no período e sua legislação ²⁷

Mesmo que cresçam em importância, empregando milhares de funcionários e usando tecnologias sofisticadas, as indústrias são, historicamente, fruto de capitais gradativamente acumulados por indivíduos ou famílias. Na sociedade brasileira, apesar das dificuldades e dentro dos recursos limitados, foi possível a consolidação da indústria de bens de consumo.²⁸ Por efeito desse limite é que o Brasil necessitava importar produtos básicos, como cimento, ferro, máquinas, trilhos, locomotivas, etc. Sendo assim, a indústria até a II Guerra Mundial atendia apenas parte da potencialidade do mercado consumidor interno.

²⁷ As questões relativas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) serão tratadas no item II.4 deste trabalho monográfico, dado seu papel fundamental no incentivo ao processo de industrialização do período em estudo neste capítulo.

²⁸ Como visto no Cap. I desta monografia, as dificuldades de financiamento de longo prazo na economia brasileira levaram os empresários e investidores a uma busca por fontes alternativas de financiamento, o que reduziu o sistema financeiro a um papel secundário dentro do desenvolvimento da indústria nacional moderna.

Apesar das medidas protecionistas, a economia industrial obedecia a uma política de livre iniciativa, onde não só a concorrência estava aberta a quem se dispusesse a enfrentá-la, como também se dava sem a interferência do Estado.

Mas a situação se modifica enormemente quando a economia de bens de produção no Brasil começa a se consolidar. Vários fatores explicam esta mudança, e o mais importante é que dentro do sistema capitalista brasileiro não há um indivíduo ou uma família com capital ou tecnologia suficiente para esse empreendimento. A indústria de bens de consumo não conseguiu criar condições para uma acumulação de capital suficiente que gerasse novo tipo de atividade, mais complexa em produção e em maquinaria, como é o caso da atividade relacionada com os bens de produção. Na Europa, essa revolução se dá nos séculos XVIII e XIX, num momento em que o capitalismo está vivendo etapas ainda menos complexas, o que faz com que a consolidação desta atividade se dê gradativamente, enquanto que o Brasil se defronta com todo o avanço produtivo consolidado durante os séculos XIX e XX.

Qualquer iniciativa para a refinação ou prospecção do petróleo, para a produção de ferro, para a indústria automobilística e de produtos químicos, etc., exigia grande volume de capital, e esse volume não existia individual ou coletivamente no Brasil. Além disso, não existia no país uma tradição tecnológica que gerasse uma produção de tecnologia própria. Essas duas características faziam com que a implantação desses tipos de atividades dependessem do poder estatal e da participação de capitais estrangeiros: o governo, porque possuía recursos financeiros próprios, além de ser capaz de obter empréstimos estrangeiros e fazer acordos com empresas estrangeiras detentoras de patentes industriais; os capitais estrangeiros, porque também possuíam estas duas qualidades.

Num contexto de dificuldade de obtenção de recursos financeiros privados de longo prazo, o governo acabava por apoiar poucas empresas por setor novo a ser desenvolvido, dentro da estratégia de industrialização adotada - investimentos pesados e acelerados, voltados aos setores de tecnologia mais avançada, de insumos e infra-estrutura -, isto quando o próprio governo não assumia a produção de determinado insumo ou a melhoria na infra-estrutura nacional, via empresas estatais.

Quando um setor de bens de produção ou insumo recebia apoio financeiro, criando condições para o surgimento de potenciais investimentos, e quando algum destes potenciais

investimentos se concretizava, o governo já procurava incentivar um outro setor, não desenvolvendo uma estrutura de concorrência dentro destes novos setores criados na economia brasileira. A concorrência ficaria relegada aos setores de industrialização antiga, os chamados tradicionais, especializados principalmente em bens de consumo não duráveis. Cria-se nos setores de bens de produção, bens de consumo duráveis e insumos uma estrutura oligopolística, dominada principalmente por empresas multinacionais, que não dependiam de financiamento interno para seus investimentos, e que possuíam a tecnologia moderna necessária, obtida junto às suas matrizes no exterior.

Contribuía para o estímulo aos oligopólios as regulamentações que atingiam praticamente todos os setores da economia, impedindo uma concorrência direta com os produtos estrangeiros, garantindo assim a exploração de um mercado interno, com grande potencial de crescimento, pelas indústrias que tivessem capital e tecnologia suficiente para isso.

Por estas características do processo de industrialização brasileiro, pode-se crer que a existência de uma estrutura avançada de crédito de longo prazo privada reduziria a dependência das empresas nacionais do financiamento estatal, ou de fontes alternativas de obtenção de crédito, que não necessariamente alavancavam o volume de recursos necessário para investimentos em setores de ponta. Isto aumentaria o número de empresas financiadas por setor e o próprio número de setores financiados, criando um ambiente econômico de concorrência entre os capitalistas e entre os próprios setores.

Ao sistema financeiro tradicional, sem condições de alavancar recursos para investimentos de grande porte, restava a concessão de crédito às indústrias tradicionais, de tecnologia mais antiga, o que conseqüentemente o subordinava às vicissitudes desse setor, cuja atividade é altamente sensível ao movimento da economia do país, seja ele positivo ou não.

Maria da Conceição Tavares mostra como a passagem em curto período para um modelo de desenvolvimento industrial em função do mercado interno gerou tensões crescentes sobre a estrutura financeira existente. "Deste modo, os mecanismos ou instrumentos financeiros que surgiram ao longo do processo foram se forjando *a posteriori* e por reação ou fuga a certas condições adversas do mercado, ou como adaptação a certas

exigências nítidas e iniludíveis da evolução do aparelho produtivo, tornando-se difícil, em consequência, alcançar-se em cada etapa do desenvolvimento industrial uma estrutura financeira adequada à solução dos problemas de financiamento emergentes, dentro de um marco de relativa estabilidade".²⁹

Mas o fato do sistema financeiro tradicional ter ficado limitado ao mercado interno não significa que permaneceu estagnado. Em um período de pouco mais de três décadas, o número de agências se multiplicou, indicando o vínculo do conjunto de bancos comerciais ao intenso processo de diversificação da economia. (Ver Quadro VII, Anexo IV). Este sistema apenas não era capaz de atender aos setores mais dinâmicos da economia.

Panorama da evolução do sistema financeiro no período³⁰

No ano de 1944 esboçava-se uma crise bancária, e o Governo toma medidas cautelosas, fortalecendo a CAMOB e criando a SUMOC em 1945. Em 1946, devido aos abusos cometidos pelos bancos com a inflação, assina-se um decreto-lei que coloca os bens dos diretores dos bancos e casas bancárias sujeitos à liquidação extrajudicial, como garantia de suas operações. Neste ano muitos bancos pequenos faliram, a CAMOB teve atuação bastante significativa para evitar uma crise bancária e as medidas adotadas pela SUMOC não passaram da decretação de liquidação extrajudicial.

No pós-guerra, numa tentativa de controle do crédito, aumenta-se a taxa de redesconto da Carteira especializada do Banco do Brasil para 8%. As pequenas instituições bancárias quebraram com esta taxa. Em junho de 1948 há uma grande demanda por crédito no país, e as operações de redesconto são facilitadas.

Quanto à nacionalização, a Constituição de 1946 não adotou nenhuma medida restritiva ao estabelecimento de instituições financeiras estrangeiras. Além das filiais do First National Bank of Boston e do National City Bank of New York, outras instituições estrangeiras se estabeleceram no país.

A SUMOC preocupava-se, desde sua criação, com a contenção do crescimento da rede bancária. Havia uma concorrência exacerbada entre os bancos após a II Guerra, o que

²⁹ TAVARES, M.C. Notas Sobre o Problema do Financiamento numa Economia em Desenvolvimento - o caso do Brasil. Documento de trabalho apresentado no Seminário de Programação Monetário-financeira, ILPES, Santiago do Chile, 1967, pag.3.

³⁰ Os dados relativos ao período 1950/51, foram retirados de VARGAS, G. O Governo Trabalhista do Brasil. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1952, Vol.2. Os dados dos demais anos do período analisado neste capítulo (1946-1955) foram obtidos em COSTA, F.N., op. cit.

prejudicava as instituições menores, mas que ao mesmo tempo elevava os juros cobrados dos depositantes. Estes juros mais altos encareciam o dinheiro a ser movimentado para transações econômicas, e favoreciam as aplicações especulativas, numa compensação pelo aumento dos custos. A SUMOC procurava estabelecer certas regras para reduzir esta concorrência, e entre elas estava a exigência de um capital mínimo para a operação das instituições, de acordo com a capacidade da praça em que pretendia se estabelecer, com o número de agências que pretendia construir, etc.

No ano de 1950, a emissão de papel-moeda foi superior ao *déficit* da União e os lucros bancários foram extremamente altos devido à inflação. Houve um salto inflacionário devido às expectativas com a Guerra da Coreia, o que levou o Governo a formular uma política de forte endividamento externo para financiar as importações adicionais, devido à uma política de crédito fácil e às altas taxas de investimento. A taxa inflacionária atingiu 7.1% em 1949, 11.7% em 1950 e 16.4% em 1951³¹.

Os bancos foram novamente favorecidos com esta situação, mas dentro do sistema bancário existiram flutuações. Os grandes bancos fortaleceram a sua posição, captando a maior parte dos depósitos, e ainda sendo favorecidos por uma transferência dos depósitos dos pequenos bancos para suas carteiras (devido à Instrução n.º 34 da SUMOC).

Em 1951 aumenta-se a taxa de desconto, de modo que o crédito se torna mais caro e a prazos mais curtos, porque os bancos passam a deter menor volume de recursos para os empréstimos. Surgem queixas contra a redução do crédito principalmente nas áreas agrícolas, mas também entre comerciantes e industriais.

O total de depósitos bancários teve um acréscimo mensal de 2,5 bilhões de cruzeiros em 1950 e de 1,1 bilhões em 1951. O acréscimo mensal médio é maior para os depósitos a vista, enquanto ocorre um decréscimo mensal médio de 0,09 bilhões para os depósitos a prazo. Portanto, a inflação corroía a confiança do público na moeda nacional.

Os empréstimos aumentaram em 13% de 1950 para 1951, passando de 92,9 bilhões em 1950 para 105,4 bilhões em 1951. Os bancos particulares tiveram neste período um incremento de cerca de 20%, superior ao desempenho do Banco do Brasil.

³¹ LESSA, C. Quinze anos de Política Econômica. Campinas, DEPE IFCH-UNICAMP, mimeo, s/d. p.16.

As operações com títulos descontados tiveram um aumento de 30%, passando de um aumento médio mensal de 0,90 bilhões de cruzeiros em 1950 para um acréscimo mensal médio de 1,06 bilhões em 1951 (primeiros 10 meses). As operações de empréstimos mantiveram-se praticamente estáveis em cerca de 54 bilhões de cruzeiros em 1951.

Em 1950 as operações de empréstimos em conta corrente sofreram uma alta expansão, devido a operações efetuadas com entidades públicas e autarquias. Em 1951 houve uma expansão decorrente de empréstimos para a produção, o que foi possível devido à redução de empréstimos para o setor público e aumento dos depósitos públicos no Banco do Brasil.

Em 1951, o sistema bancário apresenta forte solidez, o que se revela pelo aumento no capital autorizado dos bancos de 4.811 milhões em 1950 para 5.679 em 1951, e aumento das reservas de 6.256 para 6.985.

Os últimos anos de 1952 são caracterizados por uma melhora no crédito bancário, devido ao aumento de papel-moeda em circulação na economia, às safras de algodão e de café e à crise do comércio externo, que reduziram a procura de crédito por parte dos importadores, aumentando a disponibilidade para empréstimos aos demais setores.

A situação dos bancos em 1953 era melhor, mas ainda refletia as dificuldades pelas quais passava a economia brasileira. Havia uma escassez de financiamento em São Paulo, ao mesmo tempo em que a demanda por crédito aumentava, devido à retenção de café e reduzidos embarques de algodão. Crescia o investimento imobiliário frente à inflação e ao contínuo aumento na emissão de moeda.

No primeiro trimestre de 1954 a SUMOC libera as taxas de juros sobre depósitos bancários, devido às pressões que sofria, e assume o risco de uma provável disputa entre os agentes econômicos pelos créditos. Foi uma medida para atrair depósitos do público aos bancos, dado que muitas instituições passavam por dificuldades pelas exigências da Instrução n.º 70³², referente ao pagamento de cruzeiros ao Banco do Brasil das cambiais leiloadas de importação "antecipadas".

³² A Instrução n.º 70 será tratada no item II.4, dada sua importância para a política econômica adotada no período.

Em 1954 muitas medidas restritivas passam a vigorar, e as primeiras liquidações extrajudiciais passam a ocorrer. Quebraram muitos bancos que investiram em ativos imobilizados (especulação imobiliária) a longo prazo e com isso abriram mão de liquidez.

Em 1955 a Carteira de Redesconto reduziu seu movimento e assistiu-se a uma crise bancária, onde muitas instituições fecharam, outras sofreram liquidação extrajudicial, e muitas instituições renomadas também foram afetadas.

Em 6 de maio de 1955 derruba-se a política de restrição do crédito (dada pela Instrução n.º108 da SUMOC, que determinava um recolhimento obrigatório nas reservas dos bancos de 50% do aumento dos depósitos) através da Instrução n.º116, que também restabeleceu a taxa de desconto em 6%.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil era, então, o grande expoente do sistema bancário brasileiro. Exercia funções de autoridade monetária, tinha a maior soma de recursos aplicada no crédito comercial e no fomento das demais atividades econômicas. Dispunha de uma rede de agências espalhadas por todo o território brasileiro, e suas políticas eram decisivas para a política creditícia do Brasil.

Os depósitos totais do Banco do Brasil tiveram uma elevação de 18% de 1950 para 1951, passando de 29,7 bilhões para 35,1. Destaque para o aumento nos depósitos do Tesouro Nacional em 886% (322 milhões para 3.185), e mesmo incluindo as operações cambiais, o aumento é de 59% (6.188 milhões para 9.846).

Os fundos diretamente supridos pelo Tesouro Nacional, ou recolhidos à sua ordem, passaram a ser responsáveis por 27,89% na formação dos recursos do Banco do Brasil em 1951, num montante de 35.307 milhões de cruzeiros. Estes fundos passaram a responder por 27,89% na formação dos recursos do banco.

Os empréstimos saltam de 39.687 milhões para 41.774, o que representava, em face da situação inflacionária da economia brasileira, um aumento de 5%.

Os empréstimos destinados ao Tesouro Nacional sofreram uma redução em 34% para operações financeiras e 57% para operações cambiais. O total da redução é de 9.428 bilhões. Quanto às entidades públicas, há um aumento no financiamento aos Estados de 1.260 milhões.

O Tesouro absorvia 47,12% do total de empréstimos do Banco do Brasil em 1950, e este percentual se reduz para 22,19% em 1951, o que favoreceu a aplicação de recursos nos setores produtivos privados e também na assistência a governos locais. Os empréstimos produtivos foram acrescidos em 2.366 milhões. (Ver Quadro VIII, Anexo IV).

Dentro do crédito agrícola, os maiores benefícios foram para o algodão, a cana-de-açúcar, o milho e o trigo. Também há financiamento para máquinas, animais e benfeitorias em fazendas. Em 1951, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial financiou indústrias de base, principalmente cimento, energia elétrica, metalurgia e siderurgia, e também indústrias como têxteis e beneficiamento de produtos agrícolas.

Há crescimento de empréstimos em 94% através da Carteira de Exportação e Importação, atendendo necessidades de aquisição de estoques e solucionando problemas de exportação. Ao fim do ano de 1951, os empréstimos em geral atingem o montante de 15.093 milhões, contra 7.260 milhões ao fim de 1950. Estes recursos foram destinados ao financiamento de produtos em fase de circulação e escoamento, e garantiram às empresas capital para a renovação de seus estoques e demais operações industriais.

Outras instituições receberam financiamento, como as Cooperativas de Produção da Paraíba e Pernambuco, o Instituto do Cacau da Bahia, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, etc. O objetivo era incentivar regiões produtivas do interior do país.

O Banco do Brasil concede aos estados, além de crédito para investimentos em infraestrutura, financiamento para a aquisição de equipamentos necessários à conclusão de relevantes obras públicas. Pelos saldos existentes, a Carteira de Redescontos teve um declínio em suas aplicações de 4.854 milhões de 1950 para 1951, e o montante de papel-moeda ao seu dispor também baixou em 4.960 milhões de cruzeiros.

A Lei n.º 1.419, de 28 de agosto de 1951, permitiu resgates sucessivos do Tesouro Nacional para o Banco do Brasil, do Banco do Brasil para a Carteira de Redescontos e desta para o próprio Tesouro Nacional. As encapações foram utilizadas na liquidação de débitos do Tesouro Nacional. (Ver Quadro IX, Anexo IV).

Para desempenhar adequadamente suas funções, o Banco do Brasil aperfeiçoou sua estrutura em 1951, fundamentalmente na melhoria da coordenação entre seus vários setores e no aparelhamento de serviços técnicos na Presidência e em suas várias Carteiras.

A rede bancária ainda era pouco difundida, sendo a região Sul a mais bem ocupada, com uma agência para cada 12.000 habitantes. Além disso, ainda não havia sido generalizado o uso dos bancos em muitas regiões do interior, nas quais já existiam estabelecimentos; e mesmo nos grandes centros, o uso de cheques não era difundido, principalmente pela inexistência de leis que punissem a inadimplência. Há uma maior especialização dos bancos e o surgimento de bancos de investimento.

Além dos recursos do Banco do Brasil, o Governo dispunha de muitas outras redes bancárias, como as Caixas Econômicas, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a Caixa de Crédito da Pesca e o Banco de Crédito da Amazônia.

Caixas Econômicas Federais (CEFs):

Em 1951, os depósitos nas CEFs foram de aproximadamente 12 bilhões de cruzeiros, e os empréstimos foram de 9,5 bilhões, o que corresponde a uma inversão de cerca de 80%. O total de empréstimos concedidos pelas CEFs correspondiam, praticamente, ao total de saldos de empréstimos do Banco do Brasil a todos os ramos de produção agrícola e industrial no mesmo ano.

Do total de empréstimos das Caixas, 5 bilhões correspondiam a empréstimos hipotecários, simples, para a construção ou compra de casas próprias, e, em menor escala, para empreendimentos industriais. Quanto aos empréstimos concedidos a funcionários públicos e parastatais, sob garantia da folha de pagamentos, o total foi de 1,6 bilhões de cruzeiros.

Para o ano de 1952 ficou estabelecido, na 8ª Reunião Congressual das Caixas Econômicas, que as disponibilidades das CEFs seriam destinadas, de acordo com o artigo 57 do Decreto n.º 24.427, de 1934, para empréstimos hipotecários, aos municípios, penhores e cauções de títulos e consignações. A prioridade seria aos empréstimos para a aquisição de casa própria, construção de casas populares e financiamento a indústrias.³³

Os empréstimos a municípios seriam destinados unicamente ao financiamento de obras reprodutivas ou de urgente e imediata utilidade pública, e seriam garantidos, preferencialmente, por quota-parte do imposto de renda.

³³ A construção civil foi uma atividade de grande importância e muito incentivada no período.

As CEFs depositariam, em cada exercício, 10% de suas disponibilidades no Tesouro Nacional ou no Banco do Brasil, até completar um mínimo de 5% sobre o total de depósitos de cada uma delas, e esta reserva seria destinada a atender casos de retiradas anormais dos depositantes. Eram também obrigadas a submeter o seu plano de inversões, semestralmente, ao Conselho Superior. Incentivariam os depósitos populares a seu critério, abrindo mão de depósitos comerciais, e as taxas de juros seriam determinadas pelo Conselho Administrativo, seguindo as ordens da Sumoc.

A 8ª Reunião Congressual recomendou ainda que as CEFs novas, com recursos inferiores a cinquenta milhões de cruzeiros, receberiam um auxílio das Caixas cujos depósitos fossem superiores a esse valor e cuja taxa de custo do dinheiro não excedesse 9% a.a., de conformidade com o disposto no artigo 66 do Decreto n.º 24.427, de 1934. Esse auxílio seria rateado entre as várias Caixas, proporcionalmente à soma de depósitos que cada uma possuía no Tesouro Nacional e no Banco do Brasil, nas contas congeladas.

A caixa de Crédito Cooperativo, fundada em 1943, recebe auxílio de 100 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil para amparar cooperativas produtoras de gêneros alimentícios e de primeira necessidade, ou aquelas que, exercendo atividades no ramo de exportações, contribuíssem para a geração de divisas. Estes empréstimos contribuíram para o abastecimento, então precário, de gêneros alimentícios nos centros de maior concentração populacional do país. Mas esses empréstimos foram de caráter emergencial, e não atingiram as outras fases da economia cooperativa devido às altas taxas de juros, atendo-se ao financiamento da comercialização da produção cooperativa.

Em agosto de 1951, a Caixa de Crédito Cooperativo foi transformada no Banco Nacional de Crédito Cooperativo pela Lei n.º 1.412, com uma elevação de seu capital para 500 milhões de cruzeiros. A mesma Lei autorizou o poder executivo a abrir o crédito especial de 200 milhões para integração da cota de capital reservada à União Federal. Em não sendo o Banco Nacional de Crédito Cooperativo um banco mercantil de depósitos e descontos, era uma entidade que necessitava de grande volume de recursos.

Em 11 de dezembro de 1951, o Decreto n.º 30.265 aprova um novo regulamento para o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, e algumas alterações fundamentais foram introduzidas:

- foi incorporado ao capital do Banco 50% dos lucros apurados em cada exercício;
- a tabela de juros passou a ser diferenciada comparativamente: seriam organizados planos financeiros com taxas de juros variáveis, de acordo com a natureza das iniciativas a financiar, e suas relações com os interesses econômicos, da economia cooperativa, rentabilidade, risco de operação, etc.;
- foram instituídos dois fundos especiais, um destinado à remuneração do capital para possibilitar o gradativo rebaixe das taxas de juros, e outro destinado a prover recursos que permitissem a concessão de empréstimos-auxílio no fomento de atividades que proporcionassem maior bem-estar e progresso dos cooperados, bem como uma cobertura dos riscos a que esses se viam expostos. Esse segundo fundo funcionaria como uma espécie de seguro agrícola, que não existia no país, e os empréstimos efetuados por este fundo não venceriam juros e seriam resgatados no prazo de três anos.

Mercado de Capitais

“O desenvolvimento do mercado de capitais está relacionado com a expansão da economia monetária, com o desenvolvimento da produção básica e da organização nacional”

³⁴. Mas outras condições, ligadas à situação financeira do país, impediam o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil: a precária posição dos títulos da dívida pública; o retraimento do capital privado, que ainda se mantinha restrito à circulação em empresas familiares autofinanciáveis; e a falta de crédito nas emissões de capital por parte de empresas particulares.

O movimento de capitais em 1951 sofreu um acréscimo em relação ao ano de 1950, sendo que as emissões de capitais foram de 11,8 bilhões de cruzeiros somente no Distrito Federal e em São Paulo (capital), contra emissões de 4,5 bilhões em 1950. Destas emissões, dois terços consistiram em subscrições em dinheiro, a despeito da inflação, o que mostra um aumento na capacidade investidora do país.

As bolsas de valores não permitiam uma mobilização conveniente dos recursos do país e um financiamento adequado a empreendimentos básicos públicos ou particulares. Para o governo era fundamental o aumento das operações em bolsa, ou seja, o aumento na circulação de títulos públicos e particulares, e também disciplinar o lançamento e defender as

³⁴ VARGAS, G. op. cit.

cotações dos títulos públicos. Era necessário ainda controlar as emissões particulares, para resguardar o público e evitar que os agentes desconfiassem do mercado de capitais, deixando de adquirir os títulos.

Existia uma preocupação quanto às empresas de seguros privados e capitalização, no sentido de direcionar a aplicação de seus recursos excedentes em benefício dos interesses gerais da economia. No projeto de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico se estabelecia a obrigação das empresas de seguro privado e capitalização de tomarem os títulos do reaparelhamento econômico, incentivando os investimentos básicos planejados pelo governo.

Seguros Privados

Criado em 1939, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) estava destinado ao controle e fomento dos seguros privados, e a reter no país volumes de capital até então remetidos ao exterior, por via do “resseguro”, dado que não existiam instituições internas que viabilizassem este tipo de operação.

O movimento no mercado de seguros do país teve um aumento de 6,9% em 1951 em relação ao ano de 1950, enquanto que o aumento nos resseguros foi de 19,7%. Em 1951, o montante de resseguros no Brasil já havia ultrapassado 500 milhões de cruzeiros.

A maior parte do volume de prêmios de seguros contratados no país eram mantidos internamente, e só eram enviados ao exterior os casos de risco excepcional que ultrapassassem a capacidade de cobertura oferecida no mercado interno. Com isso, a Balança de Pagamentos deixa de ser onerada por uma remessa ao exterior destes prêmios de seguros, e passa também a ser beneficiada pela entrada de divisas provenientes dos negócios obtidos em reciprocidade.

Algumas condições do mercado brasileiro dificultavam as operações externas: a incidência de imposto de renda de 15% sobre os prêmios de seguros e resseguros enviados ao exterior; o imposto de remessa de 8%, adicionado de despesa bancária de 1%; o imposto de selo de 5%, que incidia sobre os prêmios de seguros recebidos do exterior; a dificuldade em obter cambiais destinadas ao pagamento de saldos das contas mantidas de acordo com contratos de resseguros previamente estabelecidos.

Em 1951, os impostos arrecadados sobre as operações de seguros e capitalização atingiram um total de 410 milhões, superior em 25% ao total de 1950.

II.4- Planejamento e Políticas Econômicas adotadas no Incentivo à Industrialização ³⁵

A partir da II Guerra Mundial, o Brasil tenta orientar atividades de planejamento voltadas para problemas como alimentação, transportes, saúde, etc. Em 1947 surge a primeira Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, sendo a segunda a de 1951. A primeira, conhecida por Missão Abbink ou Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos ³⁶, levanta e analisa aspectos da realidade brasileira e apresenta um plano a ser realizado.

A Missão Abbink, de orientação liberal, chegou a propor uma restrição ao crédito e a abertura de setores estratégicos da economia, como energia e mineração, pelo menos durante os tempos de guerra, aos investimentos estrangeiros. Para os membros da missão, a economia brasileira do pós-guerra se encontrava em pleno emprego, o que causava problemas relacionados ao nível de preços e de salários.

"Nada seria possível planejar ou mesmo investir, sem antes resolver estes problemas monetários. Não lhes era possível visualizar que por detrás da procura por ativos imobilizados, rurais e urbanos, havia não a preferência do consumidor, mas a inadequação de um sistema bancário, uma urbanização antiga mas que só agora via atendida seus requisitos mínimos - e não cessava de aumentar -, e uma ligação visceral histórica entre terra e poder no Brasil que não se eclipsava com a urbanização.(...) Sobre os preços, não podia perceber a real situação do setor produtor de bens-salários,(...), de baixa produtividade e alta obsolescência dos equipamentos, numa situação de investimentos em outros setores de longa maturação, o que nada tinha a ver com o pleno emprego."³⁷

³⁵ As questões referentes à legislação serão retratadas neste item, principalmente devido às reformas cambiais praticadas no período. Os demais decretos-lei relevantes serão retratados no Anexo V.

³⁶ A Missão Abbink orientou o governo brasileiro no sentido de uma política não intervencionista, o que realçou a tendência liberal do Governo Dutra. Esse tipo de enfoque teve como consequência uma política cambial liberal, resultando na rápida saída das reservas internacionais acumuladas durante a II Guerra Mundial.

Era formada por técnicos americanos chefiados por John Abbink, e tinha uma orientação diferente da Missão Cooke, pois incentivava a realização de investimentos pela iniciativa privada.

³⁷ GRANZIERA, R.G. Compromissos de Guerra e a Ação Econômica Planejada no Brasil 1942-1955. Mimeo, Campinas, 1997.

As recomendações da Missão Abbink se somaram a outras iniciativas, como as levantadas por alguns Ministérios e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público. Nasceu assim o Plano Salte, cuja preocupação era com Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

O Plano Salte enfrentou várias dificuldades para sua implementação, causadas principalmente por falta de recursos financeiros. Os problemas permanecem no Governo Getúlio Vargas, apesar das medidas de centralização e da reorganização dadas ao plano. Getúlio pediu uma mudança na lei em 1951, notando que os fundos para o plano ou não estavam disponíveis ou haviam sido gastos em outras coisas. Pediu ainda que o plano fosse feito em escala menor para adaptar-se aos recursos existentes.³⁸ Mas mesmo com uma racionalização, o plano produz resultados mínimos, deixando de funcionar nas soluções básicas, como por exemplo na remodelação dos portos e ferrovias, eletricidade e petróleo.

Paralelamente ao Plano Salte surgem outras estratégias de planificação. As Nações Unidas, fundadas em 1943, começam a pensar na reconstrução da América Latina, e para isso o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) abre escritório no Rio de Janeiro. Em 1949, os Estados Unidos aprovam o Ato do Desenvolvimento Internacional. O resultado dessas medidas é a formação, em 1951, da Comissão de Desenvolvimento Econômico conjunta Brasil-Estados Unidos, cuja função "era prestar a necessária assistência técnica, a fim de apressar a preparação de pedidos de empréstimos para os projetos de desenvolvimento, que seriam submetidos aos Estados Unidos e órgãos de empréstimos internacionais. A teoria era de que certos tipos principais de investimentos poderiam ter um efeito estimulante nos investimentos ulteriores, de fundos puramente privados, isto é, os empréstimos de fundos públicos seriam feitos com a finalidade de eliminar estrangulamentos em setores econômicos básicos, tais como transportes e energia, sem os quais seria muito pouco provável maiores investimentos privados. Portanto, a tarefa da Comissão era não somente fazer estudos técnicos, mas tomar decisões de planejamento, sobre quais eram os projetos que precisavam de subsídios, a fim de obter um desenvolvimento equilibrado da economia brasileira e, então, preparar os projetos de forma a ir de encontro aos requisitos técnicos das instituições financeiras estrangeiras".³⁹

³⁸ Ver CARONE, E., op. cit., p.78.

³⁹ Robert T. Daland, Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro, p.31. Ver CARONE, E., op. cit.

A formação da Comissão, que recebe grande incentivo do Ministério da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura e da Viação, permite que o planejamento idealizado por Horácio Lafer, Ministro da Fazenda de Getúlio Vargas, seja posto em prática. É o Plano Lafer, que retomava parte dos projetos do Plano Salte, e que pretendia, entre outras coisas, fundar uma fábrica de enxofre, melhorar as estradas de ferro e de rodagem, construir centrais elétricas, implantar um complexo programa para atualizar a indústria e modernizar a agricultura.

Para Getúlio Vargas, existia prioridade para transporte e energia elétrica, o que resulta numa reabilitação das estradas de ferro, uma melhoria nos portos, transportes marítimos e energia. Segundo Lafer, “um dos principais objetivos (...) era resolver os problemas técnicos que se apresentavam para livrar o Brasil da dependência dos mercados estrangeiros e superar a dificuldade de conseguir abastecimento suficiente de materiais básicos. O presidente Vargas estava decidido, segundo afirmou Lafer, em terminar a industrialização do Brasil. Dar-se-iam garantias e ajuda a quem estivesse disposto a cooperar no projeto de industrialização e na consecução da independência econômica do Brasil”. Vargas funda um departamento de desenvolvimento industrial para acelerar o processo de industrialização e para “coordenar e sincronizar o desenvolvimento econômico do país em seu conjunto e acelerar a industrialização de matérias-primas brasileiras como meio de fortalecer as economias regionais e assim facilitar a fabricação de artigos acabados”.⁴⁰

O setor de energia, ao ser escolhido como básico, mostrava por parte do governo um reconhecimento de que toda a política de emancipação econômica passava necessariamente pela organização do setor de energia. A Petrobrás é um projeto bastante conhecido do período, e nasceu da tentativa de resolver ou ao menos encaminhar a solução do petróleo, produzindo o que fosse possível, e nacionalizando todo o processo de refino e do transporte do petróleo e derivados.

Um dos argumentos contra a Petrobrás era de que o Governo estaria realizando gastos muito altos, e que estes gastos deveriam ser transferidos para o capital externo sob a

⁴⁰ O texto foi citado em CARONE, E., op. cit., p.80. É um texto de Pedro C. M. Teichert, em Revolución Económica e Industrialización en América Latina, pp. 216-217, e é resumo da fala de Horácio Lafer, de 15 de julho de 1951.

forma de concessões. Este era o argumento dos nacionalistas ingênuos. Mas Getúlio defendeu um projeto nacional “de verdade”, e foi isto o que aconteceu.⁴¹

A questão da eletricidade era também muito delicada. Era um setor atendido por dois grupos estrangeiros (a canadense Light e a americana Bond & Share), que obtinham concessões cada vez maiores no país e não invertiam capital próprio. Não realizavam as inversões necessárias ao desenvolvimento econômico, apenas exploravam o desenvolvimento do país para aumentar seus rendimentos.

O que estas companhias alegavam é que o Governo não lhes dava condições de aumentar tarifas e ter maior acumulação própria, por isso não aumentavam suas inversões. Mas isto não era verdade, porque o Governo concedia várias facilidades para estas empresas. Surge então um questionamento por parte do Governo frente a esta pouca inversão interna, e estava claro que o setor exigia investimentos maiores e que o controle público era importante para enfrentar esta questão. Todos os esforços necessários foram feitos até o surgimento da Eletrobrás.⁴²

Na agricultura não existiam metas físicas de produção agrícola, mas um caráter institucional e de formulação de bases políticas. Criou-se uma legislação rudimentar para preços mínimos na agricultura, criou-se uma política de crédito mais facilitada, estudou-se o seguro agrário e foi criada uma Comissão Nacional de Política Agrária, uma das instituições precursoras da reforma agrária.

No setor de transportes foi ampliado o Fundo Rodoviário, com uma legislação de imposto único sobre combustíveis líquidos. Mas a prioridade foi dada ao transporte ferroviário e marítimo. Surgiu a idéia de uma Rede Ferroviária Federal.

Vargas desejava também aumentar a qualidade e o desenvolvimento escolar para a formação de mão-de-obra mais qualificada. A política social era uma de suas maiores preocupações. Desejava melhorar o salário enquanto aumentava a produtividade e a acumulação capitalista. Daí sua preocupação com o salário mínimo, que seria um elemento de equilíbrio contra tendências conservadoras.

⁴¹ VARGAS, G., op. cit.

⁴² ALMEIDA, R. “Política Econômica do Segundo Governo Vargas” In: VARGAS, G., op. cit.

Para realizar planos desse porte, o governo necessitava não só de recursos internos, mas também de externos. A Constituição de 1946, de tendência liberal, limitava a ação estatal, mas Getúlio Vargas conseguiu na Câmara dos Deputados a aprovação de uma lei que ampliava a ação sobre a vida econômica e o custo de vida, o que resultaria numa emenda à lei do imposto de renda⁴³, e que aumentava os impostos daqueles que pagavam acima de 10.000 cruzeiros. Criou também um imposto de 3% sobre as reservas e as utilidades que não foram distribuídas pelas sociedades anônimas durante os últimos cinco anos. Pelos cálculos do Governo, esses e outros impostos teriam que orçar, nos cinco anos, em US\$ 500.000.000, e como o projeto era orçado em 1 bilhão de dólares, os outros US\$500.000.000 viriam dos Estados Unidos, através de empréstimos do Banco de Importação e Exportação e do Banco Mundial.

Para a análise das prioridades criou-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico citada anteriormente, que dá uma credibilidade técnica aos projetos, mas torna-se necessário também a criação de um organismo controlador e distribuidor dos recursos financeiros.

Em 20 de junho de 1952 surge o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), tipo de agência independente mas com características de uma corporação governamental, presidido por Lucio Moreira. É um órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, mas que possuía grande independência, atendendo a pedidos vindos das áreas governamentais ou privadas, selecionando-os de acordo com os recursos e a utilidade dos pedidos.

A reforma cambial, como a Instrução 70, e a mudança do Cexim em Cacex (Carteira de Comércio Exterior), são medidas destinadas a facilitar a importação de máquinas e matérias-primas. Mas o pleno funcionamento do Plano Lafer - o qual incluía muitos projetos do Plano Salte - não foi encarado como medida plena por Juscelino Kubitschek que, ao assumir o governo, lançou seu Plano de Metas.

O BNDE

A criação do BNDE era uma tentativa de modificação da estrutura financeira, no sentido de viabilizar a concessão de créditos de longo prazo para setores selecionados. E o surgimento espontâneo de novas instituições privadas e novos esquemas de financiamento,

⁴³ Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951.

ao final dos anos 50, era uma clara demonstração de que a estrutura financeira interna necessitava modificações mais profundas.

Durante a década de 50, o BNDE foi o principal órgão de fomento no país, repassando recursos do BID, BIRD e EXIMBANK, até pelo menos 1959, quando ocorre o rompimento com o FMI. A princípio, dedicou-se aos investimentos em infra-estrutura, garantindo economias externas baratas ao capital industrial. Tinha ainda um importante papel como "fiscal" do Estado, tentando racionalizar suas decisões, que eram tomadas de forma fragmentada pelas burguesias regionais. O BNDE buscou a unificação e o fortalecimento do Estado brasileiro, e também garantiu a mobilização de capitais para a constituição da indústria pesada.⁴⁴

Dado o processo de desenvolvimento industrial desigual entre as regiões brasileiras e a atração que os pólos de desenvolvimento exerciam sobre os capitais disponíveis para o crédito, as regiões mais atrasadas reclamavam junto às autoridades governamentais a necessidade de fontes de financiamento que incentivassem os investimentos industriais e estimulassem o crescimento produtivo.

Neste sentido de necessidade de ampliação dos prazos dos empréstimos surge primeiramente o BNDE, de âmbito federal, o BNB, BRDE e reestruturação do BASA em nível regional, e algumas agências estaduais, como o BDMG. Mas esses mecanismos de financiamento não se mostraram suficientes no que diz respeito a uma atuação que atingisse todo o país, porque os bancos de desenvolvimento acabaram se proliferando justamente nas regiões mais desenvolvidas. Havia uma pressão social forte para que o setor público criasse estruturas de financiamento que fossem além de uma atuação regional, e neste contexto são criados os bancos de desenvolvimento estaduais.

A institucionalização dos bancos de desenvolvimento pode ser explicada por alguns fatores econômicos. As necessidades de financiamentos de longo prazo dificilmente seriam atendidas por um único órgão centralizado no governo federal, caso do BNDE, sem que esta instituição incorresse em custos e riscos elevados, dada a dimensão continental do Brasil e seu processo de desenvolvimento crescentemente concentrado. Para reduzir as desigualdades regionais, o BNDE precisaria dispor de volume considerável de capital para

⁴⁴ COSTA, F.N., *op. cit.*

empréstimo, além de contar com baixas garantias do retorno deste capital a longo prazo. Além disto, o planejamento e financiamento do desenvolvimento requerem um conhecimento específico das características de cada região, o que nem sempre se pode obter em instituições menos especializadas como os bancos comerciais. Dados os custos que esta especialização exige, como treinamento de mão-de-obra e pesquisas, este tipo de financiamento para regiões menos desenvolvidas só faz sentido para organismos cujos interesses vão além do apoio financeiro à região, como o ideal de desenvolvimento econômico a longo prazo, por exemplo.

Os bancos de desenvolvimento estaduais são criados principalmente entre a década de 20 e 50. O maior grau de atuação do Estado verificado neste período se dá em todas as áreas da economia, entre elas a própria área bancária. Ao final da década de 50 praticamente todos os estados brasileiros tinham um banco de desenvolvimento próprio, tendo muitos optado pela criação de companhias estaduais de desenvolvimento ou pela reestruturação de estabelecimentos de crédito já existentes.

“A criação e o funcionamento de organismos estatais ou governamentais de fomento, de modo geral, refletem a crescente exigência de promover aceleração ao processo de desenvolvimento econômico, associado este processo ao fenômeno da industrialização. Em particular, refletem a busca de uma forma capaz de intensificar a capitalização no setor produtivo, ampliando ou facilitando o acesso aos assim chamados bens de capital, ali onde o referido processo não se realizava com a velocidade exigida”⁴⁵

Apesar do crescimento do BNDE, até 1962 ele apenas atendia a 40% dos pedidos.

Finanças e política cambial

Pensando de maneira mais profunda e ampla numa política de substituição de importações, pode-se entender as medidas governamentais voltadas para as indústrias de petróleo, petroquímica e automobilística, iniciadas a partir de 1953 e ampliadas depois de 1957. Com o tempo esse fato modificará sensivelmente a relação da “pauta de importações, com o considerável aumento das proporções das matérias-primas, de combustíveis e produtos intermediários. As compras desses produtos passaram a representar, a partir da década de 60, cerca de 50% do valor total das importações. Adicionando a essa cifra as

⁴⁵ TEIXEIRA, N.G. , op. cit.

importações de trigo em grão - equivalente a 10% do total - e as de equipamentos indispensáveis para fins de reposição anual do capital fixo - estimadas aproximadamente em 1/5 das importações de bens de capital, ou seja, 7% do total das importações - tem-se que cerca de 70% do total da importação passou a se constituir de produtos imprescindíveis à manutenção da produção corrente interna e ao atendimento das negociações básicas da população".⁴⁶ Mas no período analisado neste capítulo (1945-1955), no entanto, a pauta de importação continuou a ser dominada por gêneros alimentícios e matérias-primas.

O quadro do balanço de pagamentos ainda pode ser complementado por outros fatores, além da importação e exportação: os serviços, isto é, pagamento de *know-how* às patentes estrangeiras; as transferências líquidas; os capitais líquidos e os fatores de difícil localização, identificados estatisticamente como erros e omissões.

Apenas em alguns anos o balanço de pagamentos é positivo, e não devido à relação entre importações e exportações, mas à dependência maior de serviços e de empréstimos, que obrigavam o país a dispender recursos cada vez maiores com *royalties*, juros e lucros que saíam do país legal ou fraudulentamente.

Entre 1945 e 1951, no grupo de importação e exportação há superávit comercial, enquanto que, no seu conjunto geral, domina o déficit. Dois fatores foram prejudiciais aos saldos desses anos: a utilização abusiva de excedentes de exportação de guerra e a questão cambial.

Durante a guerra, o Brasil acumulou grande superávit comercial com os Estados Unidos e a Inglaterra, dado que as exportações superaram em muito as importações, pois esses países não conseguiam ser atendidos em muitos produtos básicos de que necessitavam. Com o fim do conflito surge o problema dos excedentes de guerra. Getúlio Vargas, antes de sua queda, imaginara esses excedentes como recurso financeiro para uma recuperação tecnológica da indústria, mas com Eurico Gaspar Dutra essa finalidade seria deturpada. Pelo acordo de Bretton Woods, de 22 de julho de 1944, o Brasil se comprometeu a adotar uma política paritária da moeda brasileira com a dos outros países que assinaram o acordo, e dentre as cláusulas deste havia uma determinação da extinção de qualquer tipo de controle cambial.

⁴⁶ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966, pp.120-121. Ver CARONE, E., op. cit.

Entre 1945 e 1947, o Brasil adota a política de paridade e liberdade cambial, enquanto que outros países fogem desse compromisso. A consequência é que, nesses anos, dá-se uma importação de brinquedos, eletrodomésticos, bebidas, automóveis e outros bens de consumo, enquanto que os estrangeiros compravam os dólares no país por menor preço e os remetiam a seus países de origem. Essa política é incentivada pelo Banco do Brasil, para "desfazer-se de qualquer forma dos saldos acumulados, que o incomodavam, pois era obrigado a emitir dinheiro para pagar as compras de cambiais, que lhe pareciam vultosas. Iniciou-se, então, pela compra no exterior de quinquilharias, bem como pelas grandes remessas para o estrangeiro de lucros represados ou de *possíveis* lucros *futuros* de empresas alienígenas que operavam no Brasil e , até mesmo, para vultosas despesas de viagens imaginárias, a rápida dissipação dos saldos penosamente acumulados".⁴⁷ Essas remessas eram feitas a um dólar cotado em Cr\$ 18.72, enquanto que o seu valor real pago durante a guerra foi de Cr\$ 21.00. Essa saída contínua de dólares esgotou os recursos do Tesouro Nacional, acabando com boa parte das reservas internacionais existentes.

O governo põe em prática, além dessa política cambial, outro ato que debilita as reservas internacionais, que é a venda de ouro existente no país, ouro este que servia de reserva para necessidades de comércio e garantia a emissão fiduciária interna. Esse tipo de atitude seguia a opinião de Eugênio Gudín, que era contrário à aquisição de ouro pelo Banco do Brasil, pois, "numa conjuntura em que, paradoxalmente, sofremos de pleora de divisas no estrangeiro e portanto de ouro; numa situação em que devemos evitar, por todos os meios, a contingência de novas emissões, como justificar a aquisição regular, pelo Banco do Brasil, de todo o ouro de produção nacional que lhe é oferecido? Deixemos que o ouro seja vendido, no mercado interno ou externo, e oferecido a todos aqueles que sofregamente aqui procuram empregar suas disponibilidades em bens tangíveis, em terrenos, em paredes, em jóias ou móveis. Não faltará procura no mercado interno para aquisição do ouro".⁴⁸

Seguindo essa orientação, em que a compra de ouro é considerada tão prejudicial como a própria emissão, o Governo José Linhares vende parte do estoque nacional de ouro, e o Governo Gaspar Dutra prossegue nessa política, deixando de adquirir qualquer

⁴⁷ LEVY, H.R. Prática Cambial no Brasil, p.48. Nestes anos o Banco do Brasil é emissor; o grifo é do autor.

⁴⁸ BULHÕES, A.G. Ministros da Fazenda do Brasil (1808-1954), p. 201.

quantidade da produção nacional de ouro e colocando à venda 4% do total existente. A consequência disso é a queda progressiva das reservas do metal.

Em 1957 adota-se uma modificação substancial na Lei Tarifária, tornando-a *ad-valorem*, variando a cobrança dos produtos importados para bens de produção (taxas que vão de 10 a 100%) e para bens de consumo (de 100 a 150%). No entanto, a situação em 1948 era tão caótica financeiramente que o governo criou medidas complementares, como as Operações Vinculadas, que vão de 1947 a 1953: toda importação tornava-se possível, desde que se obtivessem as divisas necessárias via exportação. Deste modo a receita gerada pelas exportações brasileiras estaria vinculada às importações.

Outra medida importante, que dura de 1947 a 1953, é a criação da Cexim (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil), para regular o licenciamento das importações. As importações passam a seguir uma escala de prioridades:

1. drogas e medicamentos, inseticidas e fertilizantes entravam sem pagar taxa alfandegária;
2. combustíveis, cimento, papel e máquinas de impressão recebiam prioridades;
3. máquinas para a indústria, principalmente manufatureiras;
4. os bens considerados não essenciais ou eram restringidos ou proibidos.

O rigor da Cexim leva o comércio a insistir na extinção progressiva do controle direto do governo, retornando ao câmbio livre. As reclamações crescem a partir de 1950, num momento político mais crítico com a volta de Getúlio Vargas ao poder em 1951. Getúlio extingue a Cexim substituindo-a pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex). O câmbio se torna múltiplo, variando entre as categorias em que são divididos os produtos importados. Mas, além do preço da moeda estrangeira, o governo cobrava um ágio suplementar, igual ao valor do dólar, e que também variava segundo a procura e a quantia de divisas distribuídas para cada uma das categorias de importados. Cada importador tinha um limite máximo de US\$50.000,00. Existiam ainda taxas preferenciais de câmbio, traduzidas em menores preços para a gasolina, trigo, fertilizantes e papel de imprensa; para alguns outros equipamentos essenciais funcionava igualmente o câmbio favorável. Essa nova realidade provoca reações negativas nos importadores, que consideravam que estas medidas elevavam muito o preço das mercadorias a serem importadas.⁴⁹

⁴⁹ Ver CARONE, E., op. cit., p.100.

Outros fatores influam no conjunto do setor financeiro além do problema da dívida externa, da remessa de lucros e das reformas cambiais.

O capital estrangeiro pode entrar em um país na forma de investimento direto, capital de risco ou empréstimo para uma instituição governamental. Estatisticamente, há um ingresso de capital de risco entre 1947 e 1963 de US\$926.000.000, enquanto são remetidos US\$620.000.000 em lucros. O saldo restante é de US\$306.000.000. (Ver Quadro IV, Anexo IV).

O montante de dólares restantes no país entre 1947 e 1963 é reduzido porque há inúmeros fatores que influem em sentido negativo. Existem as questões ligadas a amortização, juros, comissões a banqueiros, etc. Esses dados podem ser considerados financeiramente normais por fazerem parte de qualquer compromisso assumido quando um empréstimo internacional é feito. Mas a questão discutida aqui não diz respeito a contratos elaborados entre governos, onde os compromissos são mais rígidos, mas sim às aplicações de capital de risco, cuja margem de manipulação é muito mais ampla. A entrada e saída destes capitais permitem raios de manobra maiores, onde atitudes ilegais podem ser mais facilmente praticadas. Assim, as máquinas que entraram no país para uso das indústrias de base são capitalizadas por valor superior. Além do direito legal de exportar parte do lucro, as empresas encontravam meios ilegais de exportarem ainda mais. O lucro das empresas estrangeiras ao voltar ao país era considerado capital estrangeiro e se beneficiava da lei que o favoreceu anteriormente, etc.

Em 1952 e 1954, Getúlio Vargas denuncia a anomalia dos lucros obtidos pelas empresas estrangeiras. O Brasil, segundo Getúlio, oferecia todo tipo de facilidade ao capital estrangeiro, e além disso existiam grandes chances de se burlar a lei cambial, dada pelo decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, o que possibilitava manobras sobre o direito de lucro. O decreto-lei de 1946 tentava disciplinar, sob o ponto de vista cambial, o movimento dos capitais estrangeiros. Assegurava a liberdade de compra e venda de cambiais: "poderão ser vendidas, para satisfazer pagamentos de qualquer natureza, no exterior, as disponibilidades "existentes nos Bancos e Casas Bancárias"; "a remessa de juros, lucros e dividendos não ultrapassará 8% do valor do capital registrado, considerando-se transferência

de capital o que exceder essa porcentagem..."; e 20% do capital podia ser transferido anualmente. (Ver nota de rodapé n.º 51).

Apesar da existência dessa lei, entre 1945 e 1947, quando o país possuía grande volume de reservas cambiais, a saída se dá praticamente de maneira livre, já que as companhias estrangeiras podiam comprar dólares e enviar seus lucros. Depois de 1947, quando as reservas cambiais se tornam escassas, surgem medidas restritivas levantadas pelo Banco do Brasil, que se baseia no balanço das firmas estrangeiras para permitir que elas apenas remetam 8% do capital verificado e aceito pelo Fiban. No início de 1950, a situação cambial brasileira era tão trágica que as empresas formavam filas para obter as divisas necessárias às suas remessas de lucros a seus países de origem.

Essa situação se agrava progressivamente não só pela imprudência governamental, que permitia gastos abusivos dos recursos financeiros acumulados durante a guerra, mas também devido aos lucros extraordinários que eram obtidos internamente pelos capitais estrangeiros.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional em 1952, Getúlio Vargas demonstra como o desrespeito ao decreto de 1945 resultara na "aceitação, pelas autoridades cambiais, do ônus cambial potencial, correspondente a lucros a transferir, o qual, concretizado em remessas efetivas, acarretaria rápida exaustão do orçamento de câmbio, sem que a essa lucratividade exacerbada do capital estrangeiro, fruto em parte das condições inflacionárias ou monopolísticas do mercado - corresponde-se um real incremento da produtividade internacional. Basta dizer que, em alguns casos concretos, o privilégio irrestrito de agregação de lucros ao capital, para efeito de transferência de rendimentos, permitiria remessas equivalentes a mais de 1.000% do capital efetivamente ingressado no país".⁵⁰

Essa situação não se tornou calamitosa na prática porque seria impossível as empresas conseguirem transformar todo esse lucro em divisas e transferi-las para fora, o que levaria o país a um caos inimaginável. A situação anômala é denunciada por Vargas, que mostra como a margem de lucro é auferida não só pelas empresas estrangeiras que produziam mercadorias de interesse nacional - como as indústrias de base -, mas até mesmo por aquelas que fabricavam produtos supérfluos.

⁵⁰ Getúlio Vargas, Mensagem, 1952, pp. 147-150. Ver CARONE, E., op. cit.

Para evitar que essa situação se mantivesse, o governo submete Parecer à Consultoria Geral da República, com o objetivo de averiguar as questões envolvendo retorno e remessas de lucros dos capitais estrangeiros, relacionados com o decreto-lei de 27 de fevereiro de 1946. O resultado obtido mostra que "várias dúvidas surgiram na execução do aludido diploma legal confiado à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A. Entre elas avulta a infidelidade das Instruções baixadas a respeito da mesma Carteira, cujo cumprimento dispensou ao capital estrangeiro um tratamento privilegiado, proporcionando remessas muito superiores às previstas na lei ". Por sua vez, a transferência do capital não devia exceder os 20% do capital registrados e, quanto aos juros, lucros e dividendos, o limite fixado é de 8%, sendo que aquilo que ultrapassasse este percentual deveria ser considerado capital. Porém, as normas dadas pelo Banco do Brasil "estão permitindo remessas muito superiores às previstas e cujo crescimento é vertiginoso. O capital estrangeiro, pelos registros efetuados, estaria produzindo lucros à base de 200% ao ano". O Parecer afirmava ainda que "a lei assegura o retorno do capital registrado e dos seus frutos, na proporção de 8%. Os rendimentos excedentes, que forem remetidos para o exterior, consideram-se transferência de capital (art. 8.º). Devem, portanto, ser abatidos do capital registrado. Em verdade, produzidos no país, não podem retornar para o estrangeiro, de onde não vieram. Excedentes aqui produzidos não tem direito a retorno; se o beneficiário prefere remetê-los também, perde o direito de retornar a cota de capital importado em igual proporção... Equiparar, para efeito de retorno, o lucro excedente ao capital importado, como o fez a regulamentação, é que não me parece legítimo".⁵¹

Sendo pressionado interna e externamente, Getúlio Vargas é obrigado a implantar uma política cambial livre, com a Lei 1807, de 7 de janeiro de 1953, destinada a atrair capitais estrangeiros. Por essa lei, o capital internacional fica dividido em duas categorias: os favorecidos, que são de interesse para a economia nacional, e aqueles que são destinados aos outros setores. O primeiro é voltado para aqueles investimentos aprovados pelo Governo Federal, como energia, comunicações e transportes. Por esse capital o investidor recebe todos os lucros do investimento, além da diferença entre a taxa de câmbio do dólar que for

⁵¹ Ver CARONE, E., op. cit., p.107. O autor retira essas estatísticas e citações de Getúlio Vargas, Mensagem, 1952, pp.147-150; na Mensagem de 1954, tira outros dados: pp.91-93. Harold R. Levy, op. cit., pp. 251-256. Lex, Legislação Federal, 1946, pp.262-264; Lex, Legislação Federal, 1952, pp.13-16 (da Marginalia).

trazido de fora (maior) e a de saída (menor). O segundo capital refere-se aos investimentos em outros setores, já que o estrangeiro pode trazer dólares de fora e comprar dólares no país, ambos pela taxa de câmbio livre, sem limitações.⁵²

Essa política de câmbio livre não atinge seus objetivos, que eram o incentivo às exportações e a atração de capitais estrangeiros de risco. A reforma cambial não foi, em si, suficiente para provocar mudanças mais profundas. O que de fato ocorre é que o mundo capitalista estava passando por uma pequena crise, resultante da questão coreana, que se soma à condenação feita por Estados Unidos e outros países capitalistas ao nacionalismo de Getúlio Vargas. O resultado negativo leva o governo a confessar que se encontrava numa situação de profunda crise de estrutura no que se referia às suas relações exteriores.⁵³

Instrução 70 da Sumoc

Desta conclusão resulta a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito, em outubro de 1953, segundo a qual, em vez de câmbio livre, o Brasil passa a ter bonificações fixas a cambiais de exportação, cobrança de ágios das cambiais disponíveis e postas em leilão, aos exportadores, pagamento imediato dos ágios, concentração no Banco do Brasil das cambiais de exportação no mercado livre, o que se relaciona com o mercado de capitais e transferência de rendimentos, remessa de *royalties*, turismo, etc., estímulo à entrada de capitais estrangeiros, permitindo a entrada de capitais sob forma de máquinas e equipamentos, e certas importações com financiamento bancário em moeda estrangeira.⁵⁴

Essa reforma foi feita por Osvaldo Aranha, Ministro das Finanças, e é seguida das Instruções n.ºs 71, 72, 73, e 91, que atualizam certos itens anteriores. As de n.ºs 70 e 81 (9 de outubro e 22 de dezembro de 1953) são extremos de uma mesma tendência, sendo que a n.º 70 permitia “elevações sucessivas da taxa de câmbio para remessas de rendimentos e amortizações correspondentes a capitais de risco e de empréstimos investidos em setores de especial interesse para a economia nacional”. A n.º 81: “redefine as atividades suscetíveis de receberem empréstimos, créditos e financiamentos externos com as vantagens do registro naquele órgão, e conseqüente benefício de uma taxa cambial inferior à do mercado livre”. O pagamento e os juros se faziam ao câmbio oficial, mais algumas sobretaxas, segundo a

⁵² Conselho Nacional de Economia, Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, 1959, pp.100-103.

⁵³ Getúlio Vargas, Mensagem, 1954, pp.79-80.

⁵⁴ Ver CARONE, E., *op. cit.*, p. 108.

Instrução 70. Introduziu-se também uma nova categoria de financiamentos, com taxas resultantes das médias dos últimos três leilões cambiais.⁵⁵ Para completar a nova política, cria-se em 29 de dezembro de 1953 um novo órgão regulador, que é a Carteira do Comércio Exterior, cuja atividade centralizaria, daí em diante, todas as relações de exportação, câmbio, interesses estrangeiros, etc.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e toda a crise política que seguiu-se a esse acontecimento, cria-se certo medo entre os investidores estrangeiros, o que acentua uma tendência já presente no Governo Vargas de diminuição da entrada de capitais estrangeiros. Contra essa insegurança, o Governo Café Filho, representando corrente contrária às idéias de Vargas, institui a Instrução 113 da Sumoc, em 5 de janeiro de 1955, iniciando o que viria a ser um aberto favorecimento ao capital estrangeiro, postura a ser levada adiante pelos governos posteriores.

Instrução 113 da Sumoc

A instrução 113 da Sumoc permitia maior mobilidade de aplicação do capital estrangeiro. As empresas, ao invés de trazerem suas cambiais e venderem suas divisas no mercado livre do câmbio, para depois readquiri-las oficialmente, por uma taxa mais elevada, passam a poder “emitir licenças de importação sem cobertura cambial, que correspondam a investimentos estrangeiros no país, para conjuntos de equipamentos ou, em casos excepcionais, para equipamentos destinados à complementação ou aperfeiçoamento dos conjuntos já existentes (art. 1º). Para ter direito a isto, o investidor deveria comprovar que dispunha no exterior dos equipamentos a serem importados ou de recursos para o seu pagamento (art. 2º). Por último, a Cacex “poderá licenciar a favor de empresas brasileiras, a importação de conjuntos de equipamentos financiados no exterior”, caso se tratassem de máquinas para a indústria de transformação.

Ainda que os resultados favoráveis ao capital estrangeiro não se mantivessem com o tempo, a Instrução 113 permitiu grande avanço às empresas estrangeiras, negando a necessidade de cobertura cambial. Estas empresas eram as únicas que possuíam forte ligação com o exterior, os equipamentos licenciados eram incorporados à sua carteira de

⁵⁵ Conselho Nacional de Economia, Exposição, 1959, pp. 103-105.

ativos e a "empresa em que for realizado o investimento ou a filial não efetuará pagamento no exterior, correspondente ao valor dos equipamentos importados" (parágrafos *a* e *b* do art. 3º).

Era uma medida inteiramente favorável ao capital estrangeiro e discriminadora em relação ao capital nacional, já que este necessitava pagar todas as importações de máquinas. Houve uma retomada dos fluxos de capitais para o Brasil, de vários países e de várias formas, com predomínio da importação de máquinas, na maioria obsoletas em seus países de origem. Alemanha e Estados Unidos são os maiores investidores, seguidos por Inglaterra, Itália, França, Canadá, Bélgica, Suíça e Holanda. Quando a Instrução 113 entra em vigor, há a entrada de US\$31.314.400, aplicados em indústrias de base, indústrias leves, transportes e comunicações. Em 1956 esse montante é de US\$209.000.000; em 1957, de US\$ 301.000.000; em 1958, US\$352.000.000 e em 1959 US\$383.000.000. Na indústria automobilística, em particular, entre 1956 e 1960 há entrada de US\$233.000.000 em investimentos diretos sem cobertura cambial, US\$90.000.000 em importações de equipamentos, com cobertura cambial a longo prazo, e Cr\$16.600.000.000 em investimentos em moeda nacional (terrenos, construções, etc.).⁵⁶ Outras atividades industriais sofrem alta desnacionalização com a Instrução 113, como os produtos farmacêuticos.

O PIB e o crescimento da economia brasileira

Apesar dos problemas enfrentados pela economia brasileira dado o baixo preço das matérias-primas e dos gêneros de consumo exportados, a frágil política fiscal, os excessivos benefícios concedidos ao capital estrangeiro, etc., o país se desenvolveu e se afirmou dentro de uma política em que predominou a industrialização. O aumento da riqueza pode ser traduzido na avaliação global das atividades, onde se incluem os índices de crescimento ou estagnação de cada setor, examinados na sua totalidade ou por cada região particular.

Pelo Quadro V do Anexo IV, verifica-se que o setor primário cresceu em proporção à população, o que significa que estava estagnado. Nele estavam envolvidos 42 milhões de habitantes. Os setores secundário e terciário cresceram quase que três vezes em relação ao aumento da população, o que mostra serem os setores mais dinâmicos da sociedade, envolvendo cerca de 25 milhões de pessoas.⁵⁷

⁵⁶ Fontes dos dados: ANUÁRIO, 1956, p.232. ANFAVEA, op. cit., p.4. Conselho Nacional de Economia, op. cit., 1959, p.25.

⁵⁷ A análise foi retirada de CARONE, E., op. cit., p. 115, baseada no livro de Ivan Pedro de Martins, Introdução à Economia Brasileira, p.167 e segs.; o quadro estatístico é uma transcrição que o autor faz

Quanto à evolução do PIB, (Ver Quadro VI, Anexo IV), "... o desenvolvimento econômico desse período, estimulado principalmente pela produção manufatureira substitutiva de importações, foi acompanhado de várias mudanças estruturais. Houve um aumento na proporção do setor industrial no produto nacional, modificou-se a distribuição ocupacional da população ativa a favor das atividades secundárias e terciárias, caiu o coeficiente de exportações e se alterou a composição das importações. O coeficiente de importações, em termos reais, entretanto, apesar do processo de substituição de importações, permaneceu praticamente constante nos últimos anos do período, devido ao fato de haverem aumentado as compras externas de bens de capital, bens intermediários e matérias-primas em ritmo suficiente para compensar a queda das importações de bens de consumo final".⁵⁸

II.4- A evolução da classe média no período

Durante o Estado Novo, a queda dos preços agrícolas e a conseqüente instabilidade da lavoura inicia um processo de êxodo rural para a cidade. Nos anos de guerra, o inchaço urbano aumenta com a aceleração da industrialização e sua transformação em atividade básica da sociedade brasileira. A população das cidades cresce e suas atividades se multiplicam, surgindo uma nova divisão social do trabalho, estendendo e tornando cada vez mais complexas as classes médias, associadas principalmente à administração pública e à expansão da construção civil.

O Estado passa a se ocupar cada vez mais de atividades econômicas múltiplas, as universidades se espalham, a vida cultural se expande, as funções autônomas aumentam, dando à classe média uma personalidade distinta da que possuía anteriormente.

No Estado Novo, a única manifestação política da classe média é em favor da entrada do Brasil na guerra, o que se traduziu em comícios, quando ocorreu o torpedeamento de navios brasileiros pelos alemães, nos pedidos para que o Brasil entrasse na guerra, no voluntariado junto à FEB e nas lutas contra o totalitarismo.

da Revista Brasileira de Economia, março de 1959. Os dados de 1951,1952,1954 e 1956 não foram transcritos.

⁵⁸ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966, pp.18-20.

A partir de 1945, a classe média tem atuação mais complexa, enriquecendo algumas tradições anteriores. O mundo apresenta opções políticas mais amplas, e a classe média passa a somar, em 1950, 13,2% da população brasileira, com uma atuação política mais agressiva. Nesta nova fase, assim como em alguns momentos anteriores, parte considerável da classe média ambiciona o enriquecimento, a afirmação de seu *status*, e a defesa dos seus valores.

Ao final da II Guerra Mundial, esta classe aproveitou-se da supervalorização cambial, e viu atendidas suas necessidades reprimidas por bens duráveis de consumo, especialmente geladeiras, máquinas de lavar e automóveis.⁵⁹ É a grande parcela consumista da população brasileira do período analisado neste capítulo, inclusive no que se refere ao crescimento da construção civil no país.

⁵⁹ GRANZIERA, R.G., op. cit.

CAPÍTULO III

JUSCELINO KUBITSCHKEK E SEU PLANO DE METAS (1955-1960)

O Governo Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas só foi possível graças às agências e aos fundos herdados do governo Getúlio Vargas. Mas entre os dois governos existiram diferenças sensíveis. “Getúlio era a consciência da limitação dos recursos e da inflação, e J.K. não. Getúlio, criando no Conselho do Desenvolvimento Industrial o grupo da indústria automotiva, preocupava-se com caminhões e ônibus, J.K., com o automóvel privado; Getúlio priorizava o transporte coletivo e de massa, J.K., o rodoviarismo; Getúlio era suspicaz contra a invasão do capital estrangeiro, embora tivesse estimulado a Mannesmann e a Mercedes na indústria de base e desejasse capitais europeus e japoneses para compensar o peso do capital americano; J.K. era aberto. Por último, Getúlio tinha uma obsessiva preocupação pelo progresso social, pela redução dos desequilíbrios sociais e regionais, o que na ideologia e na prática de J.K. era um problema para depois...”⁶⁰

O Plano de Metas começa mais ou menos um ano após a morte de Getúlio Vargas, mas as tensões que levaram ao suicídio de Vargas permaneciam: classe média consumista e de fortes interesses liberais, classe trabalhadora organizada, burocracia estatal com poder diretamente proporcional ao poder do Estado. A própria posse de Juscelino Kubitschek ocorreu no bojo de um golpe de Estado.

O plano foi a expressão mais concreta do slogan “50 anos em 5” de J.K.. Sua campanha eleitoral, apesar das graves crises políticas, já transcorreria em clima de surpreendente otimismo e ousava-se duvidar da eterna “vocação agrícola” do país. A proposta de industrialização pelo desenvolvimento planejado assumia contornos de viabilidade.

O objetivo principal do Plano de Metas era viabilizar uma acumulação produtiva acelerada, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e ampliando as atividades produtoras, criando novos processo produtivos. Como fim último, propunha elevar o nível de vida da população, gerando oportunidades de emprego. O Plano dava prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada

⁶⁰ ALMEIDA, R. op. cit.

e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Daria continuidade ao processo de substituição de importações que vinha se desenrolando nos dois decênios anteriores.

Em termos mais sumários, o Plano postulava investimentos diretos do governo no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente a siderurgia e refino de petróleo - para os quais o ânimo empresarial havia se revelado insuficiente - bem como favores e estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos, com funções de produção de alta intensidade de capital.

III.1- Investimentos e características do plano

O Plano de Metas teve o mérito de atender aos interesses de todos os grupos sociais e políticos, interesses estes contraditórios *a priori*. Para isso, adotou meios heterodoxos de ação da política monetária, meios que seriam inconcebíveis para Vargas. Talvez essa tenha sido a única saída para que a situação desfavorável aos investimentos se revertesse em 5 anos.

Foi um plano que resultou de esforços de intelectuais que trabalhavam há tempos no entendimento e na propulsão da industrialização do país, como por exemplo a CEPAL, as comissões norte-americanas que vieram ao Brasil e o BNDE. Porém, o “salto” promovido pelo plano foi atrasado em relação a outros países. A Europa, por exemplo, já estava recuperada pelo Plano Marshall e crescia gradualmente em termos industriais sem necessidade de ajuda dos EUA.

Por outro lado, essa recuperação da Europa explica muito do sucesso do Plano de Metas. O sucesso de uma política industrial dependia muito da boa vontade dos EUA, e com a retomada do poder europeu ficou mais fácil ao governo brasileiro barganhar sua industrialização.

Internamente, o Plano de Metas é um “salto” e não uma continuidade, porque os esforços de industrializar o país haviam sido até então insuficientes para criar uma malha integrada dos diferentes setores industriais, mesmo porque alguns setores não existiam no Brasil. O que já havia sido construído foi conseguido com grande sacrifício.

Esse sacrifício ocorreu porque um investimento, para ter retorno satisfatório, deve incorporar a última tecnologia do ramo. Ao utilizar uma tecnologia ultrapassada, o retorno e a margem de lucro são menores *vis-à-vis* custos maiores; essa última tecnologia é também a mais cara. Mas ao longo do tempo se torna mais barata, porque possibilita um retorno mais rápido e maior que compensa o gasto inicial. Por isso, o país que se industrializa tardiamente, como o Brasil, tem que arcar com custos maiores.

Essa tecnologia avançada era o único caminho para o êxito da "industrialização restringida brasileira".⁶¹ Os investimentos teriam, além disso, que ser efetuados concomitantemente e nos vários setores ao mesmo tempo.

O Plano de Metas foi, portanto, um plano de direcionamento do investimento, não estimulando a concorrência. Foi um plano concentrado, concomitante e em curto prazo. Com isso, várias estruturas monopólicas e oligopólicas vão ser criadas, o que não deixou de ser um incentivo ao capital nacional privado.⁶²

A dimensão dos investimentos no Plano de Metas é estimada com base no atendimento das necessidades futuras. Com isso, estabeleceu-se uma capacidade produtiva várias vezes maior do que a demanda presente indica; o que importa é a demanda projetada para o futuro, atendendo ao crescimento que o próprio Plano de Metas iria gerar, ou seja, atender a uma demanda potencial.

O capitalismo só funciona quando o departamento produtor dos meios de produção produz e cria demanda não apenas para si, mas para todos os outros setores. E produz antes da demanda que vai atender sua produção. Com o Plano de Metas esta lógica do capitalismo se instalará no Brasil. É um "salto" na industrialização justamente por produzir à frente da demanda corrente. É um salto de qualificação da produção e um salto no próprio sistema de produção.

⁶¹ MELLO, J. M.C.. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

⁶² Este raciocínio está ligado à idéia desenvolvida no Capítulo II de que a ausência de um financiamento adequado privado e de longo prazo na economia brasileira gerou poucos concorrentes por setor, e entre os próprios setores. Juscelino herdou a conjuntura econômica deixada por Vargas, ou seja, uma industrialização dominada por oligopólios em seus setores de maior desenvolvimento tecnológico e de necessidades de investimentos mais pesados, que são justamente os setores novos estimulados pela política desenvolvimentista adotada por Vargas e perpetuada por Juscelino.

O apelo ao capital estrangeiro e o apoio ao capital nacional se dá justamente para que a tecnologia mais avançada seja adquirida. Quando um setor já está estabelecido, e já atendeu à demanda, o capital partirá para outro novo setor.

III.2- Objetivos

Em 1956, a economia brasileira apresentava um quadro de desequilíbrios impressionante. O estancamento do setor externo, o novo ciclo expansivo da produção interna de café e a presença de vultosos desequilíbrios fiscais parecia aconselhar a prudência no tocante ao dimensionamento e alcance dos objetivos propostos à política econômica. Entretanto, os desequilíbrios não intimidaram a formulação de um programa que, além de propor inversões que implicavam numa vigorosa elevação dos gastos do setor público, postulavam um substancial avanço na industrialização. Esta forçosamente suscitaria ampliadas importações de equipamentos e insumos industriais, acentuando as pressões sobre a capacidade importadora do Brasil.

Na verdade, o Plano de Metas foi resultado de um processo pelo qual o setor privado, desde o início do decênio, vinha progressivamente delegando ao Estado poderes e instrumentos para fazer frente às necessidades de complementação industrial, já que não possuía recursos financeiros suficientes para isso.

O plano era composto por 30 metas, agrupadas, grosso modo, em cinco setores:

- Energia: 43,4% do investimento em cinco metas - energia elétrica; energia nuclear; carvão; produção de petróleo; refinação de petróleo.
- Transportes: 29,6% do investimento em sete metas: reequipamento e construção de estradas de ferro; pavimentação e construção de estradas de rodagem; portos e barragens; Marinha mercante; transportes aéreos.
- Alimentos: 3,2% do investimento em seis metas: trigo; armazéns e silos; frigoríficos; matadouros; mecanização da agricultura; fertilizantes.
- Indústria de Base: 20,4% do investimento em onze metas: aço; alumínio; metais não ferrosos; cimento; álcalis; papel e celulose; borracha; exportação de ferro; indústria de veículos motorizados; indústria de construção naval; maquinaria pesada e equipamento elétrico.

- Educação: 3,4% do investimento em meta única (formação de profissionais qualificados, principalmente em engenharia).

Pode-se classificar as distintas metas em quatro grandes grupos. O primeiro, constituído pelas inversões diretas do governo no sistema de transportes e geração de energia. Um segundo, pelo qual se ampliavam ou instalavam setores produtores intermediários, nos quais, pela sua significação sobressai a meta siderúrgica. Um terceiro conjunto visava à instalação das indústrias produtoras de bens de capital e, finalmente, a meta da construção da nova sede do país.

Construção de Brasília

A construção de Brasília não era um meta específica, mas teve uma função importantíssima na constituição do pleno emprego no Brasil. Consolidou a demanda dentro dos setores industriais e contribuiu para a alta dos salários da época.

Brasília vai absorver toda uma migração de mão-de-obra não-qualificada, pois cria uma nova fronteira. Esta fronteira absorve população de regiões de industrialização e ocupação mais antiga, e tem como efeito não proposital um aumento dos salários. Foi no Plano de Metas a primeira vez que ocorreu uma forte elevação do salário real no Brasil, o que atraiu o apoio dos trabalhadores ao Governo de J.K..

O exército brasileiro também tinha grande interesse em Brasília, por questões de segurança. Com isso, J.K. passa a contar também com o apoio deste grupo, apoio mais geopolítico do que econômico.

Brasília foi ainda um "paraíso" para a construção civil, e teve efeito importante juntamente com a indústria automobilística. O efeito foi de atender à classe média, que começou a entender que o Plano de Metas ia de encontro à satisfação de seus interesses consumistas.

A montagem do sistema de interligações rodoviárias também teve grande impulso com a construção da nova capital. Isto pode ser melhor visto analisando os dados do Quadro I do Anexo V. De 1955 a 1961, foram construídos 13.169Km de rodovias federais, e pavimentados 7.215Km. Só nos dois primeiros anos do governo, a rede pavimentada expandiu-se em 300%. A multiplicação de rodovias acompanhou o êxito da indústria automobilística. Significava também uma política voltada para a fixação das populações que

emigravam desordenadamente para os grandes centros, e conseguiu atrair o apoio dos agricultores ao governo.

III.3- A execução do plano e seus efeitos na economia brasileira

Administração

Juscelino Kubitschek tinha maiores ambições que Getúlio Vargas, e no dia seguinte à sua posse instalou o Conselho Nacional do Desenvolvimento⁶³, exatamente com a missão de estudar os problemas nacionais e equacioná-los para que uma solução fosse encontrada nos cinco anos seguintes. Não há pretensão de substituir a iniciativa privada, mas na impossibilidade das empresa privadas realizarem os investimentos pretendidos, o governo complementar com os recursos financeiros necessários. A realização foi maior do que nos outros planos, sendo elaborada por um grupo do BNDE-CEPAL, tendo à frente Celso Furtado.

Ao lado de órgãos criados pelos governos anteriores, como o BNDE, a Cacex e a Sumoc, são criados outros para atuarem paralelamente e com atribuições semelhantes às dos outros serviços públicos. Esses órgãos tinham papel privilegiado, porque o momento era de substituição de importações, o que significava que o centro vital se localizava fora do país, fato comprovado por 43.9% do plano abrangerem a importação de bens e serviços, como são os casos de oferta de tecnologia ou recursos financeiros.⁶⁴

Dentro da execução do Plano de Metas, a viabilidade administrativa foi possível pela divisão feita em sua execução. No que diz respeito ao setor privado, "criaram-se os grupos executivos que se compunham de todos os órgãos responsáveis pela concessão desses incentivos. Os grupos executivos centralizando e harmonizando, dessa forma, a decisão administrativa e descentralizando a execução de suas decisões conseguiram institucionalizar as novas premissas...; em relação ao setor público, a coordenação se fez basicamente através do BNDE, pois este controlava os mecanismos de financiamento do setor público, direta ou indiretamente ligados às metas de infra-estrutura: diretamente através dos recursos do programa de reaparelhamento econômico e dos avais e garantias que eram

⁶³ Esse órgão deveria exercer as mesmas funções, em sentido mais amplo, da antiga Comissão de Desenvolvimento Econômico.

⁶⁴ Ver CARONE, E., op. cit., p.82.

indispensáveis para a obtenção de financiamento no exterior; indiretamente, porque os recursos vinculados (fundos), mesmo quando não manipuláveis discricionariamente pelo BNDE, aí eram depositados, constituindo em garantias para os financiamentos internacionais, o que acabou por fortalecer a posição do BNDE no contexto da administração pública brasileira".⁶⁵

É preciso entender que não houve nenhum tipo de reforma (fiscal, tributária, ...) para que a realização do Plano de Metas fosse possível. Foi montada toda uma estrutura administrativa informal dentro da Presidência da República, que eram os Grupos Executivos citados anteriormente, representados não só pela burocracia estatal, como também pelos empresários de cada setor.

Esta "administração paralela" sustentou a eficácia técnica e política do programa, contribuindo para a estabilidade do Governo. Evitava o imobilismo do sistema, sem ter que contestá-lo de forma radical. Os novos órgãos funcionavam como centros de assessoria e execução, e os antigos continuavam a corresponder aos interesses da tradicional "política de clientela". Os grupos executivos, criados por decreto, desfrutavam de autonomia para orçamentos e para recrutamento de pessoal. Permaneciam, portanto, fora do domínio do Ministério da Fazenda e dos partidos. Ampliaram a racionalidade administrativa, centralizando o controle sobre a concessão e a manipulação de incentivos tributários, financeiros e tecnológicos.

Todas as metas que propunham a substituição de importações na indústria de bens de capital tinham grupos executivos. Os mais importantes foram: GEIA (1956), da indústria automobilística; GEICON (1959), da indústria de construção naval; e GEIMAPE (1959), de maquinaria pesada. Os grupos de trabalho, por sua vez, foram criados para o estudo de metas específicas, visando à preparação de projetos de lei. Marcaram a ascensão dos tecnocratas, os assessores políticos.

Deles participavam representantes de órgãos-chave da administração dos setores interessados - como CACEX, SUMOC, Carteira de Câmbio, BNDE, etc. Entre os principais grupos de trabalho, destacam-se os da energia elétrica, do aço, da frota aérea civil, de exportação de ferro, de alumínio e de desenvolvimento do Nordeste.

⁶⁵ LAFER, C. O Planejamento no Brasil - Observações Sobre o Plano de Metas. In: LAFER, B.M. Planejamento no Brasil, pp. 40-42.

A Indústria Automobilística

Em 16 de junho de 1956, pelo Decreto n.º 39.412, cria-se o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), órgão que ditaria as normas para a fabricação de automotores. Nesse mesmo ano, outros decretos instituem planos nacionais para a fabricação dos diversos modelos: o de 12 de julho, para caminhões; na mesma data o para jipes; o de 30 de julho, para camionetas, caminhões leves e furgões; e o de 26 de fevereiro de 1957, para automóveis de passageiros.

Para facilitar a implantação de novas fábricas estrangeiras, o governo concede isenções fiscais e medidas cambiais favoráveis. Por meio de decretos, as indústrias deixam de pagar o imposto tarifário "sobre as partes complementares importadas destinadas aos programas aprovados"⁶⁶; e também "isenção tarifária e de imposto de consumo para a importação de equipamentos segundo os planos aprovados"⁶⁷.

Quanto ao câmbio, as vantagens tratam da "concessão de cotas de câmbio para a importação de partes e peças complementares da produção nacional, durante a fase de progressiva nacionalização dos veículos"; e "concessão de custo de câmbio para importação de equipamentos na proporção de capital nacional investido em cada empreendimento".⁶⁸

As medidas favoráveis à indústria automobilística são amplas e vantajosas aos interesses estrangeiros. A Instrução 113 da Sumoc concede aos capitais de outros países inúmeras facilidades. Além disso, grande parte das matrizes industriais importadas são obsoletas em seus países de origem, onde os modelos de automóveis se sucedem com extrema rapidez, mas quando são incorporados ao capital das empresas, são a preços altíssimos, o que aparentemente torna muito grande a aplicação de capitais dessas indústrias. "Para atrair os capitais estrangeiros, o Estado tomou uma série de disposições destinadas facilitar a rápida instalação de fábricas. Foi assim que as firmas automobilísticas receberam importantes privilégios no setor de câmbio e do comércio exterior. Puderam importar todo o equipamento necessário e transferir seus lucros para o estrangeiro a uma taxa particularmente favorável. Foram igualmente autorizadas, graças à Instrução 113 da Sumoc, a registrar todo o material de importação, exceto os direitos alfandegários, como

⁶⁶ Decreto de 14 de agosto de 1957.

⁶⁷ Decreto de 6 de dezembro de 1956.

⁶⁸ ANFAVEA, Indústria Automobilística Brasileira, pp.13-14. Ver CARONE, E., op. cit.

investimentos. Em resumo, elas se beneficiaram de inúmeras vantagens que se escalonaram durante cinco anos, isto é, até setembro de 1960. Certos técnicos estimaram que, em virtude dos favores concedidos, o Brasil perdeu um total de 225 bilhões de cruzeiros entre 1946 e 1960.⁶⁹

Favorecidas por essas medidas, começam a se instalar no Brasil fábricas de diversas origens, todas elas no Estado de São Paulo: A Ford Motor do Brasil, que vai produzir caminhões leves e médios e, mais tarde, carros e tratores; a General Motors do Brasil, com caminhões leves e médios e, depois, automóveis; a International Harvester, com caminhões médios e pesados, e, depois, tratores; a Mercedes Benz do Brasil, com caminhões médios e pesados, e ônibus; Scania Vabis, com caminhões pesados; Simca do Brasil, com automóveis; Toyota do Brasil, com jipes; Vemag, com camionetas, automóveis e jipes; Volkswagen, com camionetas e automóveis; Willys-Overland do Brasil, com jipes, camionetas e automóveis. De todas essas empresas, a contabilidade é: uma italiana, quatro americanas, três alemãs, uma sueca, uma francesa e uma japonesa.

Com a instalação das fábricas se multiplica o número de veículos, o que por sua vez provoca um aumento da quilometragem das estradas de rodagem asfaltadas. A consequência é o aumento estatístico do número de veículos: entre caminhões, jipes, utilitários e automóveis, temos a soma de 30.700, em 1957; 61.129, em 1958; 96.243, em 1959; 133.073, em 1960.

A indústria automobilística aumentará ainda o número de médias e grandes empresas nacionais e estrangeiras de autopeças. Usando tecnologia avançada e renovadora, elas estavam subordinadas aos interesses e exigências das fábricas de automóveis. Ainda assim representavam parte básica desse surto de afirmação industrial do Brasil no pós-guerra.

Financiamento

A questão do financiamento do programa constitui, grosso modo, um problema. Em 1956, esperava-se que fundos suficientes pudessem ser obtidos de fontes públicas e privadas no exterior, através de lucro nas exportações brasileiras. Embora a primeira fonte se mostrasse satisfatória, a incisiva deterioração do balanço de pagamentos do Brasil, deficitária

⁶⁹ BAILBY, E., Brasil, País Chave do Terceiro Mundo, pp. 114-115. Ver CARONE, E., op. cit.

desde 1955, continuou desse modo a esgotar os lucros das exportações. Os sintomas do desequilíbrio financeiro logo apareceram porque o governo se recusou a comprometer seus ambiciosos planos de industrialização.

O setor público realizou gastos autônomos tanto correntes como em investimentos, sem que contasse, entretanto, com uma reforma tributária. Esta situação levou ao aumento do *déficit* público, que era então financiado através da emissão primária de papel-moeda⁷⁰. Este papel-moeda, por sua vez, alimentava uma emissão secundária via bancos, cujo resultado era um aumento da moeda escritural na economia.

Esse era um financiamento inflacionário, porque as modificações no setor produtivo provocaram um aumento na demanda por recursos financeiros, e a oferta não respondia adequadamente a esse aumento.

É um financiamento bastante precário. Apesar de proporcionar uma certa transferência de recursos entre empresas e assalariados, e principalmente para aqueles setores mais dinâmicos, dado o reajustamento autônomo de preços relativos, esse financiamento esgota rapidamente as suas possibilidades. Em um certo momento, o nível de inflação se torna muito alto e provoca reações em cadeia, dadas as expectativas dos agentes econômicos, que passam a antecipar e aumentar os ajustes inflacionários. No início da década de 60 o processo inflacionário se torna aberto, e este tipo de financiamento perde sua funcionalidade. Mas, enquanto não era um processo inflacionário aberto, esse financiamento possibilitou a constituição de um Departamento de Bens de Produção.

O abandono da ortodoxia monetária de Vargas fica clara nas palavras do próprio Juscelino Kubitschek: "...durante 5 anos, emiti 134 milhões de cruzeiros novos. Mas fazemos um cálculo, para se compreender melhor a extensão dessas emissões. Naquela época, o Brasil tinha 60 milhões de habitantes. Isto quer dizer que toda aquela pletora de desenvolvimento representou, na realidade, o sacrifício de dois cruzeiros novos, em cinco anos, para cada brasileiro. Ou, reduzindo-se o prazo para emprestar maior realismo à

⁷⁰ Vigorava no país a Lei da Usura, que dificultava os empréstimos. A tributação também não era a fonte de financiamento porque um aumento da carga tributária prejudicaria os interesses dos aliados políticos de Juscelino. A fragilidade relativa das bases financeiras e fiscais do Estado frente aos requisitos necessários ao avanço da industrialização fez da emissão de moeda a forma de não comprometer o fluxo de investimento estatal, componente das transformações estruturais na área do "capital social básico" e na de produção industrial.

simbologia numérica: o sacrifício foi de apenas 40 centavos anuais para cada habitante. Alguém seria capaz de fazê-lo por menos dinheiro?”⁷¹

Sistema bancário

Os bancos comerciais obtiveram altos ganhos durante o auge desse processo inflacionário. Houve uma fuga dos depósitos a prazo, dada a combinação entre inflação e as limitações que eram impostas pelas autoridades monetárias quanto ao pagamento de juros e os depósitos efetuados pelos bancos. Há um encurtamento nos prazos das operações de empréstimo, que se traduziram num aumento da velocidade de rotação dos recursos à disposição do sistema bancário. “Criava-se com freqüência uma incompatibilidade entre os prazos de endividamento das empresas junto aos bancos e aqueles necessários ao financiamento do ciclo de produção e resgate final da duplicata pelo cliente. Uma das manifestações mais eloqüentes do desajustamento entre os dois prazos mencionados foram os inúmeros casos de concordatas registrados no período.”⁷²

Ocorre também um aumento das operações de descontos de títulos comerciais, cujos prazos eram menores e cuja transação era efetuada ou não quando surgia a oportunidade de um novo negócio, sendo que a Lei da Usura não era aplicada às operações de descontos. Os bancos também se utilizavam muito dos redescontos junto às Autoridades Monetárias, e esses fatores em conjunto levaram à redução das operações de médio e longo prazos.

Uma outra característica do período é o aumento dos depósitos compulsórios a que foram submetidos os bancos comerciais. Essa era uma tentativa de reduzir o multiplicador bancário (dada a expansão da emissão primária de papel-moeda e conseqüente aumento dos empréstimos bancários), afetando os recursos disponíveis para crédito bancário. Mas, na prática, essa tentativa não obtinha o resultado desejado, porque os depósitos compulsórios eram colocados à disposição do Banco do Brasil e este atuava simultaneamente como banco comercial e como Autoridade Monetária. Tal característica fazia com que o Banco do Brasil emprestasse as reservas resultantes dos compulsórios para o Tesouro e para o crédito privado, ou seja, não retirava os depósitos compulsórios de circulação.

⁷¹ BENEVIDES, M.V. A Era de J.K. - Crise e Inflação. São Paulo, Editora Abril, 1980. Vol.8.

⁷² BOUZAN, A. - Os Bancos Comerciais no Brasil . Uma análise do desenvolvimento recente: 1965-1971. SP, Federação Brasileira de Associações de Bancos, 1972. p.34. Ver COSTA, F.N., op. cit.

Os bancos perderam depósitos a prazo porque não pagavam juros condizentes com a desvalorização monetária resultante da inflação (devido à vigência da Lei da Usura, que não permitia o pagamento de juros acima de 12%) . Isso gerava uma grande disputa entre os bancos pelos depósitos à vista, que eram particularmente interessantes com a inflação, já que as taxas de juros eram crescentemente negativas.

“Por outro lado, os bancos conseguiram ultrapassar os 12% a.a. de limite estabelecido em lei (Lei da Usura) por ocasião dos empréstimos que faziam às empresas e indivíduos, através de três artifícios principais:

- a) juros cobrados por fora: este era o expediente mais grosseiro; consistia na cobrança de juros extras sem qualquer escrituração contábil pelo banco e pelo mutuário;
- b) sobrecarga nas comissões bancárias: os bancos, além dos juros, cobravam dos mutuários diversas comissões (da abertura de crédito, de cobrança, etc.) e taxas (de porte de selo, de expediente, etc.). Essas comissões eram devidamente infladas, elevavam a taxa nominal de juros acima dos limites da Lei da Usura. Era o artifício mais amplamente utilizado, sendo que em anos de altas taxas de inflação a renda proveniente das comissões era até mais importante que a de juros;
- c) contas vinculadas (ou saldos compensatórios): este método, o mais refinado dos três, consistia em exigir que o mutuário contraísse um empréstimo maior do que necessitava, em montante ou em prazo, ficando uma parte depositada em conta vinculada, até a liquidação da dívida. Sendo que os juros destes depósitos eram bem inferiores aos do empréstimo, os juros efetivos sobre os saldos devedores elevavam-se bem acima dos limites envolvidos no contrato. Para os bancos, os empréstimos deste tipo tinham o inconveniente de provocar aumento dos depósitos compulsórios à ordem da SUMOC (pois a conta de depósitos dos bancos aumentava artificialmente), daí sua menor utilização.”⁷³

Mas, apesar destas tentativas bancárias de cobrar taxas de juros mais altas, o impacto inflacionário era muito forte e as taxas de juros efetivas eram ainda negativas. Havia um aumento crescente da diferença entre taxas cobradas aos usuários dos fundos bancários e taxas de juros pagas aos supridores de fundos; esta diferença era ainda mais acentuada em anos de taxa inflacionária mais alta. Esta era a razão dos altos lucros bancários no

⁷³ EPEA. Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais (1947 - março de 1964). DF, EPEA/MINIPLAN, maio de 1966. Ver COSTA, F.N., op. cit., p. 200.

período em análise: os ganhos, em termos reais, resultavam da diferença entre duas taxas de juros negativas, sendo que a magnitude negativa da taxa paga aos depositantes era maior do que a taxa cobrada dos tomadores de empréstimos.

Ao pagar uma taxa de juros real negativa, a demanda pelo crédito bancário era maior do que a oferta. Isto aumentava a concorrência entre os bancos pelo aumento do volume de crédito (e não através da oferta de uma taxa de juros nominal mais baixa) e implicava num aumento de seus custos médios, visto que para aumentar sua capacidade de captação ampliavam sua rede de agências, mas não ampliavam seus empréstimos no mesmo montante.

Há um processo de expansão da rede bancária no período, e nele ocorreram transformações de instituições já existentes através de fusões, aquisições e abertura de novas agências; era um padrão de crescimento que, no entanto, favorecia a concentração do capital bancário. Durante os anos de inflação, havia uma tendência de eliminação ou fusão daquelas instituições de menor ou fraca participação no sistema bancário com unidades mais sólidas deste sistema.

Em 1958, são tomadas medidas de restrição ao crédito pela Sumoc, entre as quais a concentração no Banco do Brasil dos depósitos de órgão públicos e autárquicos. A redução do crédito atinge em cheio São Paulo e muitos bancos fecham ou passam por fusões.

Com esta crise ficou clara a necessidade de uma maior fiscalização dos bancos e de saneamento dos problemas de liquidez bancários. Surge a idéia de criação de um Banco Central.

Os próprios bancos sentiam a necessidade de criação de um Banco Central para eliminar as “transações triangulares”, para eliminar as instituições que só existiam graças a carteiras especializadas do Banco do Brasil e para que uma “hierarquia bancária” fosse constituída, dando condições de saneamento ao setor bancário.

Capital estrangeiro

O capital estrangeiro foi outra opção para sustentar os projetos de industrialização. Entre 1955 e 1961, entraram no país 2,1 bilhões de dólares, destinados a áreas de prioridade no Plano de Metas. Os EUA, naquele momento, tinham maior interesse no mercado europeu, de forma que foram os grupos europeus, reagindo à expansão norte-americana, que se

dirigiram à América Latina. A Instrução 113 da SUMOC era extremamente favorável aos investimentos externos, pois permitia importações sem cobertura cambial, assim como taxas favorecidas para remessa de rendimentos.

A recuperação do capitalismo mundial no pós-guerra estimulou a fragilidade do sistema financeiro brasileiro. Antes de 1955 há o Plano Marshall, que viabiliza a recuperação européia. Quando esta recuperação se completa, há um movimento de reação das empresas européias diante da expansão de empresas norte-americanas em seu continente e em todo o resto do mundo. Esse movimento de reação desloca empresas multinacionais européias para o Brasil, mas estas empresas tinham grande capacidade de autofinanciamento e só requeriam uma garantia cambial, o que lhes foi oferecido pelo governo brasileiro. Para essas empresas, que dominaram setores capitalistas essenciais no Brasil, um sistema financeiro privado interno era desnecessário.

Sendo assim, a estrutura industrial que se transportou para o país foi oligopolizada nos principais setores, associada ainda à proteção absoluta e fechamento do mercado interno. Havia a possibilidade de práticas de políticas de preços muito elásticas, o que tinha forte impacto na inflação. Essas empresas operavam com margens de financiamento muito altas, sua capacidade de gerar recursos era grande e podiam financiar suas plantas produtivas independentemente do mecanismo de intermediação interna. São filiais de empresas estrangeiras, tendo por isso facilidade de tomar recursos no exterior. Portanto, essa indústria é praticamente independente do sistema financeiro doméstico. Este sistema não era necessário dentro do contexto do Plano de Metas.

Comércio Exterior

A Lei 3.244, de 14 de agosto de 1957, reduziu de cinco para duas as categorias de importação, determinou que as transferências de lucro passassem a ser feitas pelo mercado livre de câmbio, ampliou os favores de importação e as transferências financeiras, com o "custo de câmbio", para papel de imprensa, livros, fertilizantes, trigo, petróleo, etc. A partir de agosto muitas leis consolidam as medidas anteriores, sem alterar a política existente. A situação não se mostra satisfatória, porque a baixa do preço do café não compensa o montante de divisas estrangeiras que entram no país. Como a escassez de dólares provoca uma alta no câmbio livre, o governo eleva o preço oficial do dólar através da Instrução 192 de

dezembro de 1959, e faz uma oferta adicional de divisas conversíveis com a Instrução 193 de 25 de março de 1960, tentando manter o estímulo à entrada de capitais estrangeiros.

Os estímulos não foram suficientes, já que o governo concedeu facilidades ao capital estrangeiro, mas em si a solução foi limitada e contraproducente. As saída dos lucros estrangeiros, as necessidades de importação e outros fatores pesavam negativamente da balança de pagamentos, e não eram contrabalançados pela entrada de capitais estrangeiros e pelas exportações, que cada vez mais sofrem impactos da queda no preço do café e das matérias-primas.

Diante dessa situação, o governo Jânio Quadros baixaria a Instrução 204, tentando por fim aos subsídios existentes, mas a elevação do dólar e o fim dos subsídios conduziram o país a uma crise, agravada pelos acontecimentos políticos posteriores.

III.4 – Conclusões sobre o Plano

Ao fim do plano, o balanço de pagamentos do país se encontrava deficitário. O volume de investimentos do governo estava muito acima do volume de recursos estrangeiros que entravam no país. Em 1958 o problema atinge seu ápice, pois não há mais reservas internacionais para serem "queimadas" e administrar o déficit. Juscelino procurará por empréstimos no exterior, mas em 1959 romperá com o FMI, por considerar que este órgão fazia exigências que não iam ao encontro das estratégias desenvolvimentistas do governo. Ao romper com esta instituição, acaba rompendo também com outras, de forma a fechar o acesso a qualquer fonte de financiamento internacional.

Para enfrentar esse problema externo, Juscelino criará as chamadas operações de *swap*, onde a autoridade monetária se comprometia a revender os dólares enviados pelas matrizes estrangeiras às suas filiais pela mesma taxa de câmbio da compra. Era uma forma de atrair capital estrangeiro de curto prazo e resolver temporariamente o problema do balanço de pagamentos. Com era uma solução temporária, o governo tinha que renovar estas operações de *swap* continuamente. Surge também uma conta de atrasados comerciais, devido aos compromissos vencidos que não eram honrados pelos agentes econômicos internos devido à falta de reservas internacionais.

Após 1960, o maior problema não seria completar as bases de industrialização e sim dar uma continuidade ao Plano de Metas, do qual o Estado era um elemento fundamental, e cuja estrutura havia se tornado muito defasada em relação ao avanço atingido pela indústria e pela organização oligopólica.

Questões "novas" quanto à organização econômica e institucional surgiram, e a mais urgente era a criação de um novo sistema financeiro, para que a expansão dos novos setores criados durante o Plano de Metas pudesse ter continuidade e sustentação. Era necessário reestruturar todo o sistema financeiro público e privado e, ao Estado, regular a emissão e, principalmente, administração de uma dívida pública, e ordenar e viabilizar a circulação dos capitais entre os setores de todo o sistema.

ANEXO I
LEGISLAÇÃO FEDERAL RELATIVA AO FINANCIAMENTO - CAPÍTULO I

Decreto-lei 2627 de 26-09-1940: dispõe sobre as sociedades por ações.

Decreto-lei 3033 de 07-02-1941: permite substituição de apólices ao portador por títulos de renda do valor correspondente.

Decreto-lei 3048 de 13-02-1941: amplia para 920 mil contos de réis o limite para emissão de apólices da dívida pública.

Decreto-lei 3077 de 26-02-1941: dispõe sobre obrigatoriedade de recolhimento de dinheiro junto ao Banco do Brasil.

Decreto-lei 3182 de 09-04-1941: estabelece o prazo para a transformação dos bancos de depósitos e dispõe sobre a propriedade, transferência, penhor ou caução das ações ou cotas de capital desses bancos.

Decreto-lei 3293 de 21-05-1941: cria no Banco do Brasil uma Carteira de Exportação e Importação.

Decreto-lei 3502 de 14-08-1941: cria IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes).

Decreto-lei 8056 de 13-10-1941: dispõe sobre pensão mensal dos beneficiários do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários).

Decreto-lei 3786 de 01-11-1941: prorroga prazo dado pelo Decreto-lei 3182 de 09-04-1941.

Decreto-lei 3934 de 12-12-1941: amplia período de financiamento do Banco do Brasil para as lavouras de café até 31/10/44.

Decreto-lei 8493 de 27-12-1941: concede à Companhia Brasileira de Café autorização para continuar a funcionar.

Decreto-lei 4036 de 19-01-1942: Banco do Brasil fica isento do imposto sobre setor.

Decreto-lei 4129 de 25-02-1942: proíbe exportação ou reexportação para o estrangeiro de alguns bens.

Decreto-lei 4171 de 12-03-1942: as Sociedades de Economia Coletiva tem que oferecer planos "sem juros" aos mutuários.

Decreto-lei 4239 de 09-04-1942: amplia operações das Caixas Econômicas Federais.

Decreto-lei 4451 de 09-07-1942: cria Banco de Crédito da Borracha S.A.

Decreto-lei 4612 de 24-08-1942: cassa cartas patentes de alguns bancos estrangeiros.

Decreto-lei 4750 de 28-09-1942: mobiliza todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for sua origem, para a guerra, inclusive trabalho humano.

Decreto-lei 4791 de 05-10-1942: muda moeda para Cr\$.

Decreto-lei 4789 de 05-10-1942: autoriza emissão de títulos da Dívida Pública para fazer frente a despesas de guerra : Obrigações de Guerra.

Decreto-lei 5159 de 31-12-1942: isenta de pagamento de Obrigações de Guerra funcionários públicos e todos que tivessem renda mensal menor que Cr\$ 250.

Decreto-lei 5212 de 21-01-1943: cria a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e dá outras providências.

Decreto-lei 5415 de 16-04-1943: muda regulamento das Caixas Econômicas Federais.

Decreto-lei 5475 de 11-05-1943: a Caixa de Amortização fica autorizada a vender diretamente ao público Obrigações de Guerra.

Decreto-lei 5576 de 14-06-1943: assegura emprego aos bancários dos bancos cuja liquidação foi determinada pelo decreto-lei n.º 4612 de 24/08/42.

Decreto-lei 5661 de 12-07-1943: extingue Comissão de Defesa Econômica criada em 1942, e suas atribuições passam para o Banco do Brasil S.A..

Decreto-lei 5684 de 20-07-1943: autoriza criação da Companhia Nacional de Álcalis.

Decreto-lei 5814 de 14-09-1943: amplia as atribuições do Banco de Crédito da Borracha S.A.

Decreto-lei 5956 de 01-11-1943: fundadores de S.A. tinham que depositar num banco as importâncias recebidas na subscrição do capital.

Decreto-lei 5982 de 10-11-1943: cria o Conselho de Política Industrial e Comercial por decorrência da guerra.

Decreto-lei 6020 de 23-11-1943: autoriza o governo do Estado de Minas Gerais a assumir a administração do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

Decreto-lei 6225 de 24-01-1944 : criação de Depósitos de Garantia no Banco do Brasil.

Decreto-lei 6397 de 01-04-1944: autoriza Banco do Brasil a financiar, através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a safra de algodão de 1943-44.

Decreto-lei 6410 de 10-04-1944: autoriza emissão de novos títulos para pagar dívida externa.

Decreto-lei 6419 de 13-04-1944: reorganiza a Caixa de Mobilização Bancária e dá outras providências.

Decreto-lei 6516 de 22-05-1944: eleva a Cr\$ 6 bilhões o limite de emissão de Obrigações de Guerra.

Decreto-lei 6541 de 29-05-1944: autorização para funcionamento de casas bancárias.

Decreto-lei 6634 de 27-06-1944: redesconto limite.

Decreto-lei 6938 de 7-10-1944: autoriza Banco do Brasil a financiar safra de algodão de 1944-45.

Decreto-lei 7114 de 04-12-1944: cobrança de Obrigações de Guerra via IR.

Decreto-lei 7253 de 18-01-1945: autoriza realização de um empréstimo interno em apólices da Dívida Pública Fundada, denominado "Empréstimo de Conversão da Dívida Externa".

Decreto-lei 7293 de 02-02-1945: Cria a SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito.

Decreto-lei 7583 de 25-05-1945: dispõe sobre as sociedades de crédito e financiamento ou investimentos.

Decreto-lei 8220 de 26-11-1945: autoriza a mobilização de reservas de ouro para defender o câmbio brasileiro.

Decreto-lei 8493 de 28-12-1945: autorização de empréstimos bancários via Caixa de Mobilização Bancária.

Decreto-lei 8494 de 28-12-1945: o limite de redesconto aos bancos ou Carteira de Redescontos será fixado pelo Conselho dessa Carteira.

Decreto-lei 8495 de 28-12-1945: passam à competência da Superintendência da Moeda e do Crédito as atribuições de fiscalização da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária.

ANEXO II

QUADRO I

CAPITAL REGISTRADO DE EMPRESAS RELACIONADAS NAS BOLSAS DE TÍTULOS DO BRASIL, EM 1940

Por título e vulto de negócio

Capital (US\$)	Bancos	Seguros	Transportes	Têxteis	Outras Empresas Industriais e Comerciais
Até \$100.000	11	8	5	17	143
\$100.001 - \$500.000	3	10	8	22	87
\$500.001 - 1.000.000	7	-	6	4	12
\$1.000.001 - \$5.000.000	8	-	6	1	8
\$5.000.001 - \$10.000.000	-	-	-	-	(*)2
Acima de \$10.000.000	-	-	(**)1	-	-
Total	29	18	20	44	252

(*) - Cia. Docas de Santos - \$8.000.000 e Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira - \$7.500.000

(**) - Cia. Paulista de Estradas de Ferro - \$22.500.000

Fonte: Compilado do Anuário de Valores da Bolsa do Rio de Janeiro, 1938/1939.

QUADRO II

NOVOS TÍTULOS LANÇADOS ATRAVÉS DOS CANAIS DA CORRETAGEM, POR EMPRESAS RELACIONADAS NA BOLSA DO RIO DE JANEIRO, NO PERÍODO DE 1934-1942.

	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942 (jan.-out.)
Bancos									
Ações	1500	-	2000	5000	-	12500	-	14500	3000
Obrigações	15000	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros									
Ações	800	-	700	-	-	-	-	2000	2000
Obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Têxteis									
Ações	-	8800	3000	500	-	-	3850	12300	14000
Obrigações	-	-	3600	3000	-	-	-	-	-
Ações	800	-	-	1800	10000	-	6000	200000	26160
Obrigações	-	-	-	-	-	-	-	20000	-
Várias									
Ações	8300	17575	32720	9750	23650	38500	1450	41450	226700
Obrigações	-	7000	2500	-	-	-	-	20000	205000
Total de ações	11400	26375	38420	17050	33650	51000	5900	270250	271860
Total de obrigações	15000	7000	6100	12200	-	-	-	40000	205000
Total de Títulos	26400	33375	44520	29250	33650	51000	5900	310250	476860

Fonte: Compilado do Anuário de Valores da Bolsa do Rio de Janeiro 1938 e 1938-1939, do Relatório da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro, 1940 e 1941, e de uma lista fornecida pela Câmara Sindical para o período de Janeiro a Outubro de 1942.

1 Total de Títulos em 1940 inclui 200.000 contos lançados por uma única companhia ferroviária.

2 Total de Títulos em 1941 inclui 120.000 contos lançados por uma companhia de docas, 50.000 contos por uma companhia de melhoramentos urbanos, 70.000 contos por uma companhia de água e esgoto e 100.000 contos por uma companhia de mineração - num total de 340.000 para quatro companhias.

QUADRO III

NÚMERO DE AÇÕES NEGOCIADAS NA BOLSA DO RIO DE JANEIRO, TÍTULOS DE COMPANHIAS PRIVADAS - 1934 - 1941.

Ano	Volume total de títulos públicos e privados	Ações					Debêntures
		Bancos	Transportes	Têxteis	Seguros	Várias	
1934	694.146	31.656	14.548	22.515	3.836	35.852	33.142
1935	684.751	24.881	40.067	17.824	344	50.744	33.684
1936	839.291	20.279	12.686	27.292	991	37.027	33.959
1937	897.626	15.856	18.232	15.613	1.234	34.776	51.325
1938	1.027.426	29.185	26.171	11.451	857	35.224	38.364
1939	1.336.992	44.143	56.645	7.357	2.816	61.690	57.717
1940	1.417.950	39.151	40.390	7.613	2.255	65.035	147.566
1941	1.802.806	40.603	73.016	12.398	5.471	224.481	160.054
1942	1.824.474	51.828	26.217	18.090	8.783	278.115	155.528

Fonte: Relatório da Câmara Sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro, 1941, pp.137/8.

QUADRO IV

VALOR DE AÇÕES NEGOCIADAS NA BOLSA DO RIO DE JANEIRO, TÍTULOS DE COMPANHIAS PRIVADAS - 1934 - 1941.

Em contos de réis

Ano	Volume total de títulos públicos e privados	Ações					Debêntures
		Bancos	Transportes	Têxteis	Seguros	Várias	
1934	319.510	6.699	1.653	3.454	2.835	8.278	8.260
1935	314.525	5.800	4.578	2.510	72	9.020	8.111
1936	403.763	5.619	1.580	6.063	890	8.059	6.371
1937	444.927	3.036	2.216	3.814	306	8.819	11.094
1938	452.820	5.413	3.258	3.114	429	8.719	8.038
1939	508.382	11.797	8.828	1.861	2.202	17.808	11.089
1940	579.816	9.351	6.194	1.756	1.394	19.369	29.456
1941	778.965	8.753	10.192	3.427	1.805	72.615	34.304
1942	747.746	15.088	4.324	6.900	3.730	73.924	35.512

Fonte: Relatório da câmara sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro, 1941, pp. 137/8.

QUADRO V

EMPRÉSTIMOS A RESGATAR, NA CARTEIRA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO BANCO DO BRASIL, EM SETEMBRO DE 1942.

(Em cruzeiros)

Empréstimos	Indústria	Comércio	Agricultura	Bancos	Entidades Públicas	Outras	Total
Sem data fixa	76098430	78564532	2992376	22560859	938961584	20604458	1139782239
90 dias	176115	2930940	323128	-	-	18135	3448318
91-180 dias	132801948	234602049	140881861	7560085	6227574	15028699	537102216
181-360 dias	43625230	72513363	338300562	-	134462207 7	4279861	1803341093
1-2 anos	11276719	1312510	438283673	-	493822	6267401	457634125
Acima de 2 anos	409414334	1176329	103159302	93383154	711291904	22633830	1341058853
Descontos							
Até 90 dias	40689098	38182273	10794823	14909602	-	2567675	107143471
91-180 dias	23200573	35337240	14527592	12982071	-	8096897	94144373
181-360 dias	793600	228950	155000	-	-	269983	1447533
Total de empréstimos e descontos	738076047	464348186	1049418317	151395771	300159696 1	79766939	5485102221

Fonte: EDWARDS, C. D. Fontes de Crédito Para Novos Empreendimentos. In: "A Missão Cooke no Brasil". Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1949.

QUADRO VI

TAXAS MÉDIAS DE JUROS (¹) DA CARTEIRA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO BANCO DO BRASIL, NOS EMPRÉSTIMOS A RESGATAR, EM SETEMBRO DE 1942.

Em cruzeiros

Tipo	Indústria	Comércio	Agricultura	Bancos	Entidades Públicas	Outros	Total
Sem data fixa	8	8	9	7	7	5	7
90 dias	8	9	10	7	-	9	8
91-180 dias	8	9	10	7	-	9	9
181-360 dias	7	8	7	-	6	8	6
1-2 anos	9	8	7	-	7	9	7
Acima de 2 anos	8	7	7	5	7	6	7

(¹) Médias ponderadas das taxas de juros, arredondadas para o número mais próximo.

Fonte: EDWARDS, C. D. Fontes de Crédito Para Novos Empreendimentos. In: "A Missão Cooke no Brasil". Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1949.

ANEXO III

QUADRO I

BANCO DO BRASIL: EMPRÉSTIMOS EM GERAL SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS
1938/1952

(Em Cr\$ Milhões)

Anos	Tesouro Nacional				Bancos	Atividades Econômicas
	Carteira de Câmbio	Outros	Empréstimos	Outras Entidades Públicas *		
1938		1.996		865	169	3.925
1939		1.952		829	166	4.179
1940		1.297		973	139	4.102
1941	695		1.348	1.679	219	6.311
1942	2.948		1.657	1.671	184	9.345
1943	4.858		4.494	1.749	181	14.580
1944	6.668		5.609	1.772	253	20.439
1945	7.282		2.002	1.422	282	19.818
1946	9.595		3.750	1.469	401	24.137
1947	11.164		2.378	1.637	1.012	25.708
1948	11.946		2.219	1.673	1.721	28.212
1949	11.350		6.526	2.005	1.890	34.689
1950	13.308		5.392	3.144	2.943	39.688
1951	5.731		3.539	4.987	2.781	41.775
1952	3.395		4.249	6.855	4.123	55.346

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1953), p.156

* Basicamente empréstimos a Estados e Municípios

QUADRO II

EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS : TAXAS
MÉDIAS DE CRESCIMENTO *

(em % a Partir de Valores em Cr\$ Correntes

	Ao Tesouro Nacional	A Atividades Econômicas	A Bancos	total
1938/40	-19	+38	-9	+2
1940/46	+48	+32	+19	+34
1946/50	+9	+14	+64	+13
1950/52	-26	+52	+18	+18

Fonte: MALAN, P.S. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES.

* As taxas de crescimento se referem às posições em 31 de dezembro de cada ano referido.



QUADRO III

EMPRÉSTIMOS NOMINAIS E REAIS DO BANCO DO BRASIL À AGRICULTURA E À INDÚSTRIA : COMPARAÇÃO COM A EVOLUÇÃO DO PRODUTO REAL - 1939/52

(Em Cr\$ milhões)

Anos	Crédito Nominal	Índices de Preços	Crédito	Real	Produto Real	Crédito	Índice de Preços	Crédito	Real	Produto Real
			Cr\$ de 1939	Índice	Índice	Cr\$ de 1939	Índice	Índice		
1939	278	100	278	100	100	242	100	242	100	100
1940	482	104	463,5	166.7	98.2	292	110	265,5	109.7	97.3
1941	754	125	603,2	217.0	104.4	363	123	295,1	121.9	103.5
1942	1.183	144	821,5	295.5	99.8	424	148	286,5	118.4	104.9
1943	1.340	168	797,6	286.9	107.1	676	182	371,4	153.5	119.1
1944	2.998	187	1.603,2	576.7	109.7	1.317	210	627,1	259.1	131.9
1945	5.172	213	2.428,2	873.5	107.3	1.377	226	609,3	251.8	139.1
1946	4.724	270	1749,6	629.4	116.3	1.555	264	589,0	243.4	164.8
1947	4.316	301	1.433,9	515.8	117.1	1.873	230	814,3	336.5	170.2
1948	4.249	345	1.231,6	443.0	125.4	2.417	250	966,8	399.5	189.6
1949	5.252	455	1.154,3	415.2	131.0	3.164	255	1.240,8	512.7	209.0
1950	6.256	509	1.229,1	442.1	133.0	3.813	293	1.301,4	537.8	232.6
1951	8.095	574	1.410,3	507.3	133.9	7.241	328	2.216,8	916.0	247.5
1952	11.291	661	1.708,2	614.5	146.1	11.490	343	3.349,9	1384,2	259.8

Fonte: MALAN, P.S. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES.

QUADRO IV

CRÉDITO DO BANCO DO BRASIL - 1932-1945 *

(1.000 contos)

Ano	Créditos a:			Total (1) + (2) + (3)
	Entidades do Governo ** (1)	Outros Bancos (2)	Setor Privado (3)	
1932	1.329	-	-	-
1933	2.351	-	-	-
1934	2.236	-	-	-
1935	2.081	-	-	-
1936	1.867	310	781	2.958
1937	1.631	229	712	2.572
1938	2.861	169	895	3.925
1939	2.731	166	1.232	4.129
1940	2.270	139	1.693	4.102
1941	3.027	219	2.370	5.616
1942	3.327	184	2.885	6.396
1943	6.243	181	3.298	9.722
1944	7.381	253	6.137	13.771
1945	3.424	282	8.830	12.536

* Saldos em 31 de dezembro de cada ano.

** Inclui empréstimos aos Governos federal, estaduais e municipais e ao Departamento do Café.

Fonte : Banco do Brasil S.A., Rio de Janeiro - Relatório, Rio de Janeiro, 1908/1945.

QUADRO V

CRÉDITO DOS BANCOS COMERCIAIS - 1912-1945. *

(1.000 contos)

Ano	Empréstimos dos Bancos Comerciais **
1912	634
1913	731
1914	654
1915	632
1916	794
1917	966
1918	1.367
1919	1.800
1920	2.102
1921	2.900
1922	3.093
1923	3.873
1924	4.037
1925	3.865
1926	3.765
1927	4.955
1928	6.009
1929	6.076
1930	5.961
1931	5.893
1932	6.697
1933	6.880
1934	7.406
1935	7.753
1936	7.718
1937	8.599
1938	9.942
1939	11.282
1940	12.837
1941	15.894
1942	18.206
1943	28.757
1944	40.107
1945	43.869

* Saldos em 31 de dezembro de cada ano.

** Inclui empréstimos comuns do Banco do Brasil, excluindo, aparentemente, créditos especiais deste mesmo banco ao Governo e ao Departamento do Café nas décadas de 30 e 40.

Fonte: Brasil, Ministério da Fazenda, Serviço de Estatística Econômica e Financeira - Relatório de 1956. Rio de Janeiro, 1957, tab. 43.

QUADRO VI

A RENTABILIDADE DAS APÓLICES DO GOVERNO - 1899-1945.

(em %)

Ano	Rentabilidade
1899 - Novembro	5,08
1900 - Maio	6,98
- Novembro	-27,59
1901 - Maio	7,61
- Novembro	23,29
1902 - Maio	34,03
- Novembro	16,58
1903 - Maio	11,81
- Novembro	10,13
1904 - Maio	8,18
- Novembro	7,01
1905 - Maio	5,91
- Novembro	6,71
1906 - Maio	9,96
- Novembro	2,73
1907 - Maio	6,57
- Novembro	3,92
1908 - Maio	5,14
- Novembro	4,54
1909 - Maio	3,35
- Novembro	-4,99
1910 - Maio	3,58
- Novembro	5,84
1911 - Maio	5,61
- Novembro	4,99
1912 - Maio	5,59
- Novembro	3,78
1913 - Maio	0,59
- Novembro	-19,54
1914 - Maio	2,80
- Novembro	1,18
1915 - Maio	6,86
- Novembro	0,48
1916 - Maio	8,83
- Novembro	5,69
1917 - Maio	4,95
- Novembro	13,20
1918 - Maio	24,69
- Novembro	8,27
1919 - Maio	14,09
- Novembro	10,00
1920 - Maio	-7,37
- Novembro	-4,29
1921 - Maio	-6,72
- Novembro	1,95
1922	7,07
1923	3,20
1924	5,83
1925	2,42
1926	1,33
1927	-0,98
1928	19,63
1929	11,82
1930	1,68
1931	11,28
1932	8,84
1933	14,36
1934	5,18

1935	0,71
1936	2,50
1937	9,74
1938	7,55
1939	5,84
1940	6,23
1941	6,23
1942	8,10
1943	20,44
1944	10,49
1945	-0,71

Fonte: Neuhaus, Paulo - História Monetária do Brasil 1900 - 45 , Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.

ANEXO IV

QUADRO I

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DO CAFÉ POR ORIGEM

Anos	Participação Percentual		Variação
	1946/1950	1960/1964	
Brasil	53,9	38,2	-15,6
Suaves	32,4	33,7	+1,3
Africanos	13,7	28,1	+14,2
Total	100,0	100,0	

Fonte: Carone, Edgard. A República Liberal I – Instituições e Classes Sociais (1945-1964). São Paulo, DIFEL, 1985. O autor menciona que essa estatística foi feita pelo Pan American Coffee Bureau, citado por Antonio Delfim Neto e Carlos Alberto de Andrade Pinto em *O Café do Brasil*, p.50.

QUADRO II

INDÚSTRIA: ÉPOCA DE INSTALAÇÃO (1920-1960)

Época da Instalação	Estabelecimentos	
	Número	% sobre o total
Censo de 1920		
Antes de 1890	636	4,77
De 1890 a 1919	12.433	93,23
Total	13.336	100,00
Censo de 1940		
Antes de 1920	3.480	8,49
De 1920 a 1939	32.048	78,20
Total	40.983	100,00
Censo de 1950		
Antes de 1940	27.821	33,86
De 1940 a 1950	54.333	66,14
Total	82.154	100,00
Censo de 1960		
Total	110.339	100,00

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1956, p.509. O dado de 1960 é do IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1964, p.84.

QUADRO III

INDÚSTRIA: POR RAMO DE ATIVIDADE (1920-1960)

ESPECIFICAÇÃO	1920		1940		1950		1960	
	Estabelecimentos	Operários	Estabelecimentos	Operários	Estabelecimentos	Operários	Estabelecimentos	Operários
Transformação de minerais não metálicos	1.824	20.980	4.861	46.466	12.750	111.269	18.127	144.015
Metalurgia	480	13.775	1.460	53.844	2.221	90.203	4.764	151.801
Mecânica	29	372	327	9.064	762	21.798	1.688	49.000
Material Elétrico e Material de Comunicações	-	-	119	4.018	341	13.038	972	44.364
Material de Transportes (construção e montagem)	232	3.398	248	8.453	539	15.121	2.014	63.229
Madeira	1.283	13.589	3.545	27.794	7.562	56.044	11.191	74.702
Mobiliário	567	8.134	2.069	23.107	2.882	31.672	8.140	52.974
Papel e Papelão	64	3.204	228	10.642	441	22.305	766	35.439
Borracha	14	345	65	3.707	119	9.137	301	14.741
Couro e peles e produtos similares	749	6.508	1.297	11.587	2.009	17.309	2.350	21.981
Química e Farmacêutica	703	10.834	1.780	34.278	2.664	63.213	5.197	84.892
Têxtil	1.135	110.546	2.212	216.477	2.941	313.845	4.267	306.122
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	1.955	27.882	3.203	40.677	5.076	64.140	7.632	85.263
Produtos alimentares	2.763	29.641	14.905	125.736	32.872	211.948	33.443	217.621
Bebidas	1.093	9.144	1.523	9.610	4.420	32.762	3.039	31.155
Fumo	296	14.510	178	12.141	252	14.377	278	13.008
Editorial e gráfica	-	-	2.207	22.120	2.749	34.491	3.358	44.860
Diversos	149	2.650	756	9.627	1.370	19.869	2.189	31.504
TOTAL	13.336	275.512	40.983	669.348	82.164	1.144.936	108.163	1.474.281

Fonte: Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil* 1956 e 1964.

QUADRO IV

MOVIMENTO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS E DE SUAS RENDAS - 1947-1963 CAPITAIS DE RISCO (Milhões de dólares)

Anos	Ingressos Líquidos (**)	Remessa Efetiva de Lucros (**)	Saldo
1947	36	-23	13
1948	25	-38	-13
1949	6	-41	-35
1950	-3	-47	-44
1951	-4	-70	-74
1952	9	-15	-6
1953	22	-94	-72
1947-1953	97	-328	-231
1954	11	-53	-42
1955	43	-44	-1
1956	89	-24	65
1957	143	-26	117
1958	110	-31	79
1959	124	-25	99
1960	99	-40	59
1961	108	-31	77
1954-1961	727	-274	453
1962(*)	71	-18	53
1963(*)	31	-	31
1962-1963(*)	102	-18	84
1947-1963(*)	926	-620	306

(*) Estimativa

(**) Exclusive reinvestimentos

Fonte: CARONE, E., op. cit., p.102.

QUADRO V

ECONOMIA BRASILEIRA E O PIB (1947-1957)

Especificação	1947	1948	1949	1950	1953	1955	1957
Agricultura	94,1	100,0	107,7	107,6	115,7	133,1	140,7
Indústria	92,4	100,0	104,9	117,3	145,2	165,4	182,4
Comércio	95,4	100,0	104,9	115,9	135,9	155,1	169,5
Transportes e Comunicação	86,2	100,0	107,2	113,7	147,6	164,0	174,8
Governo	97,6	100,0	102,4	104,9	112,6	118,1	123,9
Serviços	97,0	100,0	103,0	106,2	116,1	123,3	130,9
Aluguéis	92,7	100,0	108,0	117,1	140,3	156,5	172,9
Renda Real (Total)	94,7	100,0	105,6	118,6	138,1	156,4	168,6
Renda per capita	96,9	100,0	103,1	113,1	122,8	132,7	136,4

Fonte: CARONE, E., op. cit., p.114.

QUADRO VI

PRODUTO INTERNO (1947-1961)

Período	Produto Interno Bruto Real	Produto Interno Real por Habitante
1947-1952	5,4	3,5
1953-1956	4,9	1,8
1957-1961	6,9	3,8
1947-1961	5,8	3,0

Fonte: CARONE, E., op. cit., p.116.

QUADRO VII

EXPANSÃO DA REDE BANCÁRIA 1935-1968.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM 31-12 E ÍNDICES DE CRESCIMENTO. 1935=100.

Ano	n.º	índice	n.º	índice	n.º	índice	n.º	índice	n.º	índice
1935	544	100	80	100	118	100	506	100	624	100
1940	1280	235	80	100	354	300	1006	199	1360	217
1945	2035	374	39	49	509	431	1565	309	2074	332
1950	2554	469	42	53	413	350	2183	431	2596	416
1955	4003	736	35	44	366	310	3672	726	4038	647
1960	5307	976	41	51	338	286	5010	990	5348	857
1965	7226	1328	45	56	320	271	6951	1373	7271	1165
1968	7762	1426	42	53	217	184	7587	1499	7804	1250

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE

QUADRO VIII

CRÉDITO À PRODUÇÃO

	Saldo em fim de ano		Variações
	1950	1951	
Agrícolas	1.130	2.535	+ 124
Pecuários	2.888	3.303	+ 14
Agropecuários	21	33	+ 58
Industriais	1.287	3.260	+ 153
Ágrico-industriais	920	30	- 96
Outros	599	50	- 91
Total	6.845	9.211	+ 34

Fonte: VARGAS, G. O Governo Trabalhista do Brasil. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1952, Vol.2.

QUADRO IX

TRANSFERÊNCIAS DA CARTEIRA DE REDESCONTOS EM 1951.

	Cr\$ 1.000.000
Redescontos ao Banco do Brasil :	+ 2.669
Redescontos aos outros bancos:	+ 1.612
Aumento geral dos redescontos:	4.281
A emissão líquida para atender à Carteira de Redescontos foi de:	4.175
	Cr\$ 1.000.000
Valor da encampação (Lei n.º 1.419)	9.135
Redução contábil do papel-moeda de responsabilidade da Carteira, em 31-12-1951, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 1950:	- 4.960
Emissões de papel-moeda feitas em 1951, para suprir de recursos a Carteira:	4.175

Fonte: VARGAS, G. , op. cit.

QUADRO X

PROGRAMAS DE INVERSÕES DAS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS EM 1951

Unidades da Federação	Inversões (em milhões de Cruzeiros)				
	Total	Aumento de Depósitos	Reversão	Compromissos	A aplicar em 1952
Amazonas	18,7	6,0	3,5	1,2	8,0
Pará	30,0	10,0	5,0	-	15,0
Maranhão	12,2	4,0	2,1	1,9	4,2
Piauí	13,6	5,0	1,8	3,0	3,8
Ceará	54,6	18,0	9,6	12,0	15,0
Rio Grande do Norte	8,7	3,0	1,2	3,0	1,5
Paraíba	15,8	10,5	2,4	1,5	1,4
Pernambuco	66,8	8,0	22,0	16,8	20,0
Alagoas	24,0	8,0	3,5	3,6	8,9
Sergipe	7,0	1,5	2,0	0,1	3,4
Bahia	90,0	30,0	15,0	5,0	40,0
Minas Gerais	360,0	120,0	60,0	50,0	130,0
Espírito Santo	22,9	6,0	2,0	6,9	8,0
Rio de Janeiro	103,0	30,0	21,0	52,0	-
Distrito Federal	1.112,0	450,0	105,0	282,0	275,0
São Paulo	1.450,0	250,0	400,0	526,0	274,0
Paraná	296,0	100,0	48,0	71,0	77,0
Santa Catarina	36,0	12,0	4,0	10,0	10,0
Rio Grande do Sul	437,0	100,0	96,0	141,0	100,0
Goiás	30,0	1,5	10,5	12,0	6,0
TOTAL	4.188,3	1.173,5	814,6	1.199,0	1.001,2

Fonte: VARGAS, G. , op. cit.

ANEXO V

LEGISLAÇÃO FEDERAL RELATIVA AO FINANCIAMENTO - CAPÍTULO II

Decreto-lei 8568 de 07-01-1946: prorroga prazo do decreto-lei 3182 de 09/04/1941.

Decreto-lei 9068 de 15-03-1946: decreta o fim do Departamento Nacional do Café.

Decreto-lei 9140 de 05-04-1946: SUMOC é autorizada a permitir que os estabelecimentos bancários realizem os depósitos de que trata Art. 4º do decreto-lei 7293 de 02/02/1945.

Decreto-lei 9228 de 03-05-1946: autoriza bancos a pedirem sua liquidação na SUMOC.

Decreto-lei 9229 de 03-05-1946: isenção de impostos na incorporação ou fusão de firmas individuais.

Decreto-lei 9376 de 17-06-1946: dispõe sobre o resgate de Certificados de Equipamento.

Decreto-lei 9603 de 16-08-1946: dispõe sobre as empresas de crédito, financiamento ou investimento.

Decreto-lei 9901 de 17-09-1946: isenção de impostos, pelos bancos, no recebimento de pagamento de dívidas.

Decreto-lei 9887 de 16-09-1946: altera Art. 2º do decreto-lei n.º 6419 de 13/04/44.

Decreto-lei 9.900 de 17-09-1946: cria, anexa à SUMOC, a Caixa Hipotecária de Liquidação.

ANEXO V

QUADRO I

Rodovia	Extensão em Km
Belo Horizonte - Brasília	700
Goiânia - Brasília	200
Belém - Brasília	2000
Fortaleza - Brasília	1500
Acre - Brasília	2500

Fonte : Conjuntura Econômica - 1962

QUADRO II

METAS DA PRODUÇÃO EFETIVA DA IND. AUTOMOBILÍSTICA PARA O PERÍODO DE 1957/1960 (EM MIL)

Especificação	Meta	Produção efetiva
Caminhões e ônibus	170,8	154,7
Jipes	66,3	61,3
Utilitários	52,6	53,2
Automóveis	58,0	52,0
TOTAL	347,7	321,2

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

QUADRO III

PLANO DE METAS - PREVISÃO E RESULTADOS

Meta	Previsão	Realizado	%
Energia Elétrica (KW)	2.000.000	1.650.000	82
Carvão (ton.)	1.000.000	230.000	23
Petróleo - Prod. (ton.)	96.000	75.000	76
Petróleo - Refino (ton.)	200.000	52.000	26
Ferrovias (Km)	3.100	1.000	32
Rodovias - Const. (Km)	13.000	17.000	138
Rodovias - Pavi (Km)	5.800	-	-
Aço (ton.)	1.100.000	650.000	60
Cimento (ton.)	1.400.000	870.000	62
Carros e Caminhões	170.000	133.000	78
Nacionalização - carros (%)	90	75	-
Nacionalização - caminhões (%)	95	74	-

Fonte: Relatório do Banco do Brasil - Anuário Estatístico

QUADRO IV

PRODUÇÃO NACIONAL DE METAIS NÃO-FERROSOS (EM TONELADAS)

Ano	Alumínio	Chumbo	Cobre	Estanho	Níquel	Zinco
1955	1.644	4.027	399	1.203	39	-
1956	6.278	4.543	1.349	1.568	59	-
1957	8.837	7.046	1.960	1.423	68	-
1958	9.190	4.635	1.500	1.527	72	-
1959	15.187	5.526	1.800	1.530	89	-
1960	16.573	9.976	1.212	-	95	-
1961	18.467	12.527	1.659	-	95	-

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, J.R.N. Essays on Brazilian Monetary Policies and History, 1945-88. Tese de Doutorado, The George Washington University, 1992.
- BENEVIDES, M.V. A Era de J.K. - Crise e Inflação. São Paulo, Editora Abril, 1980. Vol.8.
- BOUZAN, A. Os Bancos Comerciais no Brasil. Uma análise do desenvolvimento recente: 1965-1971. Federação Brasileira de Associações de Bancos, São Paulo, 1972.
- CARONE, EDGARD. A República Liberal I - Instituições e Classes Sociais (1945-1964). São Paulo, DIFEL, 1985.
- CEPAL La Intermediación Financiera en la América Latina . s/ed., Santiago de Chile, 1971.
- COSTA, F.N. Bancos em Minas Gerais (1889-1964). Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Mimeo, Campinas, 1978.
- EDWARDS, C. D. Fontes de Crédito Para Novos Empreendimentos. In: "A Missão Cooke no Brasil". Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1949.
- GRANZIERA, R.G. Compromissos de Guerra e a Ação Econômica Planejada no Brasil 1942-1955. Mimeo, Campinas, 1997.
- HASELBALG, C. e outros. O Setor Financeiro no Brasil - Aspectos Históricos. Mimeo, Rio de Janeiro, Edições Dados, 1970.
- HOBSBAWN, E. J. Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LESSA, C. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MALAN, P.S. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES.
- MELLO, J. M.C.. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- NEUHAUS, P. História Monetária do Brasil 1900-45. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil : de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930/1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil (1952/1968). São Paulo, Trajetória Cultural, 1993.

SZMRECSÁNYI, T. & GRANZIERA, R.G. Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea. Campinas, Editora da Unicamp (Série e Debates), 1986.

TEIXEIRA, N. G. Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, ABDE, BNDE, Coleção Técnica 3, 1979.

VARGAS, G. O Governo Trabalhista do Brasil. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1952, Vol.2.

VIANNA, S.B. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954). Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, BNDES. Rio de Janeiro, 1987.